

Crônicas do Cotidiano

Nelly Carvalho

Coleção *ℒ* Letras

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

edições eletrônicas

RECIFE, 2010

Copyright © Nelly Carvalho

Reservados todos os direitos desta coleção. Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização expressa do autor.

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Karla Vidal e Augusto Noronha (Pipa Comunicação - www.pipacomunicacao.net)

REVISÃO

A autora

Andréa Danuta

EDIÇÃO



Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Artes e Comunicação

Rua Acadêmico Hélio Ramos, s/n, Cidade Universitária

Cep: 50740-530 - Recife/PE - Brasil

(81) 2126.8312 - 2126.8767

pgletras@ufpe.br - www.ufpe.br/pgletras

Organizadores:

Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE)

Angela Paiva Dionísio (UFPE)

Conselho Editorial

Alfredo Cordiviola (UFPE)

Benedito Bezerra (UIPE)

Denize Elena Garcia da Silva (UNB)

Julio César Araújo (UFC)

Maria Antónia Coutinho (Universidade de Nova Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Univ. de Coimbra)

Maria Augusta Reinaldo (UFCG)

Regina Lúcia Peret Dell'Isola (UFMG)

Sandra Helena Dias Melo (UFRPE)

Sandra Luna (UFPB)

Saulo Neiva Coelho (Univ. Blaise-Pascal - Clermont-Ferrand II)

Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI)

Biografia reinventada **Nelly Carvalho**

*Duas vidas todos temos
Muitas vezes sem saber
É a vida que nós vivemos
E a que julgamos viver*

Essa trovinha popular reflete o que se passa quando escrevemos nossa própria biografia. Contamos nossa trajetória no mundo de um modo peculiar, como julgamos que somos e agimos.

Por isso, considero esta uma biografia reinventada . À medida que pensamos no que vivemos, observamos numa perspectiva diferente do momento em que as coisas se passaram. Mas, com diz o poeta, *hay que vivir para contarlas*.

Sendo assim, vamos aos dados e aos fatos, visto à minha maneira.

Pelo lado materno, venho das terras de Além Mar, mais precisamente de Vilar do Pinheiro, perto do Porto, onde ainda hoje existe a bela mansão em que minha mãe foi criada. Tem na entrada uma graciosa tabuleta escrita Aldeia Nova Vilar de Pinheiro. Isso explica o meu carinho especial por Portugal , suas terras e sua gente.

Pelo lado paterno, venho do Rio Grande do Norte, da região das salinas – Macau – e do agreste de Pernambuco – Bezerros. Não

conheci meus avós, em compensação, tive inúmeras tias velhinhas, pelo lado paterno, que me contavam episódios inteirinhos da história do Recife, lutas, revoltas, escaramuças, repetidos *ad nauseam*, mas que não percebiam o sentido maior dos fatos.

Sempre morei nos Aflitos, estudei o primário no Instituto Pernambucano, o ginásio no Colégio das Damas e o curso colegial/clássico no Vera Cruz. Mas, sem dúvida enterrei meu coração na curva do caminho do Colégio das Damas. A seguir, entrei para a universidade, feito raro para as moças na década de 50. Fiz o Curso de Letras Neo-Latinas na Faculdade de Filosofia (UFPE) da Nunes Machado. Entre os professores, lembro Geraldo Lapenda, Evaldo Coutinho e José Lourenço. Fui de um tempo em que se aprendia bem a língua estrangeira e falava-se com desenvoltura ao concluir curso. Assim, despertei para a vida intelectual e descortinei novos horizontes. Anos depois, fiz o Mestrado em Linguística, concluído em 81, e depois o Doutorado também em Linguística, em 93, ambos na UFPE. Em Lisboa, na Universidade Nova, fiz o Doutorado-sanduiche.

Entre para a carreira universitária, como professora de Língua Portuguesa, em 81, profissão que me deu muitas alegrias. Até hoje, adoro dar aulas e orientar os alunos. Escrever, para mim, é diversão e catarse. Não sou poeta, mas adoro poesia e ensaios, além de romances e contos.

Tive uma infância divertida e uma juventude, para os padrões da época, bastante liberal. O Náutico foi o clube que iluminou meus tempos de jovem com a alegria dos jogos e festas. Conheci lá o homem de minha vida, com quem namorei e casei. Se não fomos felizes para

sempre, fomos por muitos e muitos anos, até que sua partida repentina nos separou. Pude então entender os versos singelos de João de Deus : *a vida é o dia de hoje , a vida é o ai que mal soa , é sombra que vai , é nuvem que voa, é sonho tão leve que se desfaz como a neve e como o fumo se esvai, a vida dura um momento, mais leve que o pensamento, a vida leva-a o vento!*

Roberto foi o maior presente que a vida me deu, presente multiplicado por quatro filhos e seis netos, duas noras e um genro. Ganhei uma família de bom tamanho, eu, que só tinha uma irmã. A vida continua. É o que me lembro para contar e não sei se queria lembrar mais. Como diz o poeta: *Não sei se devo lembrar / Não sei se devo esquecer / Se esqueço quero lembrar / Se lembro quero esquecer / Nesse lembrar e esquecer / Assisto a vida rolar / Se lembro quero esquecer / Se esqueço quero lembrar.*

PREFÁCIO

A professora Nelly Carvalho, mestra de uma geração de jovens que hoje brilham nas mais diferentes atividades, coloca, mais um livro na praça. Não diria aqui ser Nelly uma escritora bissexta - mas não se pode esconder que, pela importância de sua obra e pela qualidade dos seus textos, essa dedicada estudiosa de nossa língua, sob os mais diversos aspectos, deveria estar mais presentes nos catálogos de lançamentos, até porque, no campo onde atua, são muito poucos os que, como ela, conseguem transmitir com clareza sua mensagem.

Diria até que, fiel à velha escola de Antonio Houaiss, Nelly Carvalho trata a língua portuguesa com a mesma intimidade com que cumprimenta uma velha amiga, a ela unida como unha e carne, como o machado e o lenhador, como a jangada e o jangadeiro. E em defesa desta “velha amiga” Nelly tem participado de encontros nacionais e internacionais da maior relevância, posto que o idioma Português é hoje falado por mais de 200 milhões de pessoas.

Esse livro que agora chega ao grande público reúne, por ela selecionados, artigos quinzenais publicados na página de Opinião do Jornal do Commercio - da qual é colaboradora há já bom tempo e de onde fez sua tribuna para defender não apenas o Idioma, mas valores

morais e culturais que o embrutecimento da sociedade - cada vez menos solidária e mais imediatista – parece ter relegado a plano inferior. Mas, não é só o Idioma que os artigos de Nelly – e, por via de consequência, esse seu novo livro – abordam e comentam. O São João e o Carnaval – tão nossos e tão identificados com as nossas raízes culturais, fenômenos sociológicos e antropológicos que transcendem a crônica frívola do cotidiano; a solidariedade humana e a falta dela; os acertos e os erros dos meios de comunicação, e muito especialmente da televisão aberta; a liberalização dos costumes, acima do bem e do mal; as grandezas e misérias do nosso incerto cotidiano: todos estes são temas recorrentes na observação crítica e perspicaz da autora, uma referência das letras pernambucanas que alcança dimensão nacional.

Este livro, portanto, dá sequência aos escritos anteriores, um trabalho selecionado com critério e esmero, que chega para enriquecer a biblioteca não apenas dos que estudam particularidades de nossa língua – mas que colocam entre suas preocupações a defesa de valores inalienáveis de nossa cultura.

Ivanildo Sampaio

SUMÁRIO

	Apresentação	19
	O país das maravilhas	23
1	Elite reprovada	29
2	A Estação da Luz	33
3	Aprovação do acordo ortográfico	35
4	A inaceitável cassação do gerúndio	39
5	Acentuação gráfica	43
6	Palavra e prestígio social	47
7	Baile de máscaras	51
8	Coerência	55
9	Coesão e coerência	59
10	A competência comunicativa	63

11	O que é cultura?	67
12	Concordar ou não: eis a questão	71
13	Ideologia e concordância	75
14	Dia da saudade	79
15	Discurso político-eleitoral	83
16	A revolução na linguagem	87
17	O que é gíria?	91
18	Revelar emoções	95
19	Empréstimos e identidade cultural	99
20	Enquanto isso, na sala de justiça	105
21	Literatura na escola	109
22	Escala social	111
23	Ética e linguagem	115
24	Oblíquo e dissimulado	119
25	Modelagens e modelito	123
26	Grafia: desvios e deslizes	129
27	Índice de hipocrisia	133
28	Implicar e preferir	137
29	Juízos de valor	141
30	Literatura e televisão	145

31	Literatura e vida: poesia e dor	149
32	Literatura e vestibular	155
33	Meu Brasil brasileiro	159
34	Namorar	163
35	No Ceará, não tem isso não	167
36	Números e notícias	171
37	O acordo e seu mentor	173
38	O espelho da Compadecida	177
39	O mistério do gerúndio	181
40	Florão da América	185
41	O que é aprender	189
42	O que é que é isso?	191
43	O sexo dos anjos	195
44	Forrobodó	199
45	Saber comunicar	203
46	Qual a origem das línguas do mundo?	207
47	Palavra-chiclete	209
48	O papel da gramática	213
49	Praça Onze	217
50	Sujeito indeterminado	221

Apresentação



Apresentação

Crônicas do cotidiano, coletânea de artigos originalmente publicados na mídia impressa, passa a integrar, em edição digital, a *Coleção Letras* do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

Fruto da cuidadosa seleção da autora, essa coletânea apresenta como principais qualidades a clareza e a espontaneidade com que trata as questões linguísticas, principal eixo temático de suas reflexões. No campo dos estudos da linguagem, como nos demais campos científicos, são muito raros os profissionais que, como a Professora Nelly Carvalho, conseguem ultrapassar o hermetismo academicista dos especialistas, tornando seus textos interessantes e acessíveis ao menos iniciado dos leitores.

Espelhando a sólida formação interdisciplinar da autora, as reflexões sobre as questões de língua e de linguagem estão sistematicamente associadas a considerações de fenômenos históricos, sociológicos, ideológicos e culturais. São ilustrações eloquentes dessa visão ampla de língua as explicações sobre o prestígio das palavras, sobre as mudanças dos conceitos da moral social refletidas na linguagem, sobre a relação entre os empréstimos linguísticos e as questões de ordem cultural e política. Acrescente-se ainda a preocupação com a dimensão

filológica da língua, esclarecendo para o leitor o contexto etimológico das palavras e expressões constitutivas da Língua Portuguesa, e com os fatores inerentes de renovação lexical da língua, o que atesta também profundo conhecimento da autora em lexicologia.

Outros eixos temáticos recorrentes na coletânea acentuam o traço de educadora da Professora Nelly, revelado na observação cotidiana, crítica e perspicaz, sobre o papel da mídia televisiva e digital na manipulação de símbolos, na veiculação de valores éticos, na instauração dos costumes... Nessa interface com o campo educacional, há que destacar-se também as reflexões sobre a natureza da literatura, atrelada à importância da leitura do texto literário como objeto de ensino, tendo em vista favorecer ao educando a compreensão da vida, da alma humana e o reconhecimento dos usos linguísticos legítimos.

Trata-se, portanto, de uma obra que passa a circular na esfera acadêmica, ensinando-nos sobretudo como democratizarmos, por meio da linguagem, o conhecimento que produzimos nesta esfera. Por essa razão, possui um público-alvo abrangente que compreende desde os pares da academia aos professores e demais interessados em questões de língua e de linguagem.

Maria Augusta G. M. Reinaldo

O país das maravilhas



O país das maravilhas

O verdadeiro país das maravilhas para as crianças, onde elas descobrem os segredos da vida e as belezas do mundo, não é o que descreve Lewis Carrol no seu Alice. Com a volta do tema motivada pelo lançamento do filme, confesso que aquelas maravilhas nunca me atraíram, antes me amedrontaram, em criança: “Cortem-lhe as cabeças!” – gritava a rainha malvada; a lebre aparecia sempre preocupada com seu enorme relógio, o chapeleiro maluco era um tonto sem graça nem atrativo. Não considerava apenas um conto surreal, era mais que isso; para mim era um assustador quebra-cabeças sem nenhum sentido, onde as peças não se encaixavam. Gostava muito de ler quando criança, gosto que permanece, mas os livros de Lewis Carrol nunca me fizeram a cabeça.

Contudo, sem querer, este autor acaba acertando o alvo. O País das Maravilhas, onde passeia Alice (coitada, sempre levando sustos enormes) é o livro em si como fonte de informação. Como dizia Castro Alves, no seu poema O Livro e A América: “O livro caindo n’alma, é gérmen que faz a palma, é chuva que faz o mar”.

Além disso, o fato de ser comemorado, por coincidência, o Dia Internacional do Livro, em 23 de abril, dia seguinte ao do nosso

suposto e festejado Descobrimento, talvez tenha uma mensagem subliminar para nós brasileiros. É que só teremos uma postura cidadã, consciente, quando nossas crianças e jovens forem alfabetizados de verdade, e saibam entender o que leem e transmiti-lo com clareza. Então tomarão, por si próprios, consciência da realidade ao seu redor e criarão suas próprias ideias, sem que continuem seguindo as opiniões alheias, interesseiras, como carneirinhos.

Como sabemos, as mudanças no ensino da língua com a inclusão da linguística como ciência norteadora, não melhorou o aprendizado, nem proporcionou maiores interesses pela leitura. É necessário despertar em todos – alunos e professores – o interesse pela leitura e o consequente domínio da escrita. Mas, como disse Marcos Bagno, no JC de 25 de abril recém-findo, o empecilho maior é a falta de domínio da cultura letrada pelos próprios professores sem nenhum interesse pela leitura, sem buscar renovar o saber nos livros e periódicos.

Por isso, e por outros motivos mais, que incluem o econômico e o social, os alunos não aprendem a descobrir no livro, o País das Maravilhas, que os levaria a aventuras incríveis, a diversão, ao conhecimento e a descobrir mundos, a saber pensar e expressar o que pensam, tornando-se desta maneira cidadãos que conhecem seus direitos e sabem exigi-los. Mas esse País das Maravilhas não tem apenas essa finalidade pragmática. Leva o leitor a viagens inesperadas, desperta emoções, insere-o na sua própria cultura.

No início, na infância, são os Contos de Fadas (não na versão simplificada de Disney) que conduzem com leveza e imaginação ao conhecimento de mitos e arquétipos universais (ou ocidentais) e

desvendam com fantasia e delicadeza os mistérios da alma humana. A seguir, a poesia faz penetrar no mundo dos sons e das palavras metaforizadas, outro nível do pensar que leva ao sentir. Os contos e romances vão contribuir, neste País das Maravilhas, para a conexão do pensamento lógico: pensar com coerência e escrever com coesão.

É um país tão grande, este das Maravilhas, que nunca chega a ser totalmente explorado e conhecido. Lembra, nas dimensões, o nosso próprio país, concreto. Mas seus limites não são físicos, ficam sempre para além do arco-íris, para além de qualquer horizonte.

Para não ficarmos no mundo como Alice, perdida e atordoada em um labirinto de enigmas indecifráveis, ler e desvendar “livros a mancheias”, como diz o poeta, é aprender a navegar nesse País das Maravilhas de todos os tipos: de informação, de saber e de lazer.

Nelly Carvalho é professora do Programa de
Pós-Graduação em Letras da UFPE
nellycar@terra.com.br

Artigos





Elite reprovada

O brasileiro quase não lê. Segundo o Anuário Editorial Brasileiro, a nossa média de aquisição de livros é de 2,5 por ano, incluindo nesta cifra os didáticos que são distribuídos pelo MEC. O francês compra mais de sete livros por ano e o argentino, comparação mais plausível e próxima, em todos os sentidos, compra em torno de cinco. E como ler não é apenas passar os olhos pelas letras identificando-as, talvez por isso estejamos tão mal na compreensão de textos: falta o hábito de leitura que leva a refletir sobre o mundo e a inferir o que se passa na realidade.

Talvez nesse hábito ou nessa falta de hábito resida a resposta do fracasso dos estudantes brasileiros no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) conjunto de testes que comparam o nível de proficiência em leitura de jovens de 15 anos, em 32 países, entre os quais estamos incluídos.

Em 2006, quando foi realizado o primeiro, fomos o último da classe, quando a pesquisa incluiu todos os tipos de escola, inclusive a escola pública, que levou a culpa da má colocação brasileira. Os resultados levaram à conclusão que, nos países colocados no fim do ranking, os alunos não dominavam a escrita o suficiente para desempenharem funções sociais: é o chamado analfabetismo funcional. Os melhores (entre os brasileiros) saíram-se bem em exercícios escolares, mas seus saberes limitavam-se às atividades da escola.

Agora, em 2007, a escola pública foi absolvida. O pesquisador Creso Franco, da PUC/Rio, separou os 7% mais ricos entre os estudantes do Brasil e México, e os 25% dos países ricos onde a elite é mais ampla (EUA, França, etc), e constatou que *os alunos da elite brasileira* têm desempenho inferior ao dos demais países. Ficamos novamente em último lugar. Dentre os 7% mais ricos, 20% conseguiram se equiparar com os alunos de países desenvolvidos, o que indica que sabem ler e interpretar textos e gráficos complexos.

Ironizou o pesquisador, dizendo que em educação o lado Bélgica do Brasil não existe, aludindo ao fato de termos um lado desenvolvido, a Bélgica, e um subdesenvolvido, a Índia.

O estudo em questão limitou-se apenas ao perfil o aluno da classe alta ou média que estuda em escolas particulares caras e tem acesso a livros e computadores, isto é, as melhores escolas, o que mostra que algo de grave está acontecendo com a educação, pois o problema não se limita mais à repetência ou à qualidade de ensino. Os dados levam a constatar que *a boa escola brasileira*, infelizmente, não é uma boa escola no mundo globalizado. A distância entre os estudantes da elite brasileira e os das elites dos países ricos é maior que entre os de baixa renda daqui e de fora.

Os países que se colocaram nos primeiros lugares foram aqueles cujos alunos souberam interpretar os textos complexos e fazer análises críticas (Vê-se a importância da leitura)

Segundo técnicos do MEC, a explicação pode estar em carga horária menor, currículo extremamente normativo e falta de preparo dos professores: e escola brasileira pode estar ensinando conteúdos

defasados em relação a outros países. Nestes, os campeões do teste, os alunos estudam em tempo integral desde os quatro anos de idade.

Opinam, também, os pesquisadores que o professor precisa pôr o aluno em contato com os mais diversos tipos de texto, o que não é tarefa exclusiva do professor de português. O professor, por sua vez, foi formado numa escola que privilegiava o resultado e não levava em conta o processo de leitura e escrita do aluno, tendo que mudar de atitude.

O fraco desempenho das *futuras elites brasileiras* num teste internacional preocupa porque, para participar do mundo moderno, é preciso domínio da leitura. O saber e a tecnologia se reproduzem e avançam por meio dos que pensam e comunicam suas ideias pela escrita. Sem jovens brilhantes e preparados, o nosso futuro também não poderá sê-lo.



A Estação da Luz

A luz que ilumina uma nova forma de ver e apropriar-se dos mistérios e segredos da Língua Portuguesa vem agora de São Paulo, de uma antiga estação de trem, que muito apropriadamente chama-se Estação da Luz. Uma construção degradada e arcaizada transformou-se, pela vontade política do estado, associada à iniciativa privada, a Fundação Roberto Marinho, no único museu do mundo, dedicado a uma língua. Moderno, instigante e interativo, com filmes, painéis e jogos eletrônicos mostra o uso da língua Portuguesa em diversas situações, da origem aos dias atuais.

Constitui-se em algo inovador em matéria de tratamento de língua e de organização de amostra. A socióloga e roteirista Isa Grispum Ferraz, pernambucana que vive em São Paulo, criou o conteúdo do museu, coordenando uma equipe de especialistas.

É um sucesso de público com longas filas de espera para entrar num reino que é ao mesmo tempo de fantasia e de realidade, do passado e do futuro, do saber e do brincar. Enfim, um museu que se propõe a oferecer uma viagem sensorial e subjetiva, através das escolhas, pela Língua Portuguesa. Nos dois primeiros meses, recebeu a visita de mais de 100 mil pessoas

Fizemos uma única visita, mas precisaríamos de outras, para dominar uma maior parte do conteúdo.

A apresentação do tema conta com o auxílio de tecnologia de ponta, e leva-nos a *penetrarmos surdamente no reino das palavras*

O melhor percurso parece ser tomar o elevador e iniciar o trajeto pelas projeções do terceiro andar, onde a história do idioma é contada de forma dinâmica, através de um filme com narração de Fernanda Montenegro. A seguir, surpreendentemente, ergue-se a tela e passamos para o outro lado, onde vozes conhecidas de vários atores, dizem versos de poetas brasileiros. Como numa Disneylândia cultural, as imagens brincam conosco, formam constelações que luzem no escuro e transformam-se em palavras

No segundo andar, telas de computadores mostram as contribuições e dados históricos das culturas que nos formaram (não deu tempo para ver nem 10%), enquanto no *continuum* de uma parede lateral, em três faixas é contada sincronicamente a saga da colonização portuguesa, a vinda dos africanos e a vida e costumes dos indígenas.

Porém, o mais interessante para as crianças (e para adultos também, só que não têm vez) é o Beco das Palavras, onde são projetados radicais, sufixos e prefixos portugueses em uma espécie de mesa, para que formemos palavras, puxando com a mão para completá-las.

Se o dito está confuso, é porque realmente é indescritível. É lúdico e instrutivo, sem botões, nem *mouse*, e pode ser usado por qualquer um, mesmo que desconheça o uso de computador.

No térreo, que vimos *em passant*, a obra de Guimarães Rosa, tal qual ele escreveu, com correções e rasuras, em folhas que puxamos para ler. A visita deixa uma vontade de voltar e encanta pelo uso criativo de recursos tecnológicos avançados, para compreender e valorizar a língua materna, chave dos tesouros do nosso espírito.



Aprovação do acordo ortográfico

Portugal aprovou a reforma ortográfica, agora, no dia 16 de maio, restando ainda a aprovação de Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Timor Leste. Mas, a nova ortografia em terras portuguesas só será implantada dentro de seis anos.

É um acordo estratégico que visa acabar com a dupla ortografia oficial, para que a língua portuguesa, a terceira do ocidente e a quinta do mundo em número de falantes, possa ter um assento nos organismos internacionais como ONU e outros. Assim, finalmente, parece ter-se ampliado o debate sobre o famoso Acordo Ortográfico, 18 anos após a sua assinatura, pois muito tempo se silenciou sobre o assunto, quando eram tão límpidas as regras de reformulação (a princípio, Portugal queria adiar por dez anos a assinatura do documento, mas, agora, premido pelas circunstâncias, o fez). Se não adotasse o acordo, o país luso iria ficar numa posição isolada, tornando-se sua língua um dialeto, com o correr do tempo, pois a maior parte da lusofonia já teria aceito as mudanças

No fundo, o acordo é muito simples. Corta acentos excessivos, exclui consoantes mudas e reintroduz as letras *k*, *w* e *y*. A única complicação continua a residir no uso do hífen (o inglês já o aboliu quase totalmente).

Torna a língua mais fácil, aproxima escrita e fonética e moderniza-se. No total, modifica cerca de 0,4 por cento das palavras usadas no Brasil

e pouco mais de 1 por cento das usadas em Portugal. O obsoleto *trema*, só em voga no Brasil, desaparece. Quanto a “facto” e “fato” ficam na mesma, porque não há consoantes mudas em ambas. Por outro lado, o acordo consagra uma gama de palavras usadas em Angola, com letras que hoje ainda não fazem parte oficialmente do alfabeto, incluindo nomes de cidades, unidade monetária, grandes pontos geográficos e nomes de pessoas. A língua portuguesa evolui como qualquer outra língua que se quer viva e sempre houve grandes resistências às sucessivas modernizações.

Desde finais do século XIX, há desconfiança e má-vontade, entre os dois países no campo da língua impedindo de se chegar a acordo que evite a evolução em grafias distintas. Em 1911, Portugal fez uma reforma ortográfica que não foi extensiva ao Brasil. Em 1931, as Academias dos dois países chegaram a uma opinião comum, mas sem efeitos práticos, voltando-se a novas reuniões em 1943 e 1945. Após leis promulgadas em cada país, na década de 70, que reduziam os pontos divergentes, teve início em 1986, conduzido por Antonio Houaiss, um encontro mais alargado, porque incluía pela primeira vez os países africanos, tendo sido rejeitado o primeiro texto elaborado.

Para os países da África, o acordo é importante para poder contar com textos de origem diversa de Portugal. Seria prejudicial a Portugal se ele tivesse ficado sozinho, com uma ortografia diferente, pois o contingente de falantes brasileiros é muito numeroso.

O Acordo refere-se apenas a **unificar a grafia**. A tendência do português, como de qualquer idioma, é de que a língua se afaste cada vez mais, de país para país, criando suas próprias variantes.

O inglês não tem esse problema, está consagrado como idioma

internacional, mas chegou a vez do português conquistar o seu lugar e não há futuro para a língua portuguesa sem o Brasil.

Para os falantes do português, a língua é um instrumento fundamental para a afirmação de poder em escala mundial. E Portugal, apesar da glória de ter sido o berço da língua, deve habituar-se à ideia de que será o Brasil que vai liderar a afirmação da língua portuguesa como potência linguística no mundo, com seus 190 milhões de falantes.



A inaceitável cassação do gerúndio

O governador de Brasília oficializou em portaria, algo que muitos professores de Português já fizeram na prática: assinou o ato de demissão do gerúndio, na linguagem burocrática, lá do seu império. E pode? perguntaram alguns. E deve? perguntaram outros.

Para começo de conversa, são outras as cassações pelas quais ansiamos, são outras as que são necessárias a uma faxina ética no país. Mas, faxina linguístico-gramatical? Nunca se ouviu falar.

Todos sabemos que a língua é feita de consensos e já dizia Bandeira “língua certa do povo, pois é ele que faz o português gostoso do Brasil”: nunca é feita através de banimentos e cassações.

Onde ficam as vozes dos nossos compositores como Geraldo Vandré, (*Caminhando e cantando as mais lindas canções, somos todos iguais braços dados ou não*) Nelson Ferreira (*Comecei meu carnaval sorrindo com a alma e o coração cantando*), Chico Buarque (*Hoje o samba saiu, procurando você*) poetas como Bandeira (*Estão todos deitados dormindo profundamente*) prosadores como Eça de Queirós (*A mesma luz perdeu o tom magoado, cobrindo Jerusalém*)

E por fim um dos forjadores do português, Camões (*e a memória gloriosa daqueles reis que foram dilatando a fé e o império, a Ásia e a África devastando*) imprimindo movimento a seus versos, eternizando as conquistas portuguesas.

O uso das formas conjugadas parece mais natural ao falante. As formas nominais do verbo (infinitivo, gerúndio e participio) sempre

causam dificuldades no uso, excetuando o último, o particípio, que funciona como um adjetivo.

Se o alvo da cassação fosse o infinitivo pessoal, até se podia entender a antipatia, o olhar enviesado. Pois esta é uma forma que só existe no português (chama-se idiotismo da língua) e seu uso foi disciplinado tardiamente, no século XIX. Daí a variação de emprego da forma pessoal e impessoal, considerada por alguns gramáticos como questão de estilo.

Não é o caso do gerúndio. A forma é uma herança latina, vem desde a formação da língua e existe e é empregado nas línguas latina modernas, como o espanhol e o francês, o inglês também o adotou, seguindo o caminho do latim, língua a que tomou emprestado 60% do seu vocabulário. Criou a forma verbal com o *ing* final: seu emprego é muito frequente.

Qual a justificativa desta demissão sumária? Para os professores que a rejeitam é a dificuldade e o desinteresse de ensinar que, não sendo forma conjugada, não pode constituir uma oração independente.

Para as autoridades que se arrogam o direito de cassar uma forma verbal legítima. Será que seu uso exagerado no telemarketing, influenciando o burocratês?

A desgastada frase *Vou estar transferindo sua ligação*, pode facilmente ser transformada em *Vou transferir*. E é mais didático e simples corrigir que proibir. Ninguém, ao assumir um mandato político, recebe delegação dos eleitores, para interferir nos usos da linguagem. Nem o ditador Mussolini conseguiu: proibiu o uso do pronome *lei* em italiano, mas ele permanece até hoje.

Será que Chávez vai testar seu poder com alguma proibição do tipo?

Se o português é o espanhol sem ossos, como diz Unamuno, pela frequência de vogais, o português brasileiro é o português *con azúcar*, segundo a linguista galega, Pilar Vasquez Cuesta. A forma do gerúndio ajuda a torná-la mais doce e mais musical, evitando a aspereza do excesso de *quês*, nas orações subordinadas.



Acentuação gráfica

Acento, do latim *ad cantum* (para o canto) eram as marcas que a palavra recebia para a entonação correta (o canto). É homônimo de *assento* (para sentar).

O latim possuía dois tipos de acento de acordo com a duração da sílaba longa ou breve. Em português, o que prevaleceu foi a tonicidade, a intensidade da emissão da sílaba em relação às demais. Para marcar esta tonicidade, usa-se o recurso gráfico, indicando a sílaba pronunciada com mais força (tonus), distinguindo-a das demais átonas (sem força).

Este recurso gráfico pode representar o som aberto (acento agudo) ou fechado (acento circunflexo). Muitas línguas, como o inglês, não adotam o recurso da acentuação gráfica. Outras, como o francês e o espanhol também adotam, se bem que em português seja mais numerosa e variada a ocorrência.

O acento tônico nem sempre é representado pela notação gráfica: *presidente*, *candidato*, *vaidoso*, *prepotente*, não têm sua sílaba tônica marcada na grafia. É que as palavras cuja sílaba tônica é a penúltima – as chamadas paroxítonas ou graves – são o tipo mais ocorrente em português e só em casos especiais necessitam do acento gráfico. *Item*, por exemplo, não merece acento, mas é, com frequência, agraciado com um. *Professor*, *Brasil*, *ensinar*, *estopim*, têm a tonicidade na última sílaba, mas não precisam marcá-la. São vocábulos oxítonos ou agudos que, dito de forma simplificada, recebem marca apenas quando terminam em a(s),

o(s), e(s), em, ens. Os terminados em consoantes, como os exemplos acima, têm normalmente a sílaba final tônica.

O português brasileiro tem mais oxítonos que o europeu, pelos termos herdados do tupi e das línguas africanas: *mirim, caju, xará, imbu, orixá, exu*. Enquanto o francês prima pelos agudos ou oxítonos e o italiano pelos proparoxítonos, em português, língua de ritmo grave, há rejeição às proparoxítonas herdadas dos termos eruditos latinos. Daí, serem chamados de esdrúxulos (esquisitos), serem pouco numerosos, e serem todos, sem exceção, acentuados. A mudança ortográfica que preconizava a queda deste acento, não foi aceita. Assim, em frases como “*A dívida pública está a nos tirar o fôlego*” os termos sublinhados continuarão a merecer o acento gráfico junto com o assento em nossas preocupações. As proparoxítonas eventuais (paroxítonas terminadas em ditongo oral crescente) também permanecem acentuadas: *A estratégia do ministério é uma espécie de escárnio*. Há tendência no português popular brasileiro para evitar ou reduzir o proparoxítono, seguindo a linha de evolução do latim para o português, onde esta mudança da sílaba tônica foi frequente. *Árvore é pé de pau, estômago é estombo*, no falar do povão.

Como notação gráfica aposentada, está o trema. Como servidor público, demitido sem vantagens. Temos ainda a crase, fusão de dois *a*, sendo um deles preposição e o outro, artigo feminino, o caso mais comum. A cedilha (pequeno *z*) é outra notação que tem regras fixas de uso: jamais pode ser usado diante de *e, i*; mas, às vezes, temos surpresas com vestibulandos e até de universitários: *açessoria, remorço*. As notações gráficas complicam a vida do usuário do português, diante do teclado do computador, tão anglófono na sua origem. O til (um

pequeno n) é muito frequente porque várias terminações latinas foram reduzidas ao denominador comum de *ãõ*, servindo ele para marcar o timbre nasal também em outros casos: maçã, pão. Quanto ao acento diferencial de timbre aberto/ fechado, caiu de maduro, restando em *pode e pôde, por e pôr*.

A língua é um sistema interdependente e a acentuação não deve ser abstraída do contexto geral. Este é apenas um recurso didático. Na língua, como na vida, não se esgotam os problemas em abordagens esporádicas. Em ambos os casos, há sempre o que aprender e o que melhorar.



Palavra e prestígio social

O vocabulário de cada cultura é bem amplo para os assuntos que lhe tocam de perto, e restrito para aqueles nos quais não tem interesse direto. Para designar a cor da neve os esquimós têm um número elevado de vocábulos, assim como o arábico para designar tipos de camelos. As línguas realizam o recorte do mundo de maneiras diversas; daí a dificuldade na elaboração das traduções. Há nuances e escala de valores. O sentido de uma palavra vai assim depender de associações resultantes de comparações, cargas emocionais e de preconceitos da comunidade.

As impressões que uma palavra produz procedem do passado, mas podem se modificar. Curtir um couro não é o mesmo que curtir uma festa. Abertura das aulas significa início, abertura de um muro é passagem. A mesma palavra toma sentidos diferentes ao mudar o gênero, o número e o grau. O chefe do gabinete - o chefe dos mafiosos / O cobra - a cobra/ O cabra - a cabra.

Há alterações cujas causas históricas podem ser determinadas. Em Paris, o uso das latas de lixo foi disciplinado pelo prefeito M. Poubelle, e a seguir as latas de lixo tomaram o nome de “poubelle”. Greve, paralisação voluntária do trabalho, recebeu o nome da praça de Grèves, onde se reuniam os desempregados. Pão-duro era um tipo avarento, residente no Rio, que se alimentava de pão duro, embora rico.

Você, que veste *jeans* em tecido *denim indigo blue*, pensa que tudo isso são novidades da sociedade de consumo, que, criando a moda,

lançou os nomes? Sinto decepcioná-lo. Não houve muita criatividade nesse “batismo”. *O jeans*, a farda da juventude mundial, e de todos os que paradoxalmente se querem muito originais e contestatórios, tomou seu nome a partir de Gênês, nome francês da cidade de Gênova. Designava o tecido lá fabricado e enviado para Nimes, cidade do Sul da França, origem da expressão *denim*. *Indigo* é de origem indiana, substância com que tinturavam o algodão, obtendo um tom azul desbotado. Os três termos, juntamente com o tipo de tecido, foram importados pelos americanos no início do século, para confecção de roupas para os trabalhos duros do campo. A seguir, foram exportados para o mundo todo, como palavras-chave da linguagem universal da moda jovem.

Na linguagem, refletem-se não apenas a maneira de pensar e a evolução dos acontecimentos, mas também os preconceitos e tabus sociais. O ato de roubar é nomeado de acordo com a posição social do sujeito que o praticou. *O gerente desviou o dinheiro*. *O marginal assaltou o banco*. A função social da linguagem é permitir a compreensão entre os membros de uma comunidade. Muitas vezes a palavra exata é constrangedora em determinado momento, usando-se então uma expressão atenuadora, o eufemismo.

A raça, o sexo, o estado natal ou a condição social, usados para designar qualidade boa ou má, revelam também preconceitos. Programa de índio é um programa desagradável, gelo baiano é paralelepípedo, vida de barão, vida boa, e paraíba não é mais mulher de coragem pois afinal isto mereceria respeito e admiração, e sim o imigrante nordestino, mão-de-obra não qualificada das grandes capitais. Homem público é valorativo, mulher pública é depreciativo.

Evidenciando a escala de valores na sociedade patriarcal, o gênero masculino sempre prevalece sobre o feminino, seja nas concordâncias nominais, seja nos verbetes do dicionário.

O prestígio da linguagem das classes sociais elevadas é enorme, pois a maneira de falar de um superior sempre nos parece invejável como símbolo de uma vida suposta como ideal.

Sempre desdenhamos os hábitos linguísticos vindos do que consideramos inferior, seja região geográfica ou classe social. No entanto, os usos procedentes do Centro-Sul, do eixo Rio-São Paulo, são logo socializadas. Seu padrão de vida é tido como invejável e imitável, além de exportado pela TV para todo o país.



Baile de máscaras

Como diz a marchinha popular, a nossa vida é um carnaval, que a língua, às vezes, ajuda a transformar num baile de máscaras.

A língua oferece formas de mascarar e disfarçar as intenções do falante ou até mesmo de atenuar o que foi dito: são os eufemismos. Estes refletem os tabus e preconceitos sociais da época, ou apenas uma vontade de **parecer** diferente e que supera o **ser**.

É uma palavra de carga positiva usada para nomear uma realidade desagradável. Mas esse conceito do que é impróprio para ser dito muda através das culturas e do tempo, às vezes, até mesmo, dentro da própria língua. Muitas expressões pejorativas no Brasil, como o já conhecido *rapariga*, não o são em Portugal. O mesmo acontece com termos usados com simplicidade entre nós, como *paneleiro*. Lá, nem pensar.

Na linguagem, o limite entre eufemismo e mistificação é, segundo teóricos, difícil de determinar. Também acontece o mesmo na sociedade: é frequente descobrirmos a mistificação, por isso temos que estar atento às palavras, sobretudo em época de campanha política. O que esconderão e dissimularão as mensagens divulgadas? Drummond dizia que as palavras têm mil faces.

Entre os tabus sociais, que precisam ser envoltos com o papel celofane do eufemismo estão o tabu de medo, ligado ao sobrenatural, o tabu de delicadeza, relacionado a doença, morte, cor, classe social e de decência, que se refere a sexo, atos fisiológicos e partes do corpo.

Com as mudanças nos conceitos da moral social, estes últimos, de decência, estão com os dias contados. Estão sendo substituídos por novos preconceitos que se refletem na língua. Passaram a ser tema-tabu, idade, gordura, pobreza, embora continuem naturalmente existindo. Surgiram os eufemismos (falsos de dar dó) modernos: terceira idade, melhor idade(é de morrer de rir), estar acima do peso, classe economicamente desfavorecida, excluídos, morador de rua. Este é uma contradição em termos pois a rua não é lugar de morar, de permanecer: rua é passagem. Eles são mendigos, o que queremos esconder nas dobras do termo. Empregada virou funcionária e o seu quarto, resquícius da senzala de outrora, tornou-se dependência ou quarto reversível. Festa, agora, é evento.

Na política internacional, surgem termos como Terceiro Mundo para substituir a nomeação de países explorados, colonizados ou subdesenvolvidos. Terroristas existem dos dois lados, mas só os mais fracos o são. A luta é do Bem contra o Mal e não de uma potência que invade a outra sob pretexto. Globalização substitui, em certa medida, a colonização a distância. Modernidade pertence apenas ao Ocidente.

O uso descontrolado dos termos em inglês corresponde a essa necessidade de mascarar, de disfarçar a verdade dando-lhe aparência de Modernidade e mais valor, é o que acontece com personal trainer e personal stylist, com upgrading (apenas uma melhorada), overweight (Você está mais gordo!) overdose, downisizing, stand by, fashion, on sale, leave in, on line.

Esta é apenas uma amostra do que se encontra na linguagem cotidiana. Cada um pode fazer sua própria lista e ver quanto da

realidade nossa parece glamurizada pelo uso do inglês. Não esqueçamos o genitivo saxônico que tenta transformar botecos ou lojinhas em espaços melhores, dando-lhes (assim pensam eles) um caráter de classe e modernidade, usando uma língua que mistura português, inglês e até latim: *Classicu's bar*, *Boteco do Zeca's*.

A linguagem, já dizia Sócrates, pode servir a dois senhores. Pode servir para informar, para descrever e narrar, para exprimir sentimentos. Mas também serve para enganar, para convencer e para persuadir cada um de nós, receptores de um turbilhão de mensagens nos dias de hoje, quando nem sempre podemos exercer o senso crítico. Pode ser a festa dos disfarces, um baile de máscaras.



Coerência

Coerência, do latim *Coherentia*, significa relação harmônica entre as partes que formam o todo.

Em linguística, a coerência textual é o nível de conexão conceitual e estruturação do sentido, ou melhor, é a confirmação extra textual daquilo que o texto afirma. O texto só é aceito e compreendido se for coerente. Assim ele estabelece a comunicação e confirma a competência comunicativa do emissor.

A coerência, em termos de ética comportamental, segue estes princípios: há a necessidade de uma relação harmônica entre os componentes da personalidade, uma unidade, sobretudo o dizer e o fazer para que o emissor seja digno de credibilidade, seja um homem íntegro, inteiro.

Na educação, a coerência de atitudes é algo fundamental, porém raro. Na maioria dos casos, os educadores, sejam pais ou professores, são incoerentes, seguem a famosa máxima “façam o que eu digo e não façam o que eu faço”. Milhares e milhares de vezes a criança se vê dividida entre o que ela vê e o que os adultos dizem. Os adultos falam de um jeito e agem de outro. A criança vê como os adultos aparecem no cotidiano, mas é obrigada a acreditar no que eles dizem. Se a nível de educação doméstica ou escolar, a coerência é necessária ao educador para a formação do caráter do educando, a mesma condição é imprescindível a nível maior, na macro educação ou educação social e política. A coerência na política é

uma virtude rara, porém que se faz cada vez mais necessária à educação do povo e à criação e surgimento de lideranças.

O líder é aquele que conquista a credibilidade dos seus liderados pela confiança que desperta: um líder que não tem coerência não se sustenta. Aqueles cujas obrigações são maiores são os que mais falham e o país apresenta-se como um enorme palco de ópera bufa, onde tudo é fictício; os cenários têm a veracidade de papelão pintado, e os atores a veracidade de bufões, que fazem os outros de bobos.

A angústia do povo, esta eterna criança, é ver-se dividido entre o que lhe dizem e o que presencia. Onde está a verdade das coisas e das pessoas? Em quem e em que acreditar? Qual dos atores que falam na TV, afirmam verdades?

Nesse país surrealista e incoerente, digno da pena de um **Kafka** ou da câmera de um **Fellini**, o extremo luxo convive com a extrema miséria; a tecnologia mais avançada é empregada em aparatos caros e desnecessários e as técnicas mais rudimentares naquilo que é vital à subsistência, como a agricultura. Clínicas luxuosas e recursos especializados oferecem-se a poucos enquanto a maioria não tem acesso nem mesmo a hospitais modestos e a tratamentos simples. A epidemia da incoerência se alastra e contamina.

Prega-se a preocupação com o bem estar da população – porém aumentam cada vez mais os impostos e as distâncias sociais tornam-se fossos. Cresce a elitização das oportunidades, ampliando a exclusão. A classe dirigente torna-se incoerente, e por isso desacreditada. Agravam-se a miséria, os sofrimentos, as necessidades das classes desfavorecidas porque ninguém quer renunciar a privilégios e mordomias. Ao

contrário, todos buscam cada vez mais integrar o bloco dos que vivem no “bem-bom”.

A consciência da elite permanece e a teoria não modifica a prática do comportamento. O que se fala não se sente, e o que se prega não se faz. A falta de coerência de atitudes agride a ética e o respeito que se deve ter pela sociedade, pelo bem coletivo, pelo patrimônio do país.

O povo é um conjunto vazio na aritmética dos interesses. E no país, campeia a incoerência de atitudes, que gera a desordem, o descrédito, a violência.



Coesão e coerência

Os termos acima procedem ambos da mesma raiz latina, o verbo *cohaerere*, resultando os significados em algo semelhante. Enquanto coerência aponta para ligação ou harmonia entre situações, elementos e ideias, estabelecendo relações para fora do núcleo, coesão volta-se para si mesmo, sendo a união íntima das partes de um todo.

Para o usuário comum, ser coerente manter uma relação de unidade entre o que se diz e o que se faz, por sinal, qualidade pouco encontrada nos candidatos a cargos eletivos. E ser coeso é ser íntegro, traço igualmente raro entre as personalidades públicas, o que nos faz hesitar na escolha de candidatos, nesta época de eleições.

Mas não estamos aqui para falar em política e sim sobre esses conceitos adotados no estudo da linguagem humana.

Quando estudamos, no já remoto século XX, eram apenas analisadas as relações frasais, a gramática da frase. Com o desenvolvimento da Linguística, compreendeu-se que esta era uma abordagem necessária mas não suficiente para compreendermos a construção do sentido. Foram iniciados então, na segunda metade do século XX, os estudos da chamada Linguística de Texto, que extrapola as relações frasais estudadas na gramática tradicional. Com ela surgiram os conceitos de coesão e coerência textuais, que hoje em dia entram em qualquer programa de curso e de concurso, mais como um modismo do que propriamente como conceitos teóricos entendidos e processados.

Coesão pode ser definida como a ligação de natureza gramatical ou lexical entre os elementos de uma frase ou de um texto e coerência, como o conjunto de relações que une o significado de sentenças ao mundo exterior, muitas vezes baseado no conhecimento partilhado entre os usuários de uma língua: é correto gramaticalmente dizer que o açúcar é salgado, mas é incoerente.

Trazendo para a prática da escrita estas noções, observamos, corrigindo redações e lendo muitos textos por força da profissão, que este é o maior problema da língua escrita hoje. São comuns os textos desconexos linguisticamente ou desconectados da realidade, isto é, sem coesão nem coerência. Considera-se hoje o problema maior nos textos escolares, pois testemunha a ausência de um pensamento lógico naquele que escreve: é mais grave do que desvio de grafia ou de sintaxe.

Nos vestibulares a incidência é grande e alguns candidatos não percebem a falta de nexo do que escrevem.

Creditamos grande parte dessa enumeração caótica (que me perdoe Leo Spitzer) à colcha de retalhos em que se transformou o mundo da informação. Não se leem reportagens longas nem artigos: a leitura é dinâmica e salteada. Pinçam-se frases, faz-se colagem dos assuntos do dia. O controle remoto leva-nos a pular da tragédia do Iraque para uma festa no Tahiti, entrando numa convenção política e concluindo com uma pegadinha do Faustão (entre as duas, há semelhanças e coincidências). Acabamos não sabendo juntar os dados da realidade, nem interpretar o que vemos pela recepção fragmentada. A internet junta-se à tv na diluição dos fatos que se transformam em virtualidades. O resultado nas mentes em formação é bem mais grave e acentuado do que entre o

que pertencem à geração pré-controle remoto e internet, para quem foi mais fácil entender o mundo numa sequência lógica. Por isso, podemos encontrar em notícias de jornal, frases como “foi criada na Paraíba uma comissão para o rompimento da barragem de Camará”. Ou estabelecer um paralelismo que dificulta o entendimento: *X é míope e é argelino* (não se podem somar coisas heterogêneas, ensina a aritmética). Enfim, cada vez mais distantes da coesão e da coerência, navegamos nos mares do texto, sem descobrir a terra firme do sentido bem construído.



A competência comunicativa

Não se pode discutir ensino da língua sem levar em conta, no caso do Brasil, uma variável fundamental: a variável classe social. Esta é responsável pela presença na escola de uma multiplicidade de variedades linguísticas com predominância dos dialetos populares.

Dell Hymes criou o conceito de competência comunicativa a partir da necessidade do falante de entender e usar as variedades de acordo com o contexto linguístico e social. A modalidade popular de Língua Portuguesa não está sendo bem trabalhada na escola, que se baseia na norma culta e no dialeto de prestígio como objetivo. E não consegue realizar este objetivo.

O estudo das variedades da Língua Portuguesa, com a ajuda das teorias sócio-linguísticas, é necessário para conhecer as distâncias e divergências entre o dialeto popular e de prestígio. Aliás, o comportamento da escola reforça a estigmatização dos dialetos populares. O cerne do problema do ensino de Língua Portuguesa não seriam os métodos e técnicas e não estaria afeto a planejadores e pedagogos. Manipular técnicas sem ter conteúdo é operar no vazio.

Este tema é do âmbito dos linguistas e professores de Língua Portuguesa, que não devem apenas se indagar o que fazer mas procurar entender o que está acontecendo, aplicando seu instrumento teórico para resolver o problema prático.

Os estudos sociolinguísticos mostram que se deve relacionar os traços linguísticos e os dados extralinguísticos para ver em que medida as variações dos dois domínios são concomitantes.

Em tom de “blague”, diz Magda Soares que os Manuais didáticos são livros de receita frustrados, pois enquanto as receitas culinárias dão certo, as didáticas dão errado.

Deve-se fazer com o ensino da língua materna aquilo que se faz no ensino das línguas estrangeiras: um estudo contrastivo. Apesar de respeitar o dialeto do aluno, **o professor deve ensinar o dialeto padrão**, pois a língua de cultura é um instrumento de luta social e não temos direito de sonegá-lo às classes populares.

A gramática desempenha um papel importante na aquisição desta língua de cultura. Há uma correspondência entre estruturas de pensamento e estruturas linguísticas que se reflete na linguagem da classe média e da popular. A primeira usa uma linguagem rica em subordinadas de causa e efeito, de finalidade e consequência, própria do diálogo racional e argumentativo.

O dialeto popular usa orações coordenadas e justapostas em nível de expressão muito afetivo e pouco racional. Adepta de Labov, linguista americano, Magda Soares não desdenha a contribuição de Bernstein (sociólogo inglês) para esclarecer as questões da linguagem na escola, através da identificação das diferenças.

O processo de socialização da criança das classes populares, com poucos contatos com o mundo “culto e letrado” e com a linguagem “elaborada” é o grande responsável pelo seu fracasso na escola, veículo de valores da classe média. Como responsáveis ainda pela dificuldade

de aprendizado tem-se, pois, a falta de contato com a realidade cultural dominante, a desmotivação para o estudo e ausência de perspectivas de futuro.

Os índices alarmantes da alfabetização mal sucedida no Brasil advêm do fato de que o trabalho na área é aleatório, feito por quem não está preparado, nem conhece a correspondência sistema fonológico e ortográfico.

A competência comunicativa em língua materna é necessária também para compreender e dominar as demais disciplinas e transformar o ensino, elevando os índices de aprendizado, salvando, afinal, a escola brasileira da zona de reprovação.

Finalmente, é nesse aspecto que o ENEM vai cobrar dos vestibulandos o conhecimento da língua materna, não através de regras gramaticais, embora estas sejam a base do conhecimento linguístico. Como base, como alicerce, o domínio da gramática dá suporte ao domínio da língua, determinando o uso adequado no momento do uso.



O que é cultura?

Atualmente, pululam e pipocam eventos culturais, onde não sabemos se o adjetivo está devidamente utilizado. O último ministro da Cultura pôs em dúvida o próprio substantivo, quando a única ação digna de destaque foi viajar o equivalente a uma volta e meia em torno da terra para divulgar sua própria arte.

Surtem, assim, perguntas para entender o contexto: O que é cultura? Para que serve? Como podemos defini-la? Quem elabora e quem consome? **Cultura**, do latim, *o que deve ser cultivado*, saiu do domínio de significação das coisas materiais, naturais, para o domínio das coisas do espírito. Procurando entender, vemos que a palavra **cultura** tem uma diversidade de significados, contra a qual se insurgem vários estudiosos, pois além da questão inicial, ela designa ao mesmo tempo o modo de vida cotidiano de um sociedade (o saber comum) e sua vida intelectual e artística (o saber erudito). Pode ser considerado cultura tanto o erudito como o cotidiano, admitindo-se uma continuidade entre os dois. O pensado, o erudito, nasceria do impensado, a vida cotidiana, de onde tiraria sua essência. Seria o primeiro a alta cultura, na qual se desenvolve a atividade criadora do homem.

O segundo, o saber comunitário, seria o espírito do povo a que pertence este homem e que impregna sua maneira de ser e pensar, acolhe os gestos mais simples do dia-a-dia. Tal cultura permite uma identidade coletiva que põe em relevo o inconsciente coletivo e faz com

que cada comunidade de povos guarde as diferenças entre si, apesar da globalização. Em cada uma, a maneira de ser, de agir, de ritualizar foi elaborada lentamente e funciona de modo quase inconsciente, mas com rigor total. Nas Olimpíadas da China, os telespectadores tiveram oportunidade de observar as diferenças entre a cultura chinesa e as ocidentais em vários momentos do certame internacional.

Observamos também, algo mais próximo, no modo de festejar São João entre duas comunidades brasileiras, bem distantes entre si: Campina Grande, no seu jeito nordestino de forró e comida de milho e Corumbá, no Pantanal, onde fomos na época junina. Embora sejam cidades que herdaram a tradição portuguesa, na pantaneira Corumbá, a festa consiste em descer as ladeiras que levam ao rio Paraguai, para dar um banho na imagem do santo em meio a cânticos e procissão.

Afinando mais essa classificação, vemos que o saber cotidiano é saber local que deságua na cultura popular, e o erudito está na raiz da alta cultura que é universalizada. Quando os elementos de ambas são aligeirados e superficializados para serem consumidos em larga escala, surge o conceito de cultura de massa, onde se desintegram e se transformam muitos elementos da nossa cultura popular. Mas, participar de uma cultura, vivê-la é sentir-se integrado a seu próprio povo, vivenciando o belo junto com o coletivo.

Estas reflexões nos vieram quando Ariano Suassuna, o querido mestre, foi visitar o abrigo Bom Pastor, dando uma aula às detentas, aula-ponte entre o erudito e o popular utilizando elementos do último para comunicar-se com um público amplo e diferente. Foi um fato digno de nota, pois poucos têm um gesto de tal magnitude e desprendimento:

dar-se a um público que não tem acesso a sua obra. Talvez falte isso entre nós, a nosso povo: o sentimento de inclusão, de ser brasileiro, de ser cidadão, pelo acesso aos bens culturais e às expressões artísticas, e não só pelas letras de *crêu* e músicas *ivetizadas*.

Há também que promover interesse pela leitura de autores nacionais, pela verdadeira música popular brasileira na voz de seus intérpretes, por conhecer o patrimônio da arquitetura e da arte barroca nordestina/brasileira, o que levaria todos a identificarmos com nossas raízes, a adquirirmos noção exata de direitos, sabendo exigir dos governantes e até escolhê-los melhor. Porque a cultura nos faz sair de nós mesmos, superar uma visão limitada e situarmo-nos no mundo, como pessoa completa e não como marionete.



Concordar ou não: eis a questão

A língua portuguesa não abre mão de uma prerrogativa que em outras línguas pode não ser exigida: a concordância. Na nominal, o substantivo funciona como uma espécie de pólo em torno do qual gravitam os outros termos que a ele se referem, adjetivos, artigos e pronomes (alguns). Ele, o substantivo, comanda a orquestra levando-a a concordar em gênero e número. Em outras línguas, como o inglês, isto não existe: o artigo e o adjetivo permanecem invariáveis, como na concordância verbal, onde o verbo pouco se relaciona a seu sujeito. Faz jus em parte ao que disse o mestre Gilberto Freire: “A mais simples das línguas modernas é a inglesa, quase sem gramática – genuinamente angélica – unindo os homens, enquanto as línguas de gramática diabolicamente complicada tendem a separá-los”.

Cada língua tem sua organização interna, onde normas são seguidas para que a mensagem se efetive. Nisso, não há nada de “diabólico” no português. A concordância dos termos foi moldada através dos tempos linguísticos e herdada da língua-mãe, o latim. Por isso, expressões como “temas inéditas” ou frases como “Tratadores e veterinário faz tudo funcionar” soam exdrúxulas mesmo para quem não é especialista. No primeiro caso, estranha-se por que tema é masculino e no segundo, porque o sujeito e verbo devem estar no plural.

Reparem em “*Reunir estas quatro doce personagens é privilégio de poucas famílias*” e confirmem se não é difícil aceitar o singular de *doce*. É

um exemplo retirado da linguagem de TV, onde encontramos também o exemplo oposto: *tons pastéis*. Da mesma forma que *laranja*, *cinza*, *creme*, o termo pastei não admite plural quando nomeia cor diferente das cores básicas, adjetivas, que nomeando sempre tonalidade combinam em harmonioso colorido com o termo a que se referem. Assim *camisas azuis*, mas *calças turquesa*. O particípio também participa desta amistosa convivência. Em “30 quilos de peixe estragados foram apreendidos” a posição vai decidir a melhor harmonização: “30 kg de peixe estragado foram apreendidos”. Sujeito simples não é alguém sem vaidade mas aquele formado de uma única palavra. Concorde fácil – a simplicidade ajuda. A dificuldade começa (como na vida) quando entra mais gente na história: sujeito composto ou coletivo. É o famoso “a gente somos inútil”. Porém as normas da gramática já estão ficando mais elásticas e adaptáveis. Nem dá para reclamar tanto. Já é aceita a variação de concordância nas expressões partitivas, embora os matizes de expressão variem. Também em outros casos é permitido escolha: é só ler os compêndios gramaticais para ver que já começa a não haver imposição absoluta.

Quando há indeterminação do sujeito, o verbo vai para o plural ou tem-se o uso do singular com o reflexivo *se*. Afinal, não se sabe quem fez a ação e a frase adquire um tom leve de fofoca: *Disseram-me que a convenção acabou em briga. Quebrou-se a ética na negociação*. O verbo *ser*, apesar de existencial, quase vazio de significado, concorda muitas vezes com o predicado. É conhecido o verso de Bandeira: Santinha são dois olhos míopes e quatro incisivos à flor da pele.

“*Haviam várias pessoas no parque*” é uso comum, porém inadmissível porque *haver* em sentido de *existir* é impessoal. Em compensação existir

concorda com o sujeito a que se refere, fato às vezes esquecido, como se vê: “No Brasil só existe dois tipos de caipira. Onde você se enquadra?”

Concordar ou não concordar não chega a tornar a gramática da Língua Portuguesa diabólica como marotamente parece ter insinuado o mestre. Torna o estilo elegante e preciso, dando-lhe nuances que ressaltam o significado, expressando as intenções de quem escreve. É o “espírito da língua” faz com que a concordância se torne um claro sinal que o português é uma língua em harmonia com a realidade.



Ideologia e concordância

Não, não vamos falar de adesões, nem de acordos políticos e muito menos de alianças, temas que estão sempre na moda, na política. Vamos, como sempre, falar sobre a concordância do ponto de vista linguístico, sobretudo quando se dá com as ideias.

Concordar é algo difícil, porque leva a perder a independência. Em qualquer terreno, seja pessoal ou político, é comprometedor. As expressões usadas por diferentes correntes ou indivíduos podem permitir pensar que houve concordância de ideias. Mas, os termos são usados com acepções diversas, às vezes, escusas, como é o caso do nome de Deus usado em vão ou quase como uma blasfêmia, para justificar ações de morte e destruição.

A língua que falamos, reproduzindo e relatando situações vividas, tem suas dificuldades em implementar a concordância, sendo algumas vezes apenas aparente e ou concordância ideológica.

A concordância do verbo com o sujeito é exemplar, nesse aspecto. Ambos perdem a independência tornando-se refém um do outro. Nesse caso, a situação de ser refém não é humilhante nem perigosa como na guerra. A concordância verbal, podendo ser apenas formal, lembra certos países representados por ministros, que, embora sendo ideologicamente diferentes, assumem uma concordância de opiniões, regida por interesses inconfessáveis.

Entre o verbo e o sujeito há uma convivência estreita, o que os obriga a concordar na estrutura da língua portuguesa. O sujeito impera absoluto, sendo o dono do pedaço, uma espécie do que presidentes pensam ser do seu país e Bush pensa ser do mundo. O fato de ter um coadjuvante influi pouco, como se vê no exemplo: *Bush, apoiado pelo partido, contraria o mundo*. Mas o verbo também tem suas crises de desobediência, e não recebe nenhuma retaliação. Uma delas é a do verbo haver, sempre rebelde: *Haveria influências da crise de valores éticos como causa da demissão*. No sentido de *existir*, *haver* não dá bola para concordâncias, ao contrário do próprio *existir* que é subserviente. Com ele a história é outra: *Existiam razões que justificassem a atitude do presidente do Senado?*

Palavra variável, o verbo indica ação, estado ou fenômeno, relacionando-os com o tempo, referindo-se a um ser ou objeto, o sujeito. A solidariedade entre ambos exterioriza-se na variabilidade para concordar com o número (singular/plural) ou com a pessoa do sujeito. A concordância evita a repetição do sujeito indicada pela flexão verbal, a ele ajustada. Sujeito composto leva o verbo para o plural, mas não quando funcionam como sinônimos: *Recuo e acordo evita terceiro mandato* (fica esquisito);

Entre as regras de concordância, existe uma que vem sendo pouco seguida nas notícias de jornal, passando a fazer parte da chamada concordância ideológica, (nos dois sentidos, formal e real): é a com o nome próprio no plural que só leva o verbo para o plural se for precedido de artigo: *Andes contempla o Pacífico / Os Andes contemplam o Pacífico*. A concordância é aparente porque, apesar de ter forma de plural, o sujeito é uno.

Contudo, a força de um sujeito e da ideologia que perpassa as notícias vem mudando regras. Os Estados Unidos são um único país, mas tão poderoso que, mesmo sem artigo, o verbo não resiste e vai para o plural. A concordância é aparente duplamente, pois poucos concordam com a ação expressa pelo verbo, mas é também ideológica, pois nela se oculta algo mais profundo.

Como a força e o poder do agente, o sujeito causa *choque e pavor*, o verbo teme por sua integridade e vai para o plural, sem necessidade do artigo, talvez para não sofrer represálias; *Estados Unidos atacam base iraquiana*.

Concordar exige reflexão, cuidado e cautela, sempre, em todos os sentidos.



Dia da saudade

Foram criadas tantas comemorações, tantos dias e homenagens, só não foi criado até agora o *dia da saudade*. Estamos devendo essa à nossa língua, pois só nela pode ser expresso este sentimento e segundo Bastos Tigre, nas suas trovas, *por ela valeu a pena inventar-se o português*.

Pode-se refutar o argumento dizendo que em outras línguas pode-se expressar o mesmo com outra forma como *I miss you, tengo nostalgias de usted, je languis de toi*. Mas nenhuma tem o mesmo conteúdo semântico de tristeza e vontade de rever, resumido em uma única palavra que pode ser assim definida: *saudade não é lembrança, nem mesmo recordação, saudade é a dor da ausência, maltratando o coração*.

Também pode ser dito que o dia de Finados, já é uma data da saudade, mas nós não temos saudades apenas de quem partiu para sempre. Temos saudades até de nós mesmos, das faces que perdemos nos vários espelhos que refletiram nossa imagem e, às vezes, temos saudade e não sabemos nem de quê, como dizem os versos: *“Eu hoje estou com saudade não sei ao certo de quê. de um dia de claridade, de um carinho de verdade, de ouvir a voz de você / Eu sinto uma falta louca de um sonho bom que morreu, da alegria que foi pouca... de um olhar que não se vê... pois não há maior saudade que essa estranha ansiedade não sei ao certo de quê”*.

Fernando Pessoa tomou-a como mote constante, sentimento emblemático de seu povo: *“Saudades, só portugueses / Conseguem senti-las bem / Porque têm essa palavra / Para dizer que as têm”*. Porém, não são apenas

os portugueses e sim todos aqueles que usam a língua portuguesa, que com o termo exprimem o sofrido sentimento.

A vida vai tecendo laços e tudo que tece são pedaços do vir-a-ser que se transforma em ser. Assim, a saudade aportou no Brasil com a colonização e, sendo o Recife um dos primeiros, senão o primeiro porto a ser tocado na rota, ela aqui aportou e fez sua morada em nosso Pernambuco.

Na nossa poesia, a saudade é dominante, ora representada pela *cotovia* em Bandeira, saudade da terra natal e da perdida alegria da infância, ora representada pela *noite de São João*, junto com os entes queridos que estão *dormindo profundamente*. Olegário Mariano, ligando-a ao amor na encruzilhada do Destino, diz que *ela veio ao mundo para ser boa e dar o seu sangue a quem a queira*.

Outros dizem ser *parte de nós que alguém leva, parte de alguém que nos fica*. O sábio e saudoso Luis Gonzaga avisava que a saudade é boa quando a gente lembra só por lembrar, porém se vive a sonhar com alguém que se deseja rever, *saudade aí é ruim*, e eu digo isso por mim. É também, paradoxalmente, um dos temas recorrentes no tempo da folia, nas letras do frevo canção e de bloco, – *a dor de uma saudade vive sempre no meu coração* –, a cantar as saudades do amor perdido ou da terra natal. Os versos emocionam lembrando que *a saudade é tão grande que até me embaraço* ou ainda que *é tão grande a saudade que até parece verdade que o tempo ainda pode voltar*. Grande ilusão!

De etimologia incerta, as formas arcaicas primeiras foram *suidade*, *soedade* e *soidade*, na fase do galego-português. Teria vindo assim de *soledade*, *solidão*. Também foi levantada a hipótese de vir de *salutate*,

uma saudação bastante usada nas despedidas das cartas romanas. Até a influência de *saúde* já foi aventada.

A dificuldade de explicar a mudança fonética fez João Ribeiro opinar que *saudade* tem origem no árabe *saudá*, profunda tristeza. A outra hipótese (meio fantasiosa) é ter derivado de **Ceudda**, forma bérbere de dizer *Ceuta*, fortaleza distante onde os soldados passavam longo tempo ausentes da terra natal. O que fica, na verdade, é que com esta palavra, marca-se um estado de espírito que outras línguas não exprimem com precisão, sentimento muito próprio dos que usam o português como língua materna. Porém, como diz o poeta, *uma coisa é cantá-la e outra coisa é senti-la*.

Bem que a saudade mereceria um dia para ser comemorada, entre nós, falantes do português, seus eternos cantores e cultores. Mas, enquanto esse dia improvável não vem, cada um escolha seu dia pessoal e intransferível, para comemorar todas as saudades que sentiu, sente e carrega consigo pela vida afora, seja ela longa ou ainda curta.



Discurso político-eleitoral

A propaganda eleitoral vem se tornando um dos horários mais insossos e desinteressantes da TV Enfastia o eleitor pelo discurso sem empolgação e decorado, o que parece ser o denominador comum. Continua, o que já foi observado nas eleições anteriores, a apresentar o candidato como um produto diferenciado à venda, transformando a propaganda política em publicidade comercial.

Os candidatos passaram por um processo de pasteurização e todos os partidos se apresentam, conforme dizia Gerard Lagneau, sobre o Partido Comunista nos idos da União Soviética, como se um mesmo anunciante exibisse a mesma pasta de dente em todos os lugares. Os candidatos mostram-se igualmente eficientes e preocupados com o bem comum (só não se comprova a honestidade) e têm excelente programa de governo(para eles). As promessas são utópicas, mas o zelo com a saúde, a educação, o emprego e o combate à violência, tão anunciado, desfaz-se em fumaça depois da eleição.

Os recursos linguísticos concorrem para o efeito de *slogan* comercial, com a diferença que uma frase como “*L’Oreal, a eterna juventude*” não engana ninguém como força de verdade, pois reconhecemos nele a dose de sonho e sedução. Ao contrário, os *slogans* políticos, com suas promessas são capazes de adquirir uma força de verdade, para quem quer crer nas promessas vãs e várias, como crescimento econômico e preocupação social, visando produzir um efeito de adesão passional

mascarada por uma adesão racional, criando líderes e guias que não levam a lugar nenhum.

Na publicidade, o anunciante não precisa ser verdadeiro pois sua proposta é desencadear um desejo e, às vezes, nem é preciso que a promessa se realize: basta que faça sonhar. Ao contrário, o discurso eleitoral precisa parecer confiável e acreditado, mas se torna eleitoreiro.

Para Charaudeau, linguista francês e analista do discurso, no seu mais recente livro, *Discurso Político*, como também no anterior, *Discurso das Mídias*, o jogo político inclui a mentira, citada como recurso habitual, pois o candidato sabendo que não pode dizer tudo o que pensa e faz, nem o que prometeu e não cumpriu, precisa de palavras que não entrem sua ação para construir uma imagem positiva junto ao eleitorado.

Quaisquer que sejam as posições políticas, o sujeito (candidato) se move no domínio da prática, procurando descobrir desejos e necessidades para direcionar sua fala. Nem todos são bem sucedidos. As relações entre linguagem, ação, poder e verdade têm origem nos projetos de influência sobre o público, para que pense e aja segundo as intenções do autor.

O candidato/personagem constrói sua imagem na maneira como se apresenta ao público, pela linguagem e pela aparência que, muitas vezes, difere da realidade de sua essência. As máscaras, usadas conforme a necessidade de identificação com o eleitorado, confundem o ser e o parecer, a pessoa e o personagem criado.

O vivido é substituído pelo representado, congelado no momento favorável que faça parecer verdadeiro o que vemos e ouvimos.

O falar regional é outro recurso que não pode ser fabricado nem falso, pois deve revelar amor pelo torrão natal; estabelecendo laços de proximidade pelo sotaque com os da mesma origem e mostrando que o país se compõe de outras regiões e não apenas das grandes cidades. Lembremos aqui que o autor se refere à França, mas a situação no Brasil é bem semelhante.

Para ele, a oposição direita/esquerda já não é percebida nos discursos, nem tem poder de mobilizar. Os valores de cada comunidade é que prevalecem. Aqui, entre nós, alguns valores morais que já tinham sumido na prática política, sumiram também no discurso eleitoral, como a ética.

No final de tudo, quer os eleitores ajam e reajam por comodidade, sobrevivência ou medo de mudança, não se pode culpar apenas os políticos pelos resultados futuros, se forem desastrosos.

O eleitorado tem sua parcela de responsabilidade e, muitas vezes, paga um preço muito mais alto que os eleitos, por suas escolhas. Aliás, é ele que paga o preço de não ter feito escolhas bem pensadas, não levando em consideração os fatos que desabonam e descredita aquele que recebeu seu voto.



A revolução na linguagem

As pessoas, segundo Umberto Eco, podem ser classificadas em apocalípticos ou integrados, de acordo com a sua aceitação de mudanças sociais. Apocalípticos seriam os que não aceitam as mudanças e os integrados seriam os que aceitam sem questioná-las.

A comunicação via internet suscita muitas discussões em torno de sua forma de uso, ensejando posições que podemos julgar apocalípticas, no que se refere ao uso de abreviaturas e siglas, nos chats e e-mails e outras novidades, como o uso de figuras e grafias inovadoras. Mas, apesar dos protestos que suscitam são inerentes à língua os processos de economia linguística que já resultaram em **cine**, **pneu**, **foto**, **cd**, **quilo** e **você**, entre outros.

Um dos maiores linguistas da atualidade, o irlandês David Crystal abordando a linguagem da internet, tem posição oposta, aceitando como natural e previsível a mudança. Absolutamente **integrado**, Crystal estuda esta linguagem, sem lançar nenhuma sombra de preocupação sobre a permanência das palavras e seu significado, explorando sobretudo a ideia de que a internet é uma forma nova de comunicação que fez uma revolução na linguagem. Argumenta ainda Crystal, que a comunicação mediada pelo computador tem características diferentes da fala, mesmo nos e-mails, porque não tem o retorno instantâneo do face-a-face. São mensagens completas, unidirecionais, sem a ajuda da entonação, nem da expressão facial, sendo muito mais lenta na troca de informações, do que a fala.

Porém, o que mais interessa é sua diferença em relação à escrita, pois, na simplificação que acarreta, residem as preocupações. Entre estas, é vista como primeira diferença, a estabilidade da escrita: o texto impresso é estático, enquanto uma página da web pode variar a cada busca. Quanto aos e-mails, ele lembra a mobilidade de sua forma, a facilidade de modificá-los e/ou encaminhá-los a outro, as possíveis ligações com outros textos, (link) que conduzem ao hipertexto. Os possíveis erros de digitação também não levam a concluir, como na escrita convencional, que o emissor não sabe escrever. São produtos da pressa, logo deletados; são passageiros e voláteis. Os efeitos na língua desse novo meio são duplos: inicia uma mudança no caráter formal e possibilita maior utilização da escrita. São inúmeras abreviações usadas (tb, vc, q, bjus) e a falta de maiúsculas e de acentos surpreende o falante de português.

A ortografia fora do padrão, condenada na escrita convencional, é usada sem sanções em ambientes de conversa. A aparente falta de respeito pelos padrões da escrita está preocupando muitos, julgando-se que as crianças não saberão escrever no futuro, pela quantidade de modificações usadas.

Contudo, abreviaturas sempre foram usadas na língua, sem terem interferido para dificultar a comunicação. O único cuidado a ter, é que estas sejam usadas apenas na comunicação via computador e não sejam adotadas na escola. A língua tem determinados registros que devem ser respeitados. Não levamos para uma ocasião formal a linguagem das ruas: é um fato intuído por qualquer falante.

Um vocabulário que tem como fonte o inglês está entrando para as línguas do mundo através da internet. Nomeiam situações, operações

e atividades restritas à linguagem do computador e alguns termos já entraram no domínio geral nas línguas contemporâneas.

A comunicação via computador não usa uma linguagem cifrada, mas diferente, de acordo com o meio recém-criado. É mais que um agregado de características da fala e da escrita e faz coisas que nenhum desses outros meios faz. Deve ser vista como uma forma de comunicação que gerou sua própria linguagem, com regras exclusivas e, não como uma escrita anárquica numa visão **apocalíptica**. Este é um avanço tecnológico que não se pode medir nem projetar.



O que é gíria?

Curtir, ficar, namorar, tatuar, casar: diante das relações fugazes, a língua portuguesa encontra maleabilidade para definir os diversos estágios da relação amorosa. Se antes já fora *amizade colorida*, substituída pelo verbo *ficar*, agora na definição do novo *ficante* de Luana Piovani, um modelo de 19 anos, o certo é *se curtir*. “*Ficar* pode admitir estabilidade não desejada” Pelo dito, vemos a evolução da nomeação dos relacionamentos-relâmpago dos ricos e famosos, com a criação de termos giriáticos, próprios para divulgar as notícias desse grupo que se destaca na mídia. Gíria é, antes de mais nada, linguagem de um grupo que procura se diferenciar dos demais através de forma diferente de se comunicar. Quando essa forma cai no domínio comum, o grupo a abandona, criando outras alternativas. Mas, além disso, a gíria mostra a face do tempo na fala. Essa face torna-se visível na gíria em sentido lato, naquela que cai no gosto dos falantes, em geral, um conjunto de termos que são provenientes de diversos grupos que se generalizam e assinalam o estilo na linguagem coloquial popular. Amplia-se ainda com o uso de termos obscenos ou grosseiros para a expressão de uma violenta linguagem afetiva.

Estas gírias *enriquecem* o vocabulário com criações individuais e tornam-se patrimônio comunitário, sendo caracterizadas por uma atitude de desvio da norma estabelecida, além de efêmeras e passageiras. Nasceram por acaso e desenvolvem-se nos mais variados sentidos e, do

mesmo modo, desaparecem. Nascem nas ruas, nos afazeres e lazers cotidianos, nesse vai e vem que se transforma num nervosismo criador, mas nem todas chegam à maturidade. Muitas morrem antes de adquirir força que lhes permita viver por sua própria conta.

Várias delas surgem na temporada de praia das cidades litorâneas, onde o contato entre jovens se intensifica. Permitem a consciência, ainda que difusa, da efemeridade da gíria.

Expressiva e inconstante, a gíria dura pouco; o espaço de uma novela, de uma moda, de um fato novo. Quando dicionarizadas, elas perdem o que têm de marcante: a vivacidade e a originalidade. O sentido pejorativo ou maldoso está na raiz de muitas. Mais do que estratos sociais, o uso das gírias revela a época do surgimento. Quando se ouve uma gíria antiga, pode-se identificar a faixa etária do falante: é mais reveladora que carteira de identidade.

É delicioso, para quem tem muitos quilômetros rodados, reavivar lembranças pelos termos que nomeiam fatos, costumes e objetos já esquecidos, embora não haja um critério didático na enumeração. No arquivo da internet *Assim se passaram os anos*, produtos comerciais, frases feitas, termos giriáticos, hábitos, revistas antigas, povoam uma lista com a marca da década em que surgiram e ganharam espaço.

Da década de 40, estão *botafora, fuzarca, flerte, do barulho, senta a pua, beliscada, xeledú*. Dos dourados anos 50, estão *tirar linha, vai ou racha, coqueluche, brotinho, chanchada*. Os anos 60, com a revolução de costumes então iniciada, introduziram *alternativo, psicodélico, boa pinta, quadrado, prafrentex, já era, carango, calhambeque, bossa nova*.

Entre os modismos nos anos 70 surge: *aprontar, bicho, bicho-grilo, fazer a cabeça, entrar pelo cano, fôfoca, transar, pô*.

Os anos 80 contribuíram com *bode*, *massa*, *patrulha ideológica*, *ô meu*, *mina*, e outros menos votados e pouco lembrados. Quando a cortina se fechou sobre o milênio e o século, a década de 90 teve a gíria globalizada com *axé*, *chavecar*, *clubber*, *estiloso*, *grunge*, *brother*, *zap* e *zoar*. Bem recentes, frutos deste século, são *bombar*, *marola*, *marombeiro*, *mensalão*.

A efemeridade da gíria toca nossa sensibilidade porque demonstra concretamente a passagem do tempo, dos fatos, dos homens, enfim, põe em relevo a fugacidade da vida.



Revelar emoções

“*Se chorei ou se sorri, o importante é que emoções eu vivi*”. Os fãs de Roberto Carlos estão comemorando seus 50 anos de carreira, assistindo ao show Emoções, música que foi de seus maiores sucessos, pois toca num ponto sensível da alma, aquele que ativa os sentimentos, quando a razão é deixada de lado. Quando as emoções vêm à tona, as palavras em ordem lógica não conseguem expressá-las. A linguagem perde a racionalidade e em todos os idiomas expressa-se rapidamente o que se sente por uma palavra que revela o que sentimos, sejam emoções positivas ou negativas.

Trata-se de uma palavrinha, que traduz rápido emoções e sentimentos, a interjeição, e também dos palavrões que são transformados em exclamação, quando perdemos o domínio da razão.

A interjeição é pensada apenas, às vezes, como um conjunto de **ais**, **uis** e **ois**, para exprimir dor ou alegria. Seu valor vai além disso. Está inscrito na língua, como vetor da emoção do falante, pois entre as funções da língua está a de transmitir emoções, nem que seja apenas para si mesmo.

A língua comunica o que pensamos ao nosso interlocutor, expressa o nosso sentir, além de representar a realidade objetiva. A interjeição integra o grupo de formas de expressar o que sentimos e não consta apenas de gritos e sussurros. Muitas têm uma história e chegaram à forma abreviada depois de muitos anos de uso. Algumas têm uma origem

escusa e imprópria, mas dentre as que podemos citar, estão algumas bem nordestinas como *votes*, *oxente* e *vixe*. *Votes* é formada de *Vou te esconjurar*, *oxente* é a admiração presente em *ó gentes!* *Vixe* é a invocação à Virgem. Estas três citadas têm sido muito usadas pelos nordestinos, como expressão de espanto diante das revelações dos escândalos no cenário político. *Epa, eita, opa, upa* eram formas de fazer andar os animais de transporte, sendo, no momento, também usadas diante de coisas que não andam bem: são, pois, de uso constante. *Oxalá*, homônimo no deus africano, é do árabe, significa pela vontade de Alá e pode revelar a esperança (ainda que combalida) que encontremos os caminhos.

Outras interjeições nordestinas populares são: *priu*, soando como apito final, avisa que terminou o tempo da ilusão. Junto com o conclusivo *pronto*, de usos múltiplos, encontra muitas ocasiões para ser repetido. Seu sentido é polissêmico. Outras são de uso nacional e servem como desabafo ou incentivo: *Abaixo! Fora! Morra! Viva! Fera! Beleza!* As três primeiras são de uso coletivo, por multidões, as duas últimas de uso restrito, sobretudo aos jovens. *Valeu! Uau! Lindo!* expressam a admiração e o entusiasmo de uma vitória, nem que seja no futebol assim como *É isso aí!*.

Puxa ou *Puxa, vida* é a constatação de dificuldades não superadas. *Cruz! Credo!* serve para exorcizar previsões negativas das autoridades de plantão ao demonstrar espanto e desaprovação.

Oi, pequeno e expressivo, encampado como marca na telecomunicação, é um curto e simples cumprimento. *Chau* que caiu no gosto do brasileiro, vindo da Itália, do difícil dialeto veneziano, representa às vezes o adeus às ilusões.

Do Sul do país nos vem o Rio Grande de Sul com *tchê*, São Paulo com *ué*, Minas com o característico *uai*, todos eles como comunicações breves entre os falantes.

Há interjeições ainda que se originaram de palavrões, alguns já descontaminados do sentido pejorativo, falados até por crianças, sem que entendam o que significa. Assim é a língua, com sua lógica própria: ajuda a expressar o sentimento com uma minúscula palavrinha, que nem sequer é incluída na sintaxe da frase, dizendo com isso mais do que. às vezes, uma frase completa. Elas, palavrinhas e palavrões, têm muito uso no nosso cotidiano e demonstram, mais do que pensamos, o que somos, pois segundo a filosofia milenar do chinês Lao-Tsé, *a alma não tem segredos que o comportamento não revele*, e, no nosso comportamento linguístico, a escolha das palavras que expressam emoção revela a todos o que queremos encobrir, revela quem somos nós.



Empréstimos e identidade cultural

O fenômeno linguístico/cultural do empréstimo, palavra estrangeira que se introduz em nossa língua, sempre levanta polêmicas. O fenômeno não é tão simples quanto possa parecer, nem envolve apenas o aspecto linguístico, mas também questões culturais e políticas.

Sabemos que a palavra é um fenômeno ideológico por excelência. Sendo assim, a adoção de uma palavra estrangeira revela-se como algo mais que uma escolha formal: toda importação de termos é uma intrusão de uma cultura estrangeira e traz consigo um precipitado de valores que interfere e modifica a cultura importadora.

A língua-fonte é a que influencia na imposição de um termo, e a que o recebe é a língua receptora. A coexistência entre ambas tende a modelar o vocabulário da receptora por um recorte analógico do mundo objetivo, de acordo com os traços da língua-fonte. A causa não é apenas a vizinhança territorial, nem a convivência linguística. É resultado da ascendência de uma nação sobre a outra no campo em que se dá o empréstimo.

O conceito de identidade cultural diz respeito à conexão entre indivíduos e estrutura social. O mundo das representações, do qual a língua faz parte, tem uma dinâmica própria mas sofre influência da base material da sociedade. Nele surge o conceito de *visão do mundo*, presente na forma de comunicação.

A função social das representações é assegurar a dominação de uma classe por outra, violência simbólica que também acontece entre nações, gerando o dominante e dominado, com base no poder político e econômico, definindo o mundo segundo seus interesses.

A identidade social e cultural é a categoria que define como os indivíduos se inserem no grupo e como eles agem, tornando-se sujeitos sociais. Define, também, a forma como o indivíduo incorpora o mundo material a partir da experiência e projeta essa incorporação como construção simbólica.

Essa noção de identidade evoluiu junto com as transformações sociais que se acentuaram no século XX. Houve uma transição do nacionalismo para a *globalização*, quando tudo passou a fazer parte do *mercado* dominado pelas potências mais poderosas. Com a *globalização*, pela circulação planetária de informação e cultura, criou-se uma área comum de referência, onde as identidades específicas vão perdendo os contornos.

Com a evolução dos meios de comunicação, o indivíduo tem condições de receber e consumir bens produzidos em outras culturas, incorporando a seu cotidiano valores de realidades distantes. Desta forma, enfraquecem-se os vínculos com a comunidade mais próxima, junto com as noções de regionalismo e nacionalismo. A adoção indiscriminada de termos estrangeiros, provenientes da cultura que domina os *mass media*, torna-se uma consequência natural.

Este não é um fenômeno recente: esteve sempre presente nas línguas através de contatos fortuitos ou prolongados. Na atualidade, intensificou-se pelas condições de supremacia de uma única nação sobre

as demais. Faz-se a distinção entre o termo já incorporado há muito tempo, um fato histórico e o empréstimo recém-entrado, um fato político contemporâneo. Apesar disso, a linha divisória não é sempre fácil de traçar. Nenhuma língua moderna é tão simples nas suas escolhas que um conjunto de categorias possa descrevê-las exaustivamente.

Medidas que façam parte de uma política da língua não precisam incluir regulamentação de empréstimos. Basta que inclua a alfabetização em larga escala, a melhoria do ensino no nível básico, com a qualificação do professorado de Língua Portuguesa e o incentivo a publicações didáticas adequadas.

Abordaremos agora o caso específico do inglês americano e sua influência na língua portuguesa no Brasil, resultante do domínio de uma nação sobre a outra na área econômica e política.

Bem conhecidas e populares se tornaram *movie*, *estresse*, *sale*, *bus*, *hamburger*, *rock*, além dos termos da informática e de muitas outras atividades globalizadas.

A frequência desses termos não é uniforme. Uns são sempre requisitados, outros, raramente. Uns nomeiam objetos e lugares (*bar*, *trade*, *check in*, *CDrom*, *loft*, *marketing*, *merchandising*) enquanto outros apenas enfeitam a frase (*Ok*, em *off*). Mas, todos eles apontam para uma especialidade forte na cultura exportadora. O termo importado é considerado insubstituível e intraduzível.

Os empréstimos do inglês americano são de uso recente, relacionados a negócios, cultura de massa, esportes e ciência. Essas palavras que voam sobre as fronteiras linguísticas e políticas e aterrissam tranquilamente no campo “inimigo”, podem ser reformuladas ou não na

escrita, porém na fala são sempre adaptadas à moda do freguês. É o que aconteceu com *mídia* (media), *frisa* (Freaser), *frila* (freelancer), *self-serve* (self-service). Estes termos podem também adotar um sentido diferente da língua-fonte, como *biônico*, *snob*, *handcap*, *outdoors*.

A língua, sem sombra de dúvida, acompanha o poderio econômico. As palavras vindas do inglês têm o peso de 4500 bilhões de dólares (PIB dos povos de fala da língua inglesa) e, têm a seu favor o peso da cultura moderna da sociedade de consumo, com a publicidade, o cinema, a TV, a internet, divulgando o *American way of life*, a ser imitado e respeitado internacionalmente. Caso interessante aconteceu com o futebol, vindo das terras bretã. Tornando-se muito popular no Brasil e havendo dificuldade no uso de termos, estes foram adaptados e traduzidos para o português pelo radialista Oduvaldo Cozzi.

Em *Crise da Nossa Língua de Cultura*, Antonio Houaiss identifica os problemas que enfrenta a língua portuguesa para conservar-se como forma de expressar as mudanças e inovações, afirmando que a influência do inglês americano faz com que a língua portuguesa corra o risco de não servir de meio de expressão para as culturas complexas modernas. Se qualquer língua recebe sempre uma enxurrada de empréstimos de outra, ela se torna cada vez mais diferenciada de si mesma. Este fato se observa no português brasileiro do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

O empréstimo se dá, em geral, como item lexical e torna-se testemunho de uma competência insuficiente, concorrendo também para prejudicar o jogo de significações cristalizado na língua. Mas a sintaxe já começa a sofrer consequências, pela disseminação do genitivo saxônico entre usuários em geral sendo perigoso seu uso pelos que não conhecem

o inglês. *Loteria Luck's*, *Academia Sanu's* são formas de alta frequência nos estabelecimentos da periferia, misto mal digerido de inglês, latim e português. Também as preposições estão sendo adotadas: *in*, *off* com valor adjetivo e *by* como preposição, surgindo as construções do tipo *Modelos by Ocimar Versolatto*. A outra observação é que aqueles xenismo, que nunca foram traduzidos, não são entendidos Assim, por não entender o que diz, já vimos alguém pedir um *cheeseburger* sem queijo!

Claro isto ocorre nas camadas menos letradas da população. Os profissionais da informática, do marketing, da publicidade, do turismo, empregam de forma pedante e correta os termos em inglês, de alta frequência naqueles jargões profissionais, e que também resulta do desnível sócio-educacional crescente, que atormenta o país. Mas justamente aqueles mais letrados e bem situados, são, às vezes, os que usam desnecessariamente os termos ingleses, para marcar sua diferença da *casta* inferior e sua identificação com a *casta* superior: o dominador.

Hoje são de uso corriqueiro entre os jovens de classe média e alta anglicismos como, *fashion*, *boyzinho* e *boyzinha*, (*mistura de nome inglês – boy – com sufixo português*) *day-by-day*, *overdose*, *personnal trainer*, *personnal stylist*, *rave*, *please*, *play*, *feeling*, *top*, *down*, *DJ.*, *VJ.*, *expert* e muitos outros.

Enquanto isso o domínio que têm do vocabulário em língua materna encolhe e empobrece. O comércio e os negócios contribuem para isso com as frequentes ocorrências de anglicismos para demonstrar modernidade: *Sale*, *price off*, *overweight*, *overbooked*, *coffee-break*, *know-how*, *drive-thru*, *check-in*, *check-out*. E, como consequência surge a festa

do *Halloween*, estranha a nossa cultura, tão rica de festas e tradições culturais diferentes.

Como dizia Heidegger, o idioma é o ser, ou melhor, a língua é a casa do ser.

Por isso, a intromissão exagerada de outra língua apaga as experiências compartilhadas e acumuladas pela comunidade de fala, tornando-as impessoais. A língua materna, no caso brasileiro, o português, seria a última identidade que restará, se as demais forem perdidas.



Enquanto isso, na sala de justiça

Propaganda é uma palavra de origem religiosa, criada para nomear o trabalho de divulgação da fé católica e que terminou tristemente designando a Comissão da Santa Inquisição, em passado distante, que é melhor esquecer. O termo ampliou o sentido e passou a indicar a divulgação e a manipulação com características argumentativas, em vários campos.

Além da propaganda religiosa, surgiu a propaganda ideológica, a político-eleitoral, a institucional e a comercial ou publicidade. Enquanto a comercial é leve e sedutora, voltada para o indivíduo, despertando desejos e necessidades, as demais veiculam valores éticos e procuram atingir a comunidade e persuadi-la de suas verdades. Manipulam símbolos, utilizando linguagem e imagem e “como água mole em pedra dura”, acaba convencendo o receptor.

Na telinha da TV, as peças de propaganda institucional (na verdade de propaganda partidária e de natureza eleitoreira) *quase* conseguem nos convencer de que vivemos no melhor dos mundos, aliás, que já entramos no primeiríssimo mundo, se não, no reino dos céus.

O que nos dá acesso à realidade é o banho de informações contrárias que imediatamente nos dão os telejornais, que, por sinal, são às vezes injustamente execrados por sonegarem a verdade.

Sim, porque essas peças de propaganda são veiculadas na hora da maior audiência televisiva, a hora do noticiário, e quando falam,

por exemplo, das maravilhas e dos cuidados com a malha viária do país, segue-se logo um desmentido em forma de notícia. O estado das estradas, a falta de conservação do pavimento e da sinalização provocam desastres e engarrafamentos que atrapalham a vida do cidadão, contribuinte e usuário.

É mais contrastante quando se fala em educação. Parece que existe o maior interesse na aprendizagem dos alunos, na qualificação do corpo docente, no incentivo, no salário digno, na manutenção das escolas, no bom andamento das universidades, nas pesquisas, quando vemos que se acredita tão pouco nisso que se criaram as quotas, forma tonta de reparar injustiças.

Acaba o intervalo comercial (pois é assim que se define a mensagem) e caímos das nuvens da fantasia no duro chão da vida real. São alunos sem aula, falta de vagas, professores em greve por salários decentes, escolas em prédios depredados, nossos estudantes classificados nos últimos lugares no *ranking* do ensino no mundo. O depoimento que se segue é real, e o desabafo vem de uma professora, chegado agora, pela mídia eletrônica: *Infelizmente, as informações abaixo, apesar de serem verdadeiras, não aparecem nas propagandas do governo, nem a escola na qual trabalho Nossa Senhora de Fátima, em Bola na Rede Lá não tem sala para os professores, só existe um banheiro (com um vaso sanitário, sem descarga) para todos os funcionários, não tem água para os professores, as salas com sérias infiltrações, os alunos sem livros didáticos (eu sou professora de português e não tenho livro para os alunos), sem biblioteca, sem laboratório, sem lazer. Vale salientar que apesar de a voz ser o instrumento de trabalho dos professores, as escolas não fornecem água para os profissionais, cada educador tem que pagar pelo líquido!*

A área da Saúde, relegada junto com a educação, contrasta nas mensagens institucionais, com o noticiário doloroso que nos vem dos hospitais e dos postos de atendimento. Que importa a pesquisa com células-tronco para quem não tem acesso ao mais elementar cuidado com a saúde?

Quanto à segurança, pois não há como esconder, embora subliminarmente ainda se tente passar uma imagem otimista. Mas, a propaganda ou o *marketing* insistem em maquiar as condições de vida da maioria. Com o dinheiro do contribuinte.

Enquanto isso, na sala da justiça, como diz o bloco carnavalesco, ou nesse Brasil de meu Deus, no fundo dos seus grotões, e na periferia das cidades, falta tudo que esse dinheiro poderia resolver, até água, indispensável à vida. Saúde, educação e segurança só têm vez nas campanhas. Depois somem das preocupações e são apagadas da memória. E sempre volta sobre a nudez crua da realidade, a se estender o manto diáfano da fantasia da propaganda institucional.



Literatura na escola

Pesquisas divulgadas recentemente sobre as leituras obrigatórias no ensino médio, despertaram pouco interesse. Alguns expressaram sua discordância: a maioria ficou à margem do assunto, pais e professores. Houve e há apatia e indiferença. As escolhas incluíram livros que, além de traduzidos, não têm ligação com a nossa realidade, histórias onde a trama rasa e o estilo pobre compõem o tripé com o sensacionalismo do tema. Nada acrescentam, nem do ponto de vista da linguagem – são traduções comerciais – nem do ponto de vista da arte da palavra, a literatura.

O compromisso dos escritores brasileiros com sua língua e cultura foi esquecido. Como também foram esquecidas as palavras de Osman Lins: “*O escritor é um homem que ascolta seu povo e impulsionado por uma necessidade profunda de expressão, sonda as possibilidades vivas da língua e busca escutar sua própria voz e dos seus irmãos*”.

As críticas apontam como uma das causas os textos jornalísticos terem substituído os textos literários, quando, para Proust, “*a verdadeira vida, a única vida realmente vivida é a literatura*”.

A literatura nas escolas foi sendo insensivelmente dissolvida na água morna da para-literatura, produção superficial que segue a moda do dia, escrita sem grandes cuidados, pronta para o consumo, sem necessidade de se aborrecer os alunos com as sutilezas lexicais ou sintáticas dos grandes autores: os professores sentem-se desobrigados de fazer ler os textos maiores, completos.

A intenção de simplificar os estudos afasta cada vez mais os alunos das escolas públicas do conhecimento literário, alija-os de vez da alta cultura, que os alunos das classes elevadas continuam a frequentar e usufruir.

A chance de integração cultural para um jovem é estudar a literatura do país. O que acontecerá nas universidades, se não se adquirirem, no secundário, os rudimentos de literatura?

O filtro da escrita, onde se cristaliza e desenvolve a faculdade de pensar e raciocinar, a solidez da cultura e a qualidade da escrita, não contam mais. Para que alguém se torne um escritor é preciso conhecer os do passado. Mas, uma mão desconhecida apaga com um golpe, a memória literária do quadro negro da escola.

Poderá parecer que em época de globalização, no caso do Brasil, facilita adotar autores norte-americanos. A resposta é a frase de Ariano Suassuna: *“É nossa obrigação fortalecer a cultura (a literatura incluída) para que as influências estrangeiras não a descaracterizem e possam essas influências ser incorporadas como forma de enriquecimento”*.



Escala social

“Vossa Excelência defender eis vossa posição na Câmara?” Qual o desvio que apresenta frase tão formal? Podemos examiná-la no aspecto linguístico e social pois a interseção língua/sociedade nunca é tão evidente como nos pronomes de tratamento. Eles são resultantes da estratificação social rígida nas sociedades de língua portuguesa, onde é necessário que se coloque etiquetas nos interlocutores e que se marque o afastamento ou a aproximação no início da fala. É a marca da escala social com que se mede a importância aparente do indivíduo.

Nas sociedades de língua francesa resolve-se a questão com o *tu* ou *vous*. Em inglês, simplifica-se com o *You*.

Em português, contudo, esta é uma questão bastante complexa, que pode causar embaraços nas relações além de ruído na comunicação.

A hierarquia social obriga-nos a dirigirmo-nos a uma pretensa qualidade de que se investe o interlocutor, detentor de um cargo ou posição superior, reforçando distâncias e vaidades: Excelência, Eminência, Alteza, Senhoria, intensificado pelo superlativo em Reverendíssima. Embora nem sempre possuam a qualidade evidenciada no substantivo abstrato, é o tratamento obrigatório dispensado às autoridades (e ai de quem esquecer!).

Nenhuma língua, entre as latinas ou mesmo ocidentais, possui uma gama tão grande de virtudes encarnadas nos representantes do

poder, seja público, seja privado. Em nenhuma cultura é tão necessário marcar a distância social logo na abertura da comunicação: “**Vossa** Excelência teve um desempenho brilhante hoje no Senado”. Mas, se o senador estiver ausente e falarmos sobre ele, a forma é outra, como também (quem sabe?) a opinião: “**Sua** Excelência teve um desempenho medíocre hoje no Senado”.

As expressões de tratamento são em grande número, indo desde as reverentes já citadas, até o familiar *ocê*, passando pelo cotidiano *senhor e senhora*. Elas trazem dificuldades ao uso da língua padrão, pois embora referindo-se ao interlocutor, 2ª pessoa portanto, exigem verbo conjugado na 3ª pessoa bem como os demais pronomes. Assim, na frase que abre o artigo, o correto seria: “Vossa Excelência defenderá seu projeto na Câmara?”, com o verbo e o pronome na 3ª pessoa do singular e não na 2ª do plural, como faz muita gente.

Além desses acima, cerimoniosíssimos, temos o simpático *ocê*, corruptela de Vossa Mercê, preferido no Brasil. Em Portugal pré-novelas da Globo era recebido a patadas, segundo o escritor Mário Dionísio. Também *ocê* leva o verbo e os pronomes para a 3ª pessoa. Useiros e vezeiros somos de *senhor*, forma com que tratamos até os mais humildes, por temor de que se estabeleça uma intimidade indesejada. *Senhor* reduziu-se ao popular *seu*, corruptela que convergiu para um homônimo do possessivo. *Dona*, do latim *domina*, é o correspondente feminino, permanecendo o *Dom*, como título: “Seu João, quanto está o quilo do tomate? – Cada vez mais caro, dona”.

Senhorita é quase arcaico; *senhorinha* sumiu na poeira do tempo. Ambos têm em Portugal como equivalente, *menina*.

A gente substitui *nós* na linguagem coloquial e só traz problema quando é escrito *agente* ou leva o verbo para o plural: ***A gente somos inútil***. Pior, impossível!

Segundo Celso Cunha, *cara* já iniciou o caminho para o uso como pronome de tratamento. *O cara foi assaltado e perdeu o emprego* traz linguagem e situação próprias dos dias de hoje.

Os pronomes de tratamento colocam os interlocutores nos lugares sociais que lhes são reservados, justa ou injustamente, pela comunidade e, do ponto de vista gramatical, vão exigir que o tipo de tratamento não seja alterado no decorrer da comunicação. Esta mudança de tratamento também iria de encontro às regras de organização social e até, em última instância e bem menos relevante, às regras de etiqueta.



Ética e linguagem

O homem, ser social, tem como parâmetros de comportamento, aqueles que apreende do grupo em que está inserido. Através desta aprendizagem desenvolve critérios de conduta, escala de valores, em todos os níveis, inclusive o da linguagem, introjetando os modelos que observa em seu entorno. Como *tudo flui e nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio*, esta evolução ou mudança também atinge os modelos tomados como padrão.

Muniz Sodré, no seu livro sobre linguagem jornalística, afirmava, na década de 80, que o modelo para uso da língua deveria ser pesquisado nos meios de comunicação, sobretudo na primeira página dos (bons) jornais, escrita dentro dos padrões de objetividade, clareza e correção, atendendo às exigências da norma padrão. Mas será que essa opinião permanece válida?

Há poucos meses, no primeiro parágrafo da primeira página, do jornal mais conceituado de São Paulo, lemos: *As três explosões ocorridas no metrô de Londres, ocorreram com intervalos de 50 segundos. A simultaneidade reforça a ideia de que os terroristas estão vivos e soltos e que outros atentados podem ocorrer.* No pequeno trecho, destaca-se a pobreza vocabular e raciocínio confuso.

Já os linguistas mais ortodoxos dizem que devemos buscar o modelo da língua padrão na linguagem literária. Em qual linguagem literária da atualidade? Guimarães Rosa, João Ubaldo Ribeiro, João Cabral?

Literatura é arte e nem sempre a forma de dizer o cotidiano, aliás, quase nunca, coincide com a estética literária.

Resta-nos, assim, o último modelo recomendado como padrão: a norma ideal seria o falar das classes cultas, das elites, das autoridades. Mas, quem? Já nem falamos dos parlamentares, que muitas vezes vêm do povo, para representá-los (?): suas declarações, na forma e no conteúdo, não servem de modelo, ainda mais quando espontâneas e sem *script*. Tampouco a ética e a disposição para o trabalho são modelares. Nem vamos falar na autoridade suprema, que poderia apenas ser modelo de fala bem especial: falares regionais misturados para fins demagógicos.

Subindo um pouco na escala de autoridade em relação aos parlamentares, chegamos aos ministros. Agora em 2006, as declarações de uma ministra, com muito poder e (dizem) saber político, defendendo a aprovação das emendas de deputados cassados, foram em uma linguagem tão descuidada, que pareciam conversas ou explicações que dava na cozinha de sua casa. Como pode esta linguagem servir de padrão ou modelo? Nem a linguagem, nem a ética.

Uma língua é um conjunto de variedades ou possibilidades de opção. Essas variantes apresentam diferenças por *questões geográficas* (falares locais e regionais, e modalidades intercontinentais); por *questões socioculturais*, (nível culto, coloquial e popular); por *questões de modalidade de uso* (falada, escrita, jornalística, literária e outras); por *questões de mudança no tempo*. Embora apreciemos muito o estilo de Machado de Assis, não podemos escrever como ele: a realidade mudou, mudando a língua. Nem o modelo de fala dos apresentadores da mídia pode ser o dos antigos locutores de rádio. Do mesmo modo que hoje navegamos

na internet, podemos navegar na língua, escolhendo uma forma de expressão que se adapte ao exigido no momento. Como na internet, existem regras que limitam os usos e escolhas e que nos balizam o comportamento. A questão é descobrir onde estão e como aprendê-las. Como e com quem?

Conhecimento linguístico não é conhecimento matemático: não existem critérios absolutos, mas contextuais. Há necessidade de estudos e vivência acumulada para determinar o que é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é apreciado, o que é grosseiro, o que é inadmissível e o que é e o que não é correto. Para isso, precisamos escolher modelos ou padrões linguísticos, difíceis de identificar, hoje, como também acontece com os padrões éticos.

Segundo Mattoso Câmara, a norma padrão seria constituída pelos hábitos linguísticos das classes sociais de maior prestígio, das elites dirigentes do país. Mas, estas, como estamos vendo, já não nos fornecem modelos de comportamento linguístico. E de nenhum outro.



Oblíquo e dissimulado

O título não trata de nenhuma das figuras públicas da atualidade que frequentam as manchetes dos jornais. Mas, trata de um termo em língua portuguesa que tem com muitas dessas figuras, características em comum: o se. Tem dupla personalidade e nem sempre assume o que faz.

Como conjunção ou pronome, se tem vários usos. Se conjunção é mais simples, mesmo assim dissimulada: ora é condicional, ora é integrante, com os verbos de declarar, demonstrando incerteza.

Vamos tentar entender sua dupla personalidade, com os versos abaixo:

“Não sei se devo lembrar / Não sei se devo esquecer
Se lembro, quero esquecer / Se esqueço quero lembrar”

Temos, nos dois primeiros versos a conjunção integrante, junto com a incerteza da declaração. Nos dois últimos, temos a condicional, criando um fato hipotético, a eterna e sibilante condição.

Este primeiro *desvio de personalidade* do se é fácil de desvendar. Mais difícil é o de pronome, quando oblíquo e mais dissimulado. “Sente-se tranquilamente e ponha-se a raciocinar... Sente-se algo diferente, a massa quer se levantar”.

No primeiro verso, está o verbo sentar-se, com o se como parte integrante (verbo pronominal).

No segundo verso, o se é apassivador e esse é o *desvio de personalidade* que vai dar mais trabalho na concordância.

Como reflexivo ou recíproco, o uso não apresenta dificuldade: *Casaram-se ontem. A CPI se propôs uma tarefa difícil.*

Como partícula de realce ou expletiva se pode ser demitido sem justa causa: “*O salário evaporou-se*” pode ser “*O salário evaporou*”.

O se pode representar um sujeito indeterminado: “*Vive-se um clima de apreensão*”. “*Assiste-se a programas de baixa qualidade*”.

Este uso restringe-se aos verbos intransitivos ou transitivos indiretos. Por isso, pode-se dizer: *Precisa-se de operários* ou *morre-se de fome*, mas não se pode dizer *compra-se dólares* porque o se com verbos transitivos diretos representa a voz passiva sintética, quando deve concordar com o pretense sujeito no plural. Assim, o certo é: *compram-se dólares* (quem puder comprar!).

A gramática normativa não admite outro tipo de concordância. Em concursos e vestibulares é a exigida. Mas, a língua não é um produto pronto e acabado, e sim um processo, uma realidade em mutação.

Muitos estudiosos não aceitam essa exigência do verbo no plural. Julgam eles que frases como “*vende-se estatais*” não significam obrigatoriamente “*estatais são vendidas*” mas “*alguém vende as estatais*” (E nós sabemos que é o que acontece, na realidade).

A polêmica está embasada em antigos estudos de M. Said Ali, que defendia ser o se uma espécie de on francês. Aqui, isto é dito apenas como ilustração.

O se, apesar de obliquo e dissimulado, como o olhar de Capitu, personagem inesquecível de Machado de Assis, tem regras claras

quanto à concordância, a serem observadas nos testes oficiais. Seguindo à risca a dura lei gramatical, acertam-se as questões e evitam-se decepções.



Modelagens e modelito

Pensando nos vários aspectos da nação e do povo se formou do lado de baixo do Equador, um dos aspectos é a nomeação da língua, pois muitos não entendem porque se chamar portuguesa, já que a diferença de usos entre os dois lados do Atlântico é grande.

Alguns acham até que podíamos subscrever o que Oscar Wilde ironizou sobre Estados Unidos e Inglaterra: “São dois países que têm muita coisa em comum, exceto a língua”. Após a Independência do Brasil, alguns autores quiseram estender essa independência ao idioma, como é o caso de José de Alencar. Essa atitude que repercutiu pouco à época, teve maior alcance como o Modernismo de Mário de Andrade em 1922.

Mas, depois foi assimilada a denominação de língua portuguesa e pouco se fala no assunto, até porque não refletimos sobre a pedra angular de nossa identidade, como também pouco a cultivamos. Vale a pena revisitar o tema já que alguns acreditam estarmos sob um rótulo que não nos nomeia adequadamente.

Nenhuma língua é um todo uniforme e no dizer do linguista francês Martinet, “as línguas mudam porque funcionam”. Para Celso Cunha “há uma covariação entre a língua e a sociedade”.

A língua histórica, no nosso caso, o português, não é um sistema linguístico uno, mas um conjunto de normas onde ressaltam os usos criados em espaços geográficos diferentes. A norma sempre varia em comunidades linguísticas, quando distanciadas, como Brasil e Portugal.

O que veio a ser chamado língua portuguesa foi resultado do desdobramento do latim, efetuado a partir da baixa idade média. A transformação foi lenta. No século XVI, esta língua vinda do latim iniciou seu desdobramento em outra norma ou vertente ao ser transplantada para o Brasil. O isolamento da província favoreceu a mudança de hábitos de fala, pois durante três séculos não foi desenvolvida nenhuma política educacional em nosso território. Ficamos à deriva. O marquês de Pombal preocupou-se com a pouca difusão da língua portuguesa. Em províncias como São Paulo, Maranhão e Pará, a língua de uso era o tupi. Em 1757, (270 anos após a descoberta), um decreto pombalino tornou o português a língua obrigatória e oficial em nossas terras. A partir de então, foi crescente a imposição da norma portuguesa aos falares brasileiros.

Só com a República, o falar brasileiro, a norma brasileira começa ser valorizada, consolidando-se em 1920, como assinala Gilberto Amado em “Minha Formação no Recife”. Em 1935, o Diário Oficial publicou que os livros didáticos deveriam chamar o idioma nacional de língua brasileira, porque a língua devia ser denominada de acordo com o povo que a falasse. No entanto, a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, rejeitou a denominação de língua brasileira em parecer emitido por uma comissão de estudiosos.

As modificações no falar brasileiro não o tornaram uma língua diferente da matriz. A comissão de Língua Portuguesa, em 1985, reiterou a denominação de *língua portuguesa*, baseada em fatores como a intercomunicação, presença de um vocabulário básico comum, de palavras gramaticais, desinências e conjugação verbal idênticas.

Constituímos, isso sim, uma norma brasileira, que se desenvolveu de acordo com hábitos linguísticos e sociais aqui criados e a realidade observada. Falamos o português brasileiro, determinante para os destinos da comunidade lusófona de 200 milhões de falantes, já que somos 170 milhões. Nosso modo de falar inclui escolhas vocabulares e construções sintáticas divergentes de Portugal. Quanto à pronúncia, a distância é grande, o que gera dificuldades, mas não a incompreensão absoluta. Até pouco tempo, autores como Afrânio Coutinho, queriam impor o termo “*língua brasileira*” desvencilhando-se de vez de Portugal. Hoje não é considerada uma atitude com base na ciência linguística. A força de uma língua, não reside no seu passado, nem na sua denominação, mas na sua aptidão de renovar-se e criar. Esta força é a contribuição da variante brasileira para a língua portuguesa.

Com a chegada portuguesa em terras da América, a língua não foi imediatamente adotada. A princípio, era a língua dos degredados que ficavam penando em terras estranhas. Depois, passou a ser a língua do colonizador, falada esporadicamente, até que um decreto do Marquês de Pombal, no século XVII, tornou seu uso oficial e obrigatório em terras brasílicas. Adotamos a língua do colonizador e apagamos da memória e da comunicação a língua do colonizado, o índio. A língua que falamos é na sua essência a mesma falada em Portugal, sendo um instrumento que facilitou e abriu nossa cultura para o mundo. Já pensaram se ainda falássemos tupi?

Em 1922, intelectuais nacionalistas, quiseram denominá-la **língua brasileira** e na década de 40, houve um projeto de lei que criava a denominação de brasileira como obrigatória nos livros didáticos. Mas, o

linguista Antenor Nascentes acabou com a festa, logo depois afirmando que o português brasileiro é apenas uma variedade do português europeu. O assunto saiu de pauta como proposta oficial, porém as diferenças entre as duas formas de expressão continuaram a incomodar, e as explicações fizeram-se cada vez mais necessárias.

As línguas se modificam no tempo e no espaço mas as alterações sofridas pelo português no Brasil não foram suficientes para constituir uma nova língua. Da América à Ásia, cada povo que fala a língua portuguesa modelou-a e recriou-a à sua imagem. E nenhum exemplo é mais relevante que o do Brasil. Essa modelagem é uma questão sociológica e advém da formação do povo brasileiro, caminhando lado a lado com sua história. Somos peritos em criar modelitos novos. Recebemos influências do exterior em todos os campos e sabemos recriá-las em novos padrões.

A nova modelagem da língua portuguesa começou com a influência e a contribuição das línguas indígenas do litoral que interagiram com os portugueses recém chegados e já nomeavam muitas das realidades existentes aqui. Além da dificuldade mútua de compreensão, havia a disparidade de hábitos fonéticos, que modificava a pronúncia de termos portugueses e indígenas. A seguir, com a escravidão, novos hábitos e termos foram introduzidos, com a chegada dos africanos de várias etnias, entre elas os bantos e iorubás. E a língua por estas plagas foi ficando cada vez mais diferente da que se falava em Portugal. É verdade que com as significações básicas, como os verbos de sentido vital, (viver, morrer, nascer, etc) a nomeação dos acidentes geográficos, do parentesco, das partes do corpo, dos fenômenos atmosféricos, da divisão do tempo, continuamos na trilha conjunta.

O mesmo acontece com as palavras ditas gramaticais, preposições, conjunções, pronomes, como também terminações verbais e flexões de gênero e número, o que significa que continuamos como um sistema linguístico único obedecendo a duas *modelagens*. Com o mesmo material criaram-se modelitos diferentes.

Esses modelitos divergem especialmente: no vocabulário e na fonética, ou seja, na pronúncia, o que é facilmente constatável no contato com a língua falada em Portugal. O vocabulário cultural é bem diferenciado: berma; acostamento/camisa, camisola/bica, cafezinho. As escolhas nas construções frasais também divergem, mas trazem menos dificuldades.

O modelito brasileiro, no entanto não é uniforme, não permanece uno. Há uma grande dificuldade de seguir, na língua coloquial ou popular, as rígidas regras de um modelo centralizado.

Há distância entre os falares cultos e os populares, com o predomínio marcante destes últimos em todo o território nacional. Este predomínio deve-se ao grande contingente de população africana e afro-descendente que atinge o patamar de 60% a 70% dos habitantes no Brasil do século XVII ao XIX. Obrigados a abdicar das línguas de origem, tiveram de aprender num processo de *transmissão irregular* a língua do colonizador e criaram uma forma de português popular divulgado em todo o país. O branco não logrou impor sua norma como única, o que resultou na criação dos modelitos linguísticos *folgados* que vestimos, sobretudo na língua falada, e que tanto se afastam do que rezam as clássicas regras gramaticais da língua portuguesa.



Grafia: desvios e deslizes

A escrita fixa os termos e as estruturas da língua. Tenta ser a forma visível dos sons da fala. Só é encontrada em culturas mais avançadas porque é uma abstração e uma representação em segundo nível. Usando uma metáfora, seria um retrato do que se ouve e, como todo retrato é imperfeito, não reproduz fielmente o modelo (os sons da fala): não há como fazê-lo seja nas artes, seja nas técnicas.

A língua real, verdadeira é a falada, porém ela é volátil: como diz o provérbio, a fala passa e a escrita permanece. Mas, esta última é uma recodificação do código linguístico original, o oral. Da mesma forma que os demais códigos, e o de trânsito é um bom exemplo, o código escrito é baseado em convenções que devem ser seguidas para que não se atropelem as palavras, as pessoas, a comunicação. Se alguém ler a frase “*A sena teve bom desfecho*” não vai entender que se trata de um filme. Será preciso utilizar a grafia *cena*.

Embora grafia correta não seja índice absoluto de domínio da escrita, é o primeiro e absolutamente necessário. As regras da grafia são em muitos casos etimológicas, mas nem sempre isto ajuda. A forma convencionalizada de grafar um termo visa à clareza da expressão escrita, quando o emissor nunca está presente para dirimir dúvidas sobre o sentido. Existem desvios que não comprometem a compreensão, mas escrever *iniquito*, *tenhe*, *poblema*, é demonstrar desconhecimento quase total do código, além de falta de percepção dos sons, provocando

desastres e choque no entendimento da mensagem, como aqueles provocados por quem desconhece o código de trânsito.

Ortografia é grafia correta – do grego *orthos*, que forma ortopedista, ortodontia, entre outros. Assim, mais propriamente, os erros são de grafia e não de ortografia.

Para quem julga que a correção na grafia é questão de menor importância, preocupação anacrônica, lembraria que, em março último, um cheque emitido pelo consórcio Algar, onde estava escrito *seiscentos e treis milhões de reais*, foi devolvido para ser reescrito e reapresentado. O computador é mais exigente que muitos leitores: não aceita comandos com grafias incorretas, correção esta que passa ao largo em muitos cartazes e avisos, sobretudo em relação à crase: *à 200 metros, à partir de 100 reais, permitido à clientes*. Caranguejo adquiriu uma pata nova, um *i* que nunca usou. “Na Cidade Univercitária”, é uma informação que não honra a proximidade dos centros de saber.

O *g* e o *j* seguem o exemplo dos candidatos a cargos eletivos e disputam o espaço nas palavras, que nem sempre é o seu. “A bomba lança jatos contra a sugeira” que com *g* é mais difícil de limpar. “A trajetória” emperra com a troca de letras. “O *sensu* do IBGE” faz jus ao equilíbrio do órgão, mas não se refere a seu objeto de pesquisa, o *censo*, ou seja, a contagem. “Mesalidade da escola” não é o pagamento; este é a mensalidade, derivado do latim *mens* (mês). O *i/e*, o *o/u* são exemplos de usos trocados. Privilégio é escrito com *i* por ser derivado de *privata legem* (lei particular, casuismo da época); se a razão é conhecida, a grafia não será esquecida. *Bonito* escreve-se com *o* por ser derivado de *bom*. *Voçê* não é forma correta porque a cedilha não é necessária diante de *e* e *i*.

O que ajuda a escrever corretamente não é decorar regras de grafia. É ler, ler muito, ler sempre, ler tudo, pois a palavra escrita é fixada na mente como aquele retrato de que falamos no início. Se escrevemos errado, logo lembramos a imagem gravada e vemos que não corresponde. Uma leitora de histórias românticas dificilmente escreverá que está *apaichonada*, pois já registrou o termo na sua forma correta. Por isso, quando encontramos deslizos em palavras de alta frequência, deduzimos o nível precário de leitura desse falante. É o caso de opicional, marsso, baicho, fogu, nois, encinar, autura, grafias inadmissíveis para quem se diz alfabetizado.

A relativa uniformidade e o conservadorismo da grafia tem a vantagem de facilitar a memorização. Se a grafia fosse instável ou apenas fonética, não permitiria a intercompreensão entre usuários do português pelo texto escrito, em espaço multinacional e em corte de tempo amplo, atravessando séculos e continentes.



Índice de hipocrisia

“Naquela época, chamava-se *desemprego* de *reengenharia*. Agora com *terceira idade* chegou a vez dos *idosos*”. Estas frases trazem substituições de termos, visando atenuar efeitos negativos da verdade dita de forma nua e crua.

São os eufemismos, palavra formada do grego eu (bom) com fonos (som), usados em áreas consideradas impróprias para os padrões da sociedade onde a língua funciona. Cada grupo social tem seus campos de referências interditados ou tabus linguísticos. Os eufemismos são criados para preencher as lacunas, mas, à medida que são usados, contaminam-se do sentido que procuram disfarçar. *Soutiens* (do francês *sustentar*), substituiu *porta-seios*, considerado impróprio na época e contaminou-se de seu sentido.

Vendo com clareza, não deixa de ser falsidade ou hipocrisia refletida na linguagem. Por isso, T. Bolinger, em *The Loaded Weapon*, considera difícil estabelecer os limites entre eufemismo e engano ou mistificação.

A noção do politicamente correto, relevante na sociedade norte-americana, funciona como um índice de hipocrisia, quando negro vira afro-descendente e índio, dizimado e vilanizado nos filmes de faroeste, torna-se “americano de origem”. Nós também embarcamos nessa. Dizem os antropólogos que os últimos censos “embranqueceram” o país, pois não foi usado o item raça, (substituído por cor) e assim *preto* ou *negro*

perderam a vez para o pouco usual *pardo*. É a presença forte do tabu de raça, entre nós que nos dizemos não-racistas.

O tabu funciona através do medo (do sobrenatural e desconhecido) da delicadeza (referências a cor, morte, doença e estrato social) da decência (referências a atos fisiológicos, partes do corpo e sexo).

Com a dinâmica social acelerada no presente, os eufemismos de decência foram desestabilizados e as interdições estão caindo, já se “dando o nome exato às coisas”, sobretudo quando técnicos. Os termos gíriáticos ou chulos continuam com algumas interdições, que não são respeitadas, contudo, na mídia, em programas como *Faustão* e *Ratinho*, e são índices de vulgaridade na fala.

A mesma dinâmica social que libera alguns tabus, cria outros. Em nossa sociedade consumista, onde parecer é ser, gordura, velhice e pobreza tornam-se termos discriminados, onde o eufemismo precisa preencher as nomeações. *Cheinha* (o diminutivo é sempre atenuante), acima do peso, terceira idade, idoso, melhor idade, baixa renda, classe E e F são usados para encobrir a verdade, conduzindo ironicamente a frases desrespeitosas como essa da campanha, – “Traga seu idoso para vacinar” –, como se fosse um animal de estimação sem vontade própria.

Defeitos físicos, doenças, desvios de conduta são, às vezes, nomeados tão disfarçadamente que nem se compreende com clareza o que se quer dizer. Deficiente visual pode ser entendido como todo aquele que necessita de lentes para ver. Menor refere-se a quem tem menos de 18 anos, em geral, mas está indicando, hoje, o menor infrator. Siglas várias são usadas para referir-se a doenças, evitando chocar com a

cruza do nome. Se for ato praticado por pessoa de classe social elevada, roubar é nomeado de forma diferente, geralmente desviar.

Nos últimos meses, eufemismos cruéis marcaram as notícias vindas da Europa. A Guerra da Iugoslávia, recém-finda, forneceu uma gama variada de termos para dizer meias-verdades que chocassem menos o público. O próprio nome guerra é um eufemismo para bombardeios unilaterais. Faxina étnica foi um genocídio, erros da OTAN (coitados dos pilotos: devem ser deficientes visuais) significaram massacre de civis. As mensagens de pedidos de desculpas foram, de acordo com o que nos ensina Bolinger, uma ode à hipocrisia e à mistificação da opinião pública. Ainda bem que parece que o pior já passou.

Representante linguístico da hipocrisia social, o eufemismo está presente em todas as línguas, como índice das interdições vigentes, incentivando o exercício da criatividade linguística.



Implicar e preferir

Você implica com o guia eleitoral na TV e prefere a propaganda na mídia escrita? Esta sua preferência implica a não-aceitação da obrigatoriedade do horário eleitoral gratuito na TV, por julgar que se desviou a finalidade?”

Se, na concordância verbal, o sujeito impõe-se ao verbo, este desconta com o autoritarismo com que trata os complementos. É a regência verbal que determina a ligação de verbo + complementos. Regência é uma palavra forte significando, em política, governo provisório, tendo sua origem primeira, no latim rex (rei). Como todo governo, a regência, em gramática, tem suas regras impositivas. Certos verbos podem ligar-se diretamente a seus complementos. São os transitivos diretos, os mais populares. Outras são mais distantes de seu “eleitorado”. Arrumam correligionários – as preposições – para com eles se associarem e subordinarem as *bases*, complementos que os acompanham e completam o sentido.

As frases acima contêm dois verbos da língua comum que apresentam dificuldades de regência ao falante. Talvez, como candidatos ao uso na linguagem, não estejam sendo claros na sua proposta.

No sentido de “trazer como consequência”, “acarretar”, implicar é usado sem a preposição em (transitivo direto). Na frase “O exercício do voto implica em opção”, o em está sobrando. Isto, porque na sua formação, implicar já incorporou esta preposição: im + plicare. Este verbo latino plicare foi muito produtivo, pois gerou duplicar, replicar,

complicar, explicar, aplicar. Como lembrava o latinista **Geraldo Lapenda**, gerou também chegar com um sentido bem distanciado. É que plicare é dobrar e quando os marinheiros entravam no porto, em Roma Antiga, deviam dobrar (plicare) as velas. Com a evolução, plicare tornou-se chegar. Em implicar não há mais consciência da preposição im (= em), por isso há uma forte tendência a repeti-la até em linguagem formal: “O congresso aprova leis que implicam em mais taxas para o contribuinte!”

O uso pleonástico não é mais percebido, o que tornará em breve esta regência aceitável, como aconteceu com os reflexivos *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco*, *convosco*. Do latim, migraram para o português *mecum*, *tecum*, *secum*, *nobiscum*, *vobiscum*, onde o cum era a preposição com. Eles se transformaram pelo uso, em *migo*, *tigo*, *sigo*, *nosco*, *vosco* perdendo-se a noção do **com**, que foi retomado sem que se percebesse o pleonasmo.

Continuando a *implicar*, o verbo no sentido de enredar, envolver, pede objeto direto de pessoa e indireto de coisa: “Negócios ilícitos o implicaram em vários crimes”. Ainda existe o sentido de *ser incompatível*, *não simpatizar* (muito usado em tempos de rejeição eleitoral) usando-se o bombástico com: “X implica com reeleição sem desincompatibilização”.

Preferir, o outro verbo que assinalamos, traz embutida a ideia de anterioridade, herdada na formação do termo e não percebida pelos falantes. Daí, usar-se erradamente “Prefiro *antes* morrer a votar num corruto”. É um pleonasmo porque o verbo traz em si o prefixo pre, que lhe confere um traço semântico de *antes* ou *mais*. Preferir é

querer mais ou querer antes. Mas, até Cecília Meirelles caiu nessa: “Mais prefiro escutá-lo”. Mário de Andrade foi pelo mesmo caminho: “Prefiro antes apresentá-las como anotações líricas”. Outra dificuldade do preferir é que seu secretário particular é *a* e não *do que*: Prefiro o cinema ao teatro.

Não se pode dizer, pois: “Prefiro o silêncio do televisor desligado do que assistir ao guia eleitoral”, pois na frase, há um claro erro de regência verbal – erro formal – embora haja acerto de conteúdo, do ponto de vista de muitos, quanto à opinião emitida.



Juízos de valor

A preocupação com o bem escrever e com o saber redigir para conquistar uma vaga na universidade, toma conta dos candidatos, reforça a ansiedade dos pais e a responsabilidade dos professores, nas vésperas do início da temporada dos vestibulares.

Além das dificuldades do redigir, surgem as dúvidas sobre os juízos de valor que devem servir como bússola para analisar testes e para avaliar textos.

“Escrever é trazer das profundezas do **eu** todos os tesouros escondidos, todas as flores noturnas do subconsciente e é também, conseqüentemente, acordar todos os demônios e deuses ocultos e libertar os antepassados recalçados”, afirma com conhecimento de causa Roger Bastide.

Mas esse escrever a que ele se refere é o que diz respeito ao ofício de escritor, daquele que vê e interpreta o mundo para os demais, com preocupações artísticas e estéticas.

O escrever do homem comum, do usuário anônimo, é o saber lidar com o código escrito e com ideias simples e concatenadas, transformando ambos em matéria prima de um texto comunicativo. Talvez essa indefinição de fronteiras entre o ato de escrever como arte e o ato de escrever como comunicação cotidiana dificulte mais os caminhos para a elaboração de um texto claro e objetivo.

A função do professor é preparar o usuário comum para dominar o código escrito em situações reais de comunicação, cada vez mais

frequentes, apesar do advento das tecnologias avançadas. Que o diga o uso intensificado das mensagens escritas na Internet, nas salas de bate-papo e no correio eletrônico.

Os escritores são modelo e inspiração para o leitor, fonte de possibilidade de estilo e criação, mas cada aprendiz desenvolverá sua competência segundo suas necessidades, com função informativa (na maioria dos casos), sem preocupação estética.

Segundo Evanildo Bechara, a linguagem apresenta cinco dimensões universais: criatividade, materialidade, semânticidade, alteridade e historicidade, isto é, comunica sempre algo novo através de uma forma material com significado para o outro e apresenta-se sob a forma de língua histórica, no caso, a portuguesa. Esta pode ser considerada como atividade (falar e escrever) como saber linguístico (competência) e como produto do saber (texto). Revela-se esse saber linguístico em três planos: geral (a linguagem como um todo), particular (no caso, o português), e textual. O último saber, o textual, resulta em produtos – textos – que são utilizados como instrumentos de avaliação dos dois primeiros, geral e linguístico.

O saber geral está ligado à lógica do mundo e dos fatos e julgado pelos critérios de coerência, que faz considerar desviantes frases como “*essa mesa quadrada é redonda*” ou “*o homem e a mulher são seres de tecnologia avançada*” e outras pérolas do gênero. Ao particular, linguístico propriamente dito, correspondem os critérios de conformidade ao uso da norma, devendo ser julgado pelos desvios em relação aos preceitos gramaticais. O saber ou competência textual será avaliado pelos critérios de adequação ao tema e à situação. A intenção pode anular uma suposta

incorreção de um texto, quando, por exemplo, se quer usar o nível informal ou representar o falar regional.

Concluindo, os juízos de valor usados em relação ao produto linguístico *texto escrito* tomam por base sua coerência e eficácia, levando em conta o nível geral de raciocínio: a correção ou domínio da norma no saber linguístico específico: a adequação ao tema, à situação e à intenção no nível textual.



Literatura e televisão

Este casamento que, a princípio, parecia pouco promissor, começou a dar certo desde a versão do *Auto da Compadecida* para a TV. A partir daí, a arte da palavra e a arte das imagens formalizaram uma feliz união que nos deu obras primas, ora dramas como *Os Maias*, ora comédias como *Lisbela e o Prisioneiro*.

A última com que fomos presenteados foi *Um só Coração*, que só teve um defeito: o horário tardio. Por esse motivo era difícil acompanhar os capítulos. Não foi como as citadas acima, a transcrição de uma obra literária, mas uma obra literário-televisiva, que situou o movimento de artes mais renovador da cultura brasileira: a *Semana de Arte Moderna de 22*, que abalou os fundamentos da música, da escultura, do romance, da poesia que se fazia, até então, seguindo modelos estéticos conservadores. Abordando um tema presente em todos os vestibulares, mal decorado e mal digerido pelos alunos, que julgavam que o acontecimento se deu em outro planeta e que os participantes eram ETs, foi a ocasião de pôr o público (incluindo os estudantes) em contato, embora virtual, com Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, afim de conhecer a gênese de suas obras e compreender que eles construíram a história contemporânea do Brasil. Apesar de não ter como foco principal a verdade histórico-literária, teve seus *melhores momentos* quando a abordou, criando interesse e funcionando desta forma como uma

obra paradidática. O assunto concretizou-se e foi memorizado mais facilmente.

Sabemos que tudo aquilo que é mostrado na telinha, ganha um novo brilho, um novo interesse: é um verdadeiro toque de Midas. Um cenário, onde foi filmada determinada cena, torna-se atração turística. E não é só no Brasil. Na Tunísia, os guias levam-nos para um distante deserto, no início do Saara, junto a um oásis deslumbrante e em vez de chamar a atenção para o exotismo da paisagem, mostram orgulhosos o desfiladeiro onde foi filmada a cena da morte da protagonista em *O Paciente Inglês*.

A história da minissérie está romanceada, sem nenhum compromisso de transmitir a exata verdade dos fatos nem mesmo sobre a protagonista Yolanda Penteado. Seguiu, assim, a lição *hollywoodiana* de jogar o manto diáfano da fantasia sobre a nudez crua da realidade, que já fora a marca de Eça de Queirós.

Nos filmes de faroeste nunca existiu esse velho e heróico oeste tal qual é mostrado nos filmes. Nada de épico lá aconteceu, mas criou-se uma lenda que, transformada em estereótipo, rendeu muito para a indústria do cinema e para enaltecimento do povo americano. Dizia John Ford que *quando a realidade converte-se em lenda, publique-se a lenda*.

Pensando assim, podíamos apresentar em mini-série, muitos dos nossos movimentos literários, iluminando-os com as luzes da fantasia. Mostrar o Recife dos primórdios da Faculdade de Direito, de Castro Alves e Tobias Barreto a declamarem seus versos no Teatro Santa Isabel, versos épicos e abolicionista, ou líricos, sobre as atrizes amadas e preferidas.

Contar a vida de Gregório de Matos, o Boca do Inferno, em Salvador, explicaria muito das raízes de nossa cultura licenciosa. Outro tema poderia ser o Parnasianismo no Rio de Janeiro, com Bilac e os companheiros, desconhecendo a realidade em volta e fingindo estar nos *boulevares* parisienses em plena *belle époque*. Poderíamos também explorar episódios históricos, alguns dos que já tiveram sua versão literária, em séries bem produzidas e interpretadas como *A Casa das Sete Mulheres*, sobre a Guerra Farroupilha.

“*Um só Coração*” contou com diálogos inteligentes e bons atores, que teve excelente nível de audiência, provando que o telespectador brasileiro sabe escolher e prestigiar, quando reconhece qualidade no programa.



Literatura e vida: poesia e dor

Osman Lins afirma que a maioria do público pensa ser *o escritor um ocioso que se entrega, ocasionalmente a imaginar histórias melosas sobre amores impossíveis, agulhas que falam, que se delicia com ocasos e têm saudade de tudo; que discorre com abundância de adjetivos sobre a inefável beleza da paisagem, a nobreza dos índios, a sabedoria dos persas, ou as cores da bandeira.* Isto é, ele, o escritor é um translúcido habitante do passado e que só tem valor depois de morto.

Estas conclusões são inexatas pois o escritor é aquele que ausculta seu povo e renuncia a muitas coisas, impulsionado pela necessidade profunda de expressão; que sonda as possibilidades da língua para concretizá-las; que encara o ato de viver como algo de grave e procura escutar a sua própria voz e a voz de seus irmãos: um homem que põe toda sua capacidade de expressão a serviço de uma interpretação de mundo. Tudo faz para romper com a cortina entre ele e o público, na difícil tarefa de fazer conhecer sua interpretação da vida. E esta não se faz apenas em prosa, mas sobretudo em poesia, esmiuçando e trazendo à tona os problemas profundos da alma humana. Poesia é também ficção como lembra Fernando Pessoa: *O poeta é um fingidor / finge tão completamente / Que chega fingir que é dor / A dor que no peito sente.*

Exemplar é a colocação de Drummond: *Estou preso à vida e olho meus companheiros. Sua voz solitária acrescenta: o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.*

Mas, como sabemos a poesia não é um monobloco, não contém em si só um único gênero. Ela pode ser épica ou lírica, conforme narre episódios heroicos ou cante as tristezas e sentimentos do autor. A sua origem se perde na poeira dos tempos, mas parece ter se iniciado na sua forma épica narrando os feitos de grupos humanos.

A lírica, intimista e pessoal, veio depois, com o canto acompanhado pela lira, e ao cantar os sentimentos do autor todos os leitores/ouvintes se sentem passageiros do mesmo barco. Como dizia Terêncio, poeta latino: *Sou humano e tudo que é humano me interessa*. Assim sendo a poesia lírica é aquela que traz a marca do *eu*, do subjetivismo e em regra geral canta a dor que é aquilo que nos iguala que nos faz profundamente humanos. A dor é sempre resultante de uma perda seja por morte, seja por afastamento ou mesmo desentendimento.

Quando o sofrimento bate à nossa porta, quando o sentimento de perda é maior que nós, quando a consciência da ausência de alguém torna-se uma presença constante, uma dor quase física, é nos poetas que encontramos as palavras que explicam ou consolam, lembrando que tudo isso é próprio da humana condição, que dor e amor são duas faces de uma realidade. Os poetas, com percepção afinada, antenados e sensitivos, traduzem em seus versos o que nós, simples usuários da língua, só sabemos sentir.

Desde as trovas simples a versos elaborados, dos românticos aos modernos, a saudade, a ausência, o adeus comovem na voz dos poetas: é a vida que eles cantam quando estão feridas as cordas do coração.

Camões já cantara desde longe “*Repousa lá no céu eternamente e viva eu cá na terra sempre triste*”. Gonçalves Dias, em *Ainda uma vez*,

Adeus, diz: Adeus que eu parto, senhora, negou-me o fado inimigo, passar a vida contigo, ter sepultura entre os meus, Negou-me nesta hora extrema, por extrema despedida, ouvir-te a voz comovida, soluçar um breve adeus, descreve a desilusão de uma partida. E quantos não se sentem solidários com ele?

Quando seu amor, Eugênia de Castro, partiu, Castro Alves, que primava por temas épicos e sensuais, suspirou de tristeza nos versos: *É que tudo aqui me lembra que fugiste, tudo que me rodeia de ti fala, como o vaso de essência do Oriente, mesmo vazio, a sândalo trescala.*

Bastos Tigre com versos de sonoridade musical, cantou a saudade “*palavra doce que traduz tanto amargor*”. Apesar de contido e racional, Olavo Bilac dizia ser a saudade *a asa de dor do pensamento*. Ele, que, descrevendo sua morte imaginária, lamenta desesperado: *Nunca morrer assim! Nunca morrer num dia assim! de um sol assim! Tu, desganhada e fria/ Fria! postos nos meus os teus olhos molhados e apertando nos teus os meus dedos gelados/... E um dia assim! de um sol assim! E assim a esfera/ toda azul, no esplendor do fim da primavera! /Asas tontas de luz, cortando o firmamento/ Ninhos cantando no ar, em flor a terra toda! o vento despencando rosais, sacudindo arvoredo/... E aqui dentro, o silêncio... E este espanto, este medo! Nós dois e entre nós dois, implacável e forte/a arredar-me de ti, cada vez mais a morte... E pensar que foi um poeta parnasiano, que buscava ser frio e objetivo!*

Mesmo nos seus poemas épicos, a despedida da vida é dramática e leva a pensar.

Em o Caçador de Esmeraldas, Bilac assim descreve a cena de sua morte:

Oh! esse último olhar ao firmamento! A vida
Em surtos de paixão e febre repartida,
Toda, num só olhar, devorando as estrelas!
Esse olhar, que sai como um beijo da pupila,
- Que as implora, que bebe a sua luz tranquila,
Que morre... e nunca mais, nunca mais há de vê-las!

A consciência das limitações e da dor estão fortemente presentes nesta pequena epopeia.

Deixemos o passado que sedimentou o nosso caminho literário/artístico e observemos os modernistas.

Drummond em **A mesa**, evoca a figura do pai. Imagina toda a família reunida em torno à mesa, a comemorar o aniversário do velho patriarca, onde ele pede à mãe que cosa mais *do que nossa camisa, nossa alma frouxa e rasgada*, em seu nome e de seus irmãos. Exclama: *Que grande jantar mineiro seria esse/Mas acaba constatando que os dois estão reunidos numa aliança bem maior que o simples elo da terra e que estais acima de nós, acima deste jantar para o qual vos convocamos, por muito – enfim – vos querermos e, amando, nos iludimos, junto da mesa vazia*. Quantos de nós não nos identificamos com esse tipo de desejo sem volta, quando as reuniões familiares se tornam um passado irremediável?

Manuel Bandeira talvez tenha sido o que cantou a saudade e a dor mais próximas ao leitor comum, pois as situou no cotidiano, resultado do desaparecimento dos entes queridos e das mudanças e perdas da vida. **Profundamente**, sempre foi para mim um poema tão especial que tinha há muitos anos guardado na carteira, para ler quando a melancolia batia forte: *Onde estão todos aqueles que há pouco cantavam e riam? Meu avô, minha avó... Estão todos deitados dormindo profundamente*.

A morte, *a indesejada das gentes*, foi tratada por ele como *a iniludível*, com toda a dose de verdade que pode uma palavra ter.

A morte de Mário de Andrade motivou os versos que definem o que sentimos todos nós diante de uma morte inesperada: *Anunciaram que você morreu. Meus olhos, meus ouvidos testemunham: a alma profunda, não. Você não morreu, ausentou-se.*

Clarice Lispector, desiludida e cética, afirma: *Depois da morte, o vazio*. De fato, o vazio existencial instaura-se em certos momentos.

Escritores e poetas existirão sempre e mesmo diante do culto à materialidade e ao hedonismo no mundo de hoje, eles continuam antenados no sofrimento humano, a traduzir a dor e a experiência das perdas irreversíveis.

Do teatrólogo João Denis, foi a prova recente de que a poesia é eterna na tradução do sentir humano, confirmada pelo poema que se segue:

Árvore Partida

*Sinto muito o teu sentir / tão de repente: pancada de vento frio e cortante,
/ janela que bate furiosamente e escurece o mundo todo. /*

*Raio fulminante, estalido ensurdecedor do tronco, que se parte e parte e
parte... / O vazio que agora se instaura, / amargura, silêncio e desventura
/ é vida mesma se estruturando no caos. /*

*Nessa luta de esperas e separações / um mundo novo se impõe contra o
teu desejo / rompendo laços, separando corpos / diluindo a desventura, o
amargor e o silêncio / Com soluços, lágrimas e discursos. /*

E este mundo chegado e exigente / clama por tua presença desgarrada /

ordenando tua alegria na tristeza, / tua inteligência na saudade / Tua aventura no tormento / tua vida nesta vida.

João Denis traçou, paradoxalmente, com sensibilidade e insuspeitada dureza, o retomar do cotidiano após o amargor de uma perda. Como disse Bandeira, suas palavras lançadas no papel, batem na franja dos lutos de sangue.

E que dizer da saudade e da dor cantada nas letras dos frevos pernambucanos, de ritmo tão alucinante, parecendo ser a própria essência da alegria, mostrando que ambas, alegria e dor, convivem dentro de cada um, de forma ambivalente?

Saudade é falta que a gente sente, é falta que faz a gente, alguém que morreu, alguém que partiu, alguém que o coração não esqueceu, como diz Aldemar Paiva.

E Edgar Moraes confirma:

A dor de uma saudade vive sempre no meu coração, ao lembrar alguém que partiu, deixando a recordação, nunca mais hão de voltar os tempos felizes que passei em outros carnavais.

A poesia, a literatura faz a radiografia da vida e da alma humana, fazendo com que nós, embora em textos nem sempre atuais, nos identifiquemos com a voz e sentimento dos poetas. Isso é saber entender a vida e os homens, por serem eles nossos porta-vozes.



Literatura e vestibular

A análise da produção dos autores literários, da literatura como arte, é chamada leitura crítica, pois tem o sentido de examinar e julgar as obras artísticas, emitindo um juízo de valor. Mas, não é nesse sentido que vamos falar, até porque não é nossa especialidade. Não é nosso propósito, no momento.

Queremos aqui abordar a crítica à adoção de textos literários e ao ensino da literatura no ensino básico. O argumento principal sempre segue uma linha pragmática afirmando que a língua literária não é objetiva, não informa com simplicidade, além de ser em desacordo com o tempo presente.

Muitos consideram que o modelo de texto a ser usado na escola devia ser **apenas** o jornalístico, o único compatível com a finalidade do ensino de língua. Como arte, não haveria porque manter a literatura, pois assim devia-se também ensinar pintura, escultura ou qualquer outra arte plástica. Assim, a literatura brasileira deveria ser banida dos currículos escolares. Isto foi publicado num jornal de São Paulo.

Diante de argumentações tão enviesadas, ficamos perplexos. Por isso, lembraria que a tendência hoje é que se trabalhe com o aluno todos os tipos de texto que circulam na sociedade, sobretudo para o ENEM que exige raciocínio e compreensão da realidade. Privilegiam-se justamente os midiáticos (incluindo-se o publicitário), pela sua atualidade e o literário, pela sua qualidade estética. Apesar de atual, e justamente por

isso, o texto da mídia torna-se rapidamente ultrapassado, esgotando-se o seu interesse quando o assunto deixa as páginas do periódico. Devem ser sempre renovados, para que através dele o aluno, veja além da língua em ação na sociedade, a própria sociedade simultaneamente como ator e cenário.

Já o texto literário tem características e finalidades diferentes. É mais duradouro, o interesse que desperta atravessa modismo, e através dele o estudante entra em contato com as possibilidades e limites do uso da língua, matéria prima da arte literária, mas também instrumento da aprendizagem de todas as demais disciplinas e elemento determinante do raciocínio lógico que, ligando causas e conseqüências para a apreensão da realidade, ensina a pensar. Sem desmerecer as artes plásticas, elas desenvolvem a sensibilidade e o gosto artístico, mas não poderão servir como base para a aquisição de conhecimentos na escola, como é o caso da língua dos textos literários.

A literatura tem uma história vinculada à da própria cultura, da linguagem e da humanidade. Através dela, viaja-se no tempo, ouvindo vozes distantes para conhecer melhor o país que se habita: dos menestréis medievais aos navegadores portugueses, dos poetas que cantavam seus amores sob o balcão de suas musas aos que bradavam contra a escravatura, dos que lutaram pela liberdade aos que escreviam narrativas para que as diversas verdades fossem conhecidas, do regionalismo ingênuo ao realismo fantástico e à literatura de protesto, escreveu-se a história do país por prismas variados, num painel da realidade que explora e alarga os recursos da língua.

Arnaldo Niskier, acadêmico, pensa que a leitura de bons livros de ficção poderia melhorar o nível escolar e para isso seria preciso aumentar

o número de bibliotecas no país *“Hoje, escreve-se mal e fala-se pior ainda. Por que? Falta gosto pela leitura”*.

Sua opinião coincide com a prática do professor francês, em Paris, Daniel Pennac, que reserva duas horas semanais para que os alunos tomem contato com a literatura e passem a ler romances com entusiasmo de leitor, fora do programa e sem nenhuma cobrança. Sem o saber, os dois autores desmentem o que afirmam os equívocos divulgados.

Para Osman Lins, o escritor brasileiro assume a tarefa de pôr toda sua capacidade de percepção a serviço de uma interpretação da nossa realidade, para que os jovens a conheçam, não só eles mas qualquer leitor, em qualquer idade. A literatura é o retrato da cultura de um povo e leva o leitor a conhecer a forma de ver o mundo, da qual os escritores são testemunhas participantes.



Meu Brasil brasileiro

Ninguém diria, mas, o Brasil, que “não é um país sério” no dizer de alguns, com um modelo/herói como Macunaíma, sempre com preguiça, tem seu nome marcado pelo signo do trabalho.

O nome Brasil não teve origem no Novo Continente. Dizem que os índios chamavam a terra de Pindorama. Mas, não coincidia com os limites geográficos atuais, até porque eram tantas as nações indígenas, que não havia como referir-se ao território habitado.

Brasil tem origem linguística controversa, oscilando entre o francês *brésil* e o italiano *brasile*, que, como todos sabem nomeava a madeira da qual se extraía tinta vermelha. Foi o que motivou o primeiro interesse por nossas terras.

Os portugueses, quando tomaram posse de Vera Cruz, passaram a chamar *brasis*, seus habitantes, quando descobriram enfim, que não estavam na Índia. A seguir, como esses habitantes trabalhavam na extração do pau-brasil, passaram a se chamar *brasileiros*, ou seja, aquele que trabalha na atividade extrativa da tinta. *Eiro* é sufixo formador de profissão: *marceneiro*, *leiteiro*, *padeiro*. *Ano*, *ense*, *ês*, são os que indicam origem, os chamados étnicos, *mexicano*, *francês*, *timorense*, funcionando da mesma forma em número mais limitado *ol*, *ita*, *ino*: *mongol*, *moscovita*, *argentino*. Além de nomearem os naturais do país, *brasileiro* passou a designar, em Portugal, o migrante português que aqui enriquecia e voltava à aldeia natal, esbanjando, construindo

casas suntuosas: eram casas de brasileiros, diferentes como os hábitos ostentatórios aqui adquiridos.

Tomando como base o topônimo (nome de lugar) **Brasil**, temos ainda *brasiliense* (natural de Brasília) e *brasilianista*, derivado do inglês (por isso, usa-se *brazilianista*), significando o especialista estrangeiro em assuntos do Brasil, dentro de qualquer área.

Dentro desse tema, Margarita Correia, da Universidade de Lisboa, estudou o sentido e o uso de derivados de *brasileiro*, bastante significativos: *brasileirismo*, *brasileirada* e *brasileirice*. Cada um desses termos adquire conotações distintas, embora derivem de um adjetivo ou base comum. Além desses, o estudo apontou em *brasilidade* a qualidade básica da nossa nacionalidade, expressão racial distintiva do brasileiro e do Brasil, de conotação altamente positiva.

Brasileirismo refere-se a modo de falar, expressão ou palavra usada no Brasil, selecionando qualidades comportamentais que caracterizam a variante brasileira da língua. Constaram da lista, *brasileirismos* fonéticos, frasais, semânticos, lexicais, tais como o uso da próclise no início da frase, a pronúncia aberta das vogais, o uso do gerúndio, as palavras herdadas do tupi antigo e das línguas africanas, nomes de animais, frutas e fenômenos da natureza, (tatu, cajá, imbé, pororoca) outros como *guri*, *azular*, *camionete*, *jangada*, *guarda-chuva*, *cuca*, *carona* e a adoção excessiva de termos do inglês. Também pode se referir a propriedades do povo, objetivas e não estereotipadas.

Acontece diferente com os sufixos *ice* e *ada*. O primeiro, caracterizando atitude ou ato típico, conota pejorativamente o derivado, marcando comportamento que foge ao padrão normal.

Comumente, indica um sentido negativo percebido na base (chaticice), ou atribuído depois (criancice). Em *brasileirice*, está cristalizado o estereótipo comportamental, “*coisa própria de brasileiro, modo de brasileiro*”. Nomes referentes a outras nacionalidades não recebem este sufixo (Chile, França, p. ex.), talvez por não haver expectativas sobre comportamentos diferentes.

Brasileirada é um conjunto de brasileiros como *judiaria* era um conjunto de judeus e ambos tiveram uma mudança de sentido, através do uso. A princípio, por metonímia, esses nomes passaram a designar o conjunto de qualidades ou defeitos pretensamente observáveis no grupo. Passou, então, a nomear formas de ação característica dos indivíduos que pertencem ao grupo, porém numa ótica exterior ao próprio grupo. *Brasileirice* e *brasileirada* agem praticamente como sinônimos, embora não o sejam. Ambos definem ironicamente atitudes de brasileiros, típicas e pouco apreciáveis.



Namorar

Amanhã será comemorado o dia dos Namorados, por ser véspera de Santo Antônio, considerado santo casamenteiro. Ele, que se chamava Fernando, nasceu em 13 de junho de 1195, em uma Lisboa medieval, de estreitas ruelas de influência moura. Lá, ainda estão guardadas suas relíquias, na casa em que viveu, situada a meio caminho da imponente Sé, de estilo românico, que domina o Tejo, das alturas do Alfama.

Falecido em Pádua em 1231, o santo foi contemporâneo da formação do estado português, e da imposição da língua portuguesa como oficial, embora ainda com estruturas muito semelhantes às do latim vulgar. Pouco antes de seu nascimento, havia sido proclamado o Reino de Portugal, independente de Castela. Coincidentemente, logo após sua morte, o rei D. Dinis decreta obrigatório o uso da língua portuguesa em todo o país.

É este o período arcaico da língua, que dura até o século XV, quando se firmam as estruturas gramaticais e o vocabulário básico. O verbo **namorar** e o substantivo (formado do particípio) **namorado** datam dessa época. São derivados de amor com o prefixo **en** e o sufixo **ar** (verbal) e **ado** (participial). A primeira versão do verbo foi **enamorar** ou **enamorar-se**.

A forma atual foi reduzida com a queda do **e**. Esta redução provocou mudanças na regência e nas nuances do sentido. Afinal, alguém pode namorar outro sem estar enamorado. **Namorar** parece indicar uma

ação. **Enamorar-se** define um sentimento e é mais frequente como pronominal regido pela preposição **de**: *Maria enamorou-se de um sapo que não era príncipe*. Enquanto **enamorado** permanece com valor de particípio, **namorado** foi alçado à categoria de substantivo, como se pode observar na letra de Vinicius, “Se você quer ser minha namorada, mas que linda namorada você poderia ser”, refletindo os usos comuns da língua.

Namorado(a) passou a definir um referente, como os termos **noivo** ou **marido**. **Enamorado** permaneceu como particípio, usado com verbos auxiliares, dando um sentido passivo, um sujeito que sofre ação: *Maria ficou (ou está) perdidamente enamorada por um sapo barbudo*.

Namorar tem sua primeira atestação escrita no século XIII, enquanto **namorado** é do século XV, **namorador** do XVI e **namoro**, bem mais recente: é um neologismo de 1881. **Namorar**, com o correr dos tempos, tornou-se um verbo volúvel, sem compromisso com as regras de comportamento... gramatical!

Sendo transitivo direto, usado sem preposição, como em *João namora todas as Marias que conhece*, bandeou-se para o grupo dos transitivos indiretos, na companhia do **com**: *João namora com a filha do patrão*. Embora condenado por gramáticos, esse uso disseminou-se pelo sentido de companhia, conversa, encontro, que o termo contém e desenvolve, seguindo os modelos de casar com e noivar com.

Namorar pode ser ainda intransitivo: *Você namora demais!* Nesse caso, pode ser empregado com o sentido recíproco e o sujeito composto ou plural: *Cláudia e Antônio namoraram durante longo tempo. Eles namoram desde o ano passado*.

Sendo assim tão volúvel, **namorar** tem seu sentido diminuído ou apequenado com o sufixo **ico**: *namoricar*, *namorico*. Estes termos, no entanto, são quase pejorativos: indicam relações fugazes, passageiras, descomprometidas, que certamente não são as celebradas hoje.

Namorando alguém ou namorando com alguém, não importa a forma gramatical para se comemorar o dia de amanhã. Seria diferente se fosse dia de vestibular: aí seria *namorando alguém*. O importante é que se comemore o dia dos Namorados, estando enamorado.



No Ceará, não tem isso não

A questão do sotaque vem sempre à tona, quando vão ao ar novelas com sotaques regionalizados. É o que acontece agora com a novela *Meu Bem Quer*, ambientada no Ceará e, diga-se de passagem, valorizando-lhe as belezas naturais.

Embora se creia que todos os sotaques são válidos e que não se deve fazer julgamento de valor de aspectos linguísticos, tais como traços fonéticos, vocabulário, construção frasal, a verdade é que a valorização está sempre presente ao ser exposto na TV, com tom artificial, o falar diferente dos habituais do Centro-Sul. O sotaque cearense das novelas está longe de ser realista: *no Ceará, não tem isso não*.

Se, para o filólogo Antonio Houaiss, o sotaque é um conceito difícil de precisar, mais difícil ainda é de imitar. Consiste em uma expressão que habitualmente se usa para caracterizar as diferenças de pronúncia, dentro de uma mesma língua, entre áreas dialetais diversas. É natural que essas áreas dialetais evoluam em uma língua como a nossa, com um contingente tão numeroso de usuários. A distância geográfica e a história da implantação da língua, das contribuições recebidas têm, cada uma, parte da responsabilidade dos matizes de pronúncia diferentes e vocabulários divergentes. A diversificação fonética torna-se marcante e é dita *sotaque*. Em inglês e francês é *accent*.

A questão do sotaque regional transforma-se de natural em discriminatória, quando em cotejo, um deles denota ter origem em uma região de prestígio e outro em uma região estigmatizada.

A valoração não é baseada em traços linguísticos, mas em razões sócio-econômicas. A televisão (antes o rádio) contribui para isso, involuntariamente. As grandes redes têm no Rio/São Paulo sua sede, de onde partem as ordens e as transmissões. Isto favorece a pronúncia carioca (e agora a paulista) pois torna-se como a mais apropriada para predominar sobre as demais. Até mesmo porque o ouvido se habitua e passamos estranhar nosso próprio sotaque, julgando-o pouco eufônico e destoante por ser uma fala marcada pela pobreza e o subdesenvolvimento.

A pronúncia paulista tem prestígio recente, mas a carioca mantém desde longe, o primado sobre as demais. Em 1808, com a vinda de D. João VI, cerca de 15 mil nobres e plebeus portugueses chegaram ao Rio e trouxeram traços inovadores da pronúncia de Lisboa na época, e que permaneceram até hoje. A fala da **Corte** – o Rio de Janeiro – se impôs desde então; a cidade, além de capital política, permaneceu muito tempo, como capital cultural. Agora, não é só o linguajar carioca: é um misto quente de carioca e paulista, o modelo de prestígio na sociedade.

O público telespectador desse Brasil gigante passa a ter vergonha de seu sotaque regional, a disfarçá-lo e evitá-lo, porque identifica a linguagem da TV como norma ou camisa de força.

A uniformização da linguagem pela TV é crescente e indomável pelos fenômenos de projeção e identificação que desencadeia nos espectadores, que compara seus hábitos linguísticos com os “ensinados” pelos atores de televisão. Ele crê que vale menos que o outro porque fala diferente. Mas, como esses sotaques e dialetos não se apagam e se

anulam com um clique de botão, como programa de TV indesejado, às vezes há necessidade de mostrá-los, não como respeito a uma cultura, mas como toque folclórico e pitoresco.

Três são as regiões brasileiras, de sotaques mais marcantes e carregados: Minas, Nordeste, Rio Grande do Sul. Talvez o mais mal imitado seja o nosso, por ser o mais distanciado do centro do poder e estar sempre atrelado a uma situação de inferioridade econômica. As nossas riquezas são culturais, pouco valorizadas em tempos de neoliberalismo.

O sotaque nordestino das novelas torna-se cômico e esquisito: é artificial, não corresponde a usos legítimos. Como diz Ariano Suassuna, conhecedor, usuário e defensor da fala e cultura do Nordeste, seria melhor que não houvesse imitação alguma. Nas suas peças, muitas delas cômicas, ele exige que não haja falsas adaptações. Isto, apesar de ser conhecido, na arte dramática, que as imitações são adequadas apenas nas comédias ou piadas. Imitação sempre tem toque de farsa. Por isso, *vocês vão me desculpar, mas eu repito a expressão: no Ceará não tem isso não.*

Números em notícias

“40% dos eleitores não aceitam as decisões do governo”. “53% demonstraram indiferença diante da escolha”. “81% do consumo resultou da demanda reprimida”. “70% dos passageiros reclamaram...”. “Esses 75% de aumento impediram...”. “54% do dinheiro para o exterior sai via laranja”.

Números absolutos são, às vezes, difíceis de serem apurados. Quando o argumento ou o noticiário exige quantificação, nada melhor do que apelar para os números percentuais. É o que acontece nos noticiários jornalísticos de Economia, Política e nas seções de comportamento em geral: a estatística é a grande aliada para verificar preferências, aceitação, rejeição ou para se ter ideia do alcance de uma ação ou um fato.

Cada vez mais frequentes na linguagem da mídia, os percentuais ampliam as dificuldades na concordância verbal. Muitas gramáticas normativas sequer abordam esses casos, e entre as que abordam, há discordância sobre o uso específico do singular ou plural.

Luiz Antônio Sacconi diz que deverá haver sempre concordância com o número percentual: assim, portanto, o verbo irá para o plural sempre acima de 1%: *30% da cidade ficaram inundados*. Aceita, como excepcional, a concordância com o complemento: *30% da cidade ficou inundada*. Se o percentual for precedido de determinante, concordar será obrigatório: *Os 30% da cidade inundados ficaram em situação precária*.

Pasquale Cipro não pensa assim. Acha que seguido de complemento, deve concordar em número com ele: *30% da cidade foi inundada*. Lembra,

contudo, a necessidade de concordar com o número expresso quando não há partitivo: *25% faltaram. 1% compareceu.*

Sérgio Nogueira acha que a concordância com o partitivo pode ser feita, mas é opcional: *2% da população votou ou votaram.*

Celso Cunha, preocupado, talvez, com questões mais relevantes da língua, nem cita o caso dos números percentuais. Rocha Lima e Evanildo Bechara adotam a mesma atitude.

Além dos números percentuais, quantitativos menos exatos frequentam telejornais, mesas-redondas, manchetes e conversas informais. São as expressões partitivas, cujo emprego, normalmente, está disciplinado pelos compêndios gramaticais. As mais usadas são: *a maior parte de, a maioria de, a metade de, uma porção de, o resto de, grande parte de.*

As regras gramaticais são enfáticas e explicam que, sem complemento, o verbo fica no singular, mas a presença do complemento, quando acontece, passa a ser a informação mais relevante, determinando a concordância. É o caso de *Grande parte não aceitou*, mas *Grande parte dos entrevistados aceitaram.*

A maior parte das dificuldades resultam de questões da norma padrão, que a partir de consultas a compêndios de gramática e textos de boa qualidade, serão facilmente dominadas. Com esse tipo de leitura, 99% passarão a conhecer as regras de concordância; apenas 1% continuará com deficiência. Mas, a maioria acertará na mosca.



O acordo e seu mentor

A discussão em torno do Acordo Ortográfico continua na ordem do dia, embora, agora, só reste aceitá-lo. Ponto para a mudança que fez voltar a preocupação de escrever correto.

Sou favorável à unificação, até porque trabalhei ao lado de seu mentor, Antônio Houaiss que a idealizou na década de 80 e apresentou ao público lusófono a primeira versão, no início de 90.

Tive informações privilegiadas nos momentos iniciais de sua elaboração. Tinha sido formada, então, a Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento da Língua Portuguesa, da qual eu fazia parte e Houaiss, sendo um dos membros, pedia opinião sobre as atitudes a tomar nas reuniões em Portugal, seguindo contudo apenas a sua própria.

A reforma atual é tímida, como muitos julgam, sobretudo em relação ao que foi planejado. O livro do mestre Houaiss, **A Nova Ortografia da Língua Portuguesa**, editado e publicado em 1990, pela Ática, traz o texto original. Seria uma reforma ampla, (mas não geral e irrestrita), atingindo outros aspectos não contemplados hoje.

Os intelectuais portugueses não aceitaram e se sentiram lesados com as mudanças e diziam que, representado por apenas um especialista, “o Brasil passou-nos a perna”: o acordo era mortográfico. Não ia sobreviver. A língua portuguesa, para eles, é um patrimônio valioso sobre qual não queriam perder o poder de decisão.

Mas Houaiss não desistiu do intento, apesar da recusa ao texto que já fora aprovado e divulgado. Do alto de sua sabedoria, descortinava horizontes mais amplos. A reforma não buscava facilitar a escrita do usuário e sim a imposição da língua portuguesa no plano internacional. Afinal, ela é a terceira língua mais falada do Ocidente e a sexta no mundo.

A dupla ortografia oficial, regida por uma lei portuguesa e outra brasileira, não lhe permitia ser adotada nos fóruns internacionais (tipo ONU, UNESCO). A Comunidade Européia só aceita(va) a grafia no modelo luso. Livros editados em um país não eram aceitos em outro e nas escolas das ex-colônias de África, livro didático brasileiro não podia ser adotado.

Foi pensando no papel político da Língua, buscando o *status* do português como língua de cultura que a reforma encolheu até chegar a um denominador comum, aceito por ambas as partes, embora com muitos protestos lusos.

Agora, já oficializada, a nova ortografia se impõe como resultado do trabalho de um filólogo, ensaísta e diplomata que via longe e defendia o reconhecimento da nossa língua.

Houaiss foi o construtor das bases do acordo no século XX. Agora, no século XXI, o então presidente da Academia Brasileira de Letras, o pernambucano Marcos Vinícios Vilaça, assumiu a missão de implantar a nova ortografia e teve êxito. Emplacou a vitória final. Um outro pernambucano, o mais respeitado gramático da língua portuguesa na atualidade, Evanildo Bechara, codificou as mudanças, registrando-as no Dicionário da Academia Brasileira de Letras, recém-lançado. Todas as

novas grafias, dos acentos ao uso do hífen (que, convenhamos, sempre foi de uso irracional e complicado e continua sendo) estão assim ao alcance do consulente.

A mudança atingiu apenas 0,6% de termos no português brasileiro e 1,7% dos termos no português europeu. Vale lembrar que muitos permanecem com grafia dupla.

Não podemos esquecer que, na era da globalização, a erudição e a persistência de um homem, Houaiss, estão presentes na luta da nossa língua/cultura para se impor no plano internacional.



O espelho da Compadecida

O homem é cheio de contradições e incoerências, pelo fato de ser o homem “o único animal que sabe que vai morrer e no entanto pensa que é eterno”. Ser eterno, ser imortal, driblar a trágica certeza que lhe dá sua condição de criatura, são aspirações que acompanham a trajetória humana. A religião, as artes, a literatura são as formas de que se reveste essa busca. Nas religiões, o acesso à eternidade é para todos. Mas, nas artes e na literatura, é necessário que alguém se distinga, para que seu nome permaneça eterno na memória de sua comunidade.

Ariano Suassuna não precisaria ter escrito outra coisa além do “Auto da Compadecida” para se tornar ponto obrigatório de referência nacional nas artes literárias e cênicas, para se tornar *eterno* e *imortal*.

Essa peça tem uma das mais comoventes cenas do teatro brasileiro: o julgamento final, que deve ser objeto de uma leitura mais profunda. A superfície de comicidade recobre o drama de cada um dos “réus”, culpados de crimes inerentes à humana condição: medo da solidão, da miséria, da fome, da morte. Como os autos medievais, propicia à reflexão sobre a fragilidade e os erros dos homens; levando-nos a refletir como propunham os latinos: “Ridendo castigat mores”.

Realizando o que disse um de seus autores prediletos, o russo Tolstói, descrevendo o sertão, ele descreveu o mundo. Ele não confundiu o regional com o pitoresco ou o folclórico: transformou-o em valor universal. O sertão não é uma região geográfica apenas, mas o lugar comum a toda experiência humana.

Nem sequer modificou a língua, deformando-a para representar uma pretensa linguagem sertaneja: levado pelo respeito do homem do campo, transcreve a fala de seus personagens, mesmo iletrados, obedecendo às regras de ortografia: nada de muié, vortá, dotô. A fala regional é representada pelos torneios sintáticos do dialeto nordestino (a dupla negativa, por exemplo) e pelo vocabulário típico como, cabra, aperriado, garrota.

Mas Ariano não é apenas o grande mestre das artes cênicas ou literárias, ou mesmo o teórico da Estética. Dizendo sempre ser um palhaço frustrado, ele não ensina apenas artes ou estética. Ele analisa a realidade brasileira, que partindo do aspecto cultural para os outros, dilacera-se em contradições e dicotomias.

Sua ampla cultura humanística, moeda rara nos dias de hoje, permite a mesma familiaridade no trato com a arte de Shakespeare e a obra de Teresa d'Avila, quanto com as histórias de cantadores e personagens de seus casos imaginosos, acontecidos em Taperoá. Por isso, que o seu *Auto da Compadecida* tem essa dimensão universal. Levado à cena nos palcos, por esse Brasil afora, conquistou multidões. A sua primeira versão para o cinema não teve o devido sucesso, talvez por falta de divulgação, ou quem sabe de técnica. Com Guel Arraes, no entanto, Ariano encontrou o parceiro ideal: alguém que domina a técnica dos meios de comunicação, ao mesmo tempo que tem sensibilidade artística e conhecimento da realidade.

Com o recente e comentado sucesso que a *Compadecida* vem tendo na versão para a TV e o cinema, vê-se que as grandes obras literárias superaram as barreiras dos meios de comunicação tecnológica e

quando têm valor e são bem adaptadas, o público reconhece e aplaude. A escolha dos atores foi perfeita: Selton Mello como Chicó e Matheus Nachtergaele como João Grilo parecem recém saídos da realidade sertaneja, com a interpretação picaresca de pantomimas e falas de tom farsesco. Marcos Nanini está magistral e Fernanda Montenegro leva o público às lágrimas, com sua interpretação.

Estamos nós, nordestinos, vendo a nossa arte ser aceita e aplaudida nas salas do Brasil, sobretudo nas mais preconceituosas e exigentes. A *Compadecida* é sucesso de público, sem fazer concessões. Porque superando as contradições da era da cultura de massa, da cultura globalizada, superando as contradições, sobretudo, existentes dentro do próprio país, onde alguns poucos se julgam superiores aos demais, faz o brasileiro se reconhecer como povo. É o brasileiro se reconhecendo no espelho do *Auto da Compadecida*.



O mistério do gerúndio

Uma insidiosa campanha está sendo urdida contra um recurso da Língua Portuguesa, dos mais frequentes e expressivos. É um mistério identificar a causa do veto do gerúndio nas redações escolares, como se fosse aceitável ignorar uma forma verbal legítima, conquistada e construída pela língua que falamos, após séculos de evolução. Não sabemos se por dificuldade de ensinar que o gerúndio é uma forma nominal, não conjugada como as demais, se por comodismo ou pressa, o certo é que o gerúndio se tornou interdito no ensino de redação. Logo o gerúndio, que Camões, que forjou muitos dos recursos da nossa língua, consagrou nos seus versos mais famosos: *Cantando espalharei por toda parte, se a tanto me ajudar engenho e arte.*

Em que consiste a dificuldade que gera a intervenção? O gerúndio funciona sem a companhia do auxiliar, como núcleo do predicado da oração subordinada, dita reduzida, mas só pode estar sendo usado no período junto com a oração principal e nunca isolado. Há alguma dificuldade ou mistério em ensinar/aprender isto? Qual o conteúdo envolto em brumas de dúvida que não se pode esclarecer para o aluno?

Se quisermos comunicar o que acontecerá no início de março deste ano, tanto podemos dizer *Quando chegar o Carnaval* como *Chegando o Carnaval*. Apenas é obrigatório que se complemente esta informação dependente e incompleta, porque subordinada à outra, com a informação principal: *os blocos invadem as ruas da cidade.*

Segundo Bechara, em sua Gramática, as orações reduzidas, – as que usam a forma nominal do verbo, infinitivo, gerúndio e particípio, – apresentam estruturas semelhantes àquelas com o verbo nas formas finitas, ditas orações desenvolvidas. O uso das gerundivas, quando feito com arte e engenho, permite tornar o estilo conciso e elegante, evitando o acúmulo de quês e de outras partículas subordinativas. Pode indicar uma hipótese – *Chovendo, não sairei* –, uma circunstância de tempo ou de modo como na canção: *Cantando, eu te dei meu coração, meu amor*. Ainda pode indicar uma circunstância passageira de um substantivo ou pronome: *Tu estavas vestida de noiva, sorrindo e querendo chorar*. Pode caracterizar também uma atividade inerente ao ser: *Os cipós, sustentando-se da seiva das árvores, enfeitam as florestas*.

Ainda podemos observar que o gerúndio pode registrar uma causa ou uma consequência, fato confirmado pelos noticiários e letras de música: *Venceram o jogo, goleando o adversário*. / *Quero te abraçar porque estou voltando*. Pode expressar modo, meio, instrumento, – *Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não* – ou ainda recorrendo a Machado de Assis: *Bailando no ar, gemia inquieto vagalume*. O gerúndio não pode deter o sentido principal do período, não constitui uma oração independente, nem principal. Não pode ser desgarrado e solto, como mostram os exemplos que seguem, fiapos de redações incoerentes, que assolam os exames e vestibulares, como epidemias perigosas: *Conhecendo o Brasil e amando suas gentes / Passando pelas ruas da cidade*.

A leitura de bons autores será o antídoto para combater essa epidemia e ratificar esse uso elegante e legítimo. Pois, como diz Castro

Alves, – *O livro, caindo n'alma, é gérmen que faz a palma* –, ou como canta Bandeira, saudoso – *Estão todos deitados, dormindo profundamente*. Saindo da poesia para a prosa, ratifica Euclides da Cunha: *Viu, em plena refrega, uma criança debatendo-se em chama*. E Alencar reforça: *A tarde ia morrendo. A juriti, chamando pela companheira, soltava arrulhos doces*. Se os exemplos não foram suficientes para exorcizar o fantasma da interdição do gerúndio, leiam mais, leiam muito, leiam variando sempre a escolha. Mas nunca se pode interditar o uso desta forma verbal: isso é sonegar informação para dominar os recursos de expressão da língua.



Florão da América

Agora em abril, recordamos e pouco comemoramos a data em que o embrião da nossa pátria começou a se formar. Foi duro, difícil e doloroso formar uma nação a partir da contribuição de várias etnias, muitas vezes inimigas entre si.

Apesar de tudo tivemos uma trajetória bem sucedida, quando pensamos que este é um país gigante e jovem, pois tem apenas 500 anos e, como todo jovem, imprevisível e de comportamento desigual. Se compararmos com a invasão moura na Península Ibérica, que durou cerca de 800 anos, observamos como na história de um país, cinco séculos é muito pouco.

A aventura começou quando, na manhã do dia 8 de março de 1500, a frota portuguesa, constituída de 13 naus, reuniu-se diante do rei Dom Manuel. Sob a chefia de Cabral, aquela tripulação mal dissimulava diante do monarca, a pressa que tinha de zarpar com seus barcos ancorados no Tejo, para as terras que suspeitavam existir abaixo do Equador.

Uma das hipóteses sobre o nome de nosso país merece ser lembrada, por ser a mais lisonjeira. Talvez os portugueses estivessem embalados por esta lenda que existia entre vários povos de origem celta, sobre uma ilha encantada chamada Brasil. Foi, pois, natural que quando aparecesse um lugar que honrava a lenda, rico e paradisíaco, o nome que povoava a imaginação, ali se fixasse. O nome Brasil nos mapas anteriores à viagem de Cabral, teria como causa o mito da ilha

feliz, recorrente entre os europeus do norte, sobretudo na Irlanda. A ilha se chamava Hi Brasil.

Pouco sabemos desta fria manhã em que o rei, encapotado com a lã e a melancolia típica dos portugueses, suspirou pelo ouro e pela glória. Assim os audaciosos navegadores, sob o impulso da esperança, acreditavam que o palco futuro de suas representações deveria existir em alguma parte, a sonhada ilha Hi Brasil. Se de fato existiam terras do outro lado do mar, talvez constituíssem elas o paraíso, espécie de Éden que os forçaria a abandonar o Velho Continente e lançar-se ao desconhecido.

A viagem pelo Atlântico revolto, nas casquinhas de nozes que eram as naus, era uma temeridade Para onde se virassem estava o oceano, um imenso vazio que iam preenchendo com seus medos e mitos. Mas havia que se buscar o mito do paraíso sonhado.

No dia 10 de abril, os homens enxergaram terra firme. A paisagem que se descortinava, de luz exuberante, de natureza selvagem, de mar cristalino, feriu-lhes a sensibilidade européia. Esses homens indagavam como seria aquela terra onde iam desembarcar.

A seguir, montaram um cenário, escolhendo a cruz como centro histórico e testemunha do inusitado Os trajes dos portugueses contrastavam com a nudez dos índios ornada de penas e colares. Índios e portugueses disputavam o espaço enquanto o padre celebrava em latim solene. A novidade marcou os rudes navegadores pelo nunca visto: tudo era diferente da velha Europa.

A partir de então, começou a desabrochar, no mundo recém-descoberto, o *florão da América*.

Foi a língua daqueles homens experimentados na perigosa aventura que nomeou aquela realidade, designou o que havia de novo, experimentou a riqueza do idioma transplantado, trazido de tão longe, resultante da memória individual e coletiva, fruto de uma cultura já forjada além-mar. Era originária de uma língua-mãe nobre, com influências de várias outras, enriquecida inclusive pelo árabe. Esta língua já vinha, quer na poesia, quer na prosa, mostrando uma plasticidade incomum

Assim começou a odisséia do português no Brasil, de suas mudanças e transformações. A ação colonizadora reinstaurava e dialetalizava a língua, desde o início da colonização e da transposição, com a tímida consciência de que seria o instrumento para expressar o que sentia e o que pensava aquele povo que então se formava, da soma de vários.

O legado brasileiro, hoje, é a posse de uma língua a serviço da nossa identidade. Uma língua voltada e recriada para o mito que a gerou e a ativou. Uma língua que, quando povoada de aspirações, integra-se de forma indissolúvel, a mil combinações. Nesta batalha que antecedeu ao nascimento de uma nação, foram todos convocados e disseram presente.



O que é aprender

Segundo o dicionário, aprender é uma variante de apreender. Ambos significam assimilar mentalmente, compreender com profundidade, captar, adquirir conhecimento a partir de estudo ou de prática, de uma língua de uma técnica, de uma arte. É um processo que se dá por convivência com o objeto a ser apreendido e que modifica o aprendiz fazendo-o crescer como pessoa, quando o tema do aprendizado é relevante e positivo.

Foram reflexões que nos vieram à mente ao levar os netos para ver a exposição dos chamados **Quadrões** de Maurício de Souza no IRB.

Todas aquelas crianças, vindas das mais diversas escolas e condições sociais, olhando e comparando o original e a cópia, com seus personagens favoritos, já conhecidos nos quadrinhos, sofrem a influência da arte e se deixam marcar pelo bom gosto. As explicações ao lado conduzem a compreensão do que seja o motivo da pintura e nenhum daqueles garotos esquecerá a experiência visual que levarão pela vida afora.

Quando viajamos pela Europa, ficamos encantados por ver os colegas, visitando museus e coleções em visitas guiadas por professores. Compreendemos então o motivo de terem os europeus um nível e um interesse cultural muito superior ao nosso. É na infância que se forma o gosto artístico e se desperta interesse pela cultura, pela história do seu país. E com isso se forma o cidadão, com consciência de suas raízes.

Agora, estamos tendo aqui esta oportunidade com uma instituição como o IRB que abre suas portas gratuitamente para instruir os cidadãos de hoje e de amanhã.

E não é só a arte da pintura. A edificação é uma lição de bom gosto e história. O castelo, com sua ponte levadiça, num belo parque verde, às margens de um lago de conto de fadas, onde deslizam cisnes brancos e negros, ensina às crianças que existe um mundo diferente do frenético e vertical em que vivem empoleirados.

Lembro o meu deslumbramento, quando ainda jovem, na Espanha, entrei no saguão de um castelo feudal, onde vi pela primeira vez armaduras de cavaleiros, com suas lanças e espadas. Tanto estudara sobre os cavaleiros medievais, nos textos do espanhol antigo, traduzindo *El Cantar de Mio Cid* e os *romanceros*, e do francês arcaico, as *canções de Gesta* e a *Chanson de Roland*, solidária com os sofrimentos de Carlos Magno pela morte injusta de seu sobrinho, que, me ver nesse ambiente, trouxe a emoção da certeza de sua existência remota. E agora, qualquer um que quiser visitar tudo isso é só ir até à Várzea e conhecer um mundo diferente, belo e real, embora remoto.

Com a generosidade dos grandes senhores feudais, Ricardo Brennand abre seus domínios e permite o acesso a um bem cultural que creio ser o único no Brasil, contribuindo dessa forma para o aprendizado de uma comunidade e para o desenvolvimento dos saberes artístico e histórico.

O que é aprender? É conviver com o belo, o significativo, o diferente, guardando-o como tesouro em nosso espírito.



O que é que é isso?

O título acima está carregando no **que**, exatamente como fazemos quando falamos. Mas a língua escrita é diferente da falada, os recursos são formais e a repetição de termos não é bem recebida.

Nem por isso deixa de acontecer, sobretudo nos textos mal cuidados.

Isto não significa que o **que** possa ser banido, ou mesmo evitado. O que se pode evitar é o exagero de uso e, entre outros problemas, o uso do **que**, iniciando uma subordinada sem ter o período, uma oração principal, que complete a ideia. Sim, porque além da forma mal cuidada, o uso indevido do **que** dificulta a compreensão. Por exemplo: *Técnicos de vigilância **que** coletaram hoje amostras de sangue, que buscam detectar a febre tifóide.* Qual a ideia central que o parágrafo quer passar? Onde está a oração principal?

E não pensem os leitores que esse tipo de frase inexistente na prática: as redações do vestibular provam que existem até piores, com absoluto *non-sense*.

Assim, em época de tantos vestibulares, parece oportuno falarmos sobre a palavrinha que tantas dificuldades traz. Segundo aprendi, no século passado, quando se julgava que ensinar português era fazer decorar regras e exceções, o **que** tem vinte e uma funções gramaticais, mas nunca procurei conferir esse número exato. A única função que podemos ter certeza de que não exerce é a de verbo, a não ser que

algum cronista com criatividade atrevida, *tipo Zé Simão*, ou algum vestibulando, menos avisado e sem criatividade, resolva conjugá-lo.

O **que** pode ser, em linhas gerais, de substantivo a interjeição, passando por advérbio, pronome adjetivo, substantivo e relativo, preposição e conjunção de dois tipos, coordenativa e subordinativa, chegando a palavra expletiva ou de realce conforme foi usada no título acima. A razão de seu espírito camaleônico são as suas origens no latim, pelas formas convergentes de *qui*, *quae*, *quod* que também naquela língua, exerciam variadas funções, sendo frequentes nos textos clássicos, como em Cícero: *Qui esset ignorabas? (Ignoravas quem ele era?)*.

As listas das gramáticas expositivas são complicadas sobre as funções do **que** e nem todas coincidem na classificação. Também não foram escritas para serem decoradas como versículos bíblicos e sim para serem entendidas, sem precisar de detalhes de classificações que se tornam desnecessárias para o domínio da escrita. O importante é dominar as regras de uso, sabendo que, na maioria dos casos, o termo é um elo que faz referência ao que foi dito. Com essa função conectiva que retoma o já-dito, ele é pronome relativo ou conjunção subordinativa. Necessita de uma oração principal, para ter sentido: *Desejo que tenhas um Feliz Natal / Cão que ladra não morde*.

É de uso indispensável na língua para unir as informações entre si. Contudo, não se pode preconizar o que diz a campanha publicitária: *Abuse e Use*. Use sem abusar, substituindo por gerúndio, por pontuação, iniciando uma nova frase (*uma maneira prática é iniciar a nova frase por demonstrativo, isto, este, esse*), redigindo sempre períodos curtos.

A repetição do **que** torna o texto incompreensível, enfadonho e pesado.

Os grandes autores brasileiros, no entanto, muitas vezes usaram o excesso de **que** como efeito especial. É o que se pode constatar em *Quadrilha* de Drummond, onde a repetição cria os laços entre os personagens, porém, contraditoriamente, revela os desencontros amorosos: *João **que** amava Teresa **que** amava Raimundo **que** amava Joaquim **que** amava Lili **que** não amava ninguém.*

Mário Quintana registra o indefinido, com pergunta sem resposta, em: ***Que** procuravas, solitário e triste? **Que** nem em sonhos sonhei, **que** faz com **que** o teu ar, pareça mais um olhar...*

E Machado de Assis, na prosa perfeita de D. Casmurro, repete-o sem cerimônia: *“Em vez de ir ao espelho, **que** é **que** achas **que** Capitu fez? Não esqueçais **que** estava de costas para mim. Capitu derreou a cabeça a tal ponto **que** me foi preciso acudir com as mãos para ampará-la...”*

Estes modelos da língua na prosa e na poesia permanecem atuais, porque se tornaram clássicos. Souberam usar, com elegância e clareza, os artifícios estilísticos. A melhor forma de aprender as funções do **que** é lendo bons textos.



O sexo dos anjos

Palavra tem sexo? Não. O que existe é um simulacro, quando se usa o gênero como se representasse o sexo. Nem no latim, onde havia o neutro (que significa *nem um nem outro*) o uso do gênero correspondia no mundo extralinguístico. Em português, onde não existe o neutro, o gênero é uma forma classificatória do universo, que só dá certo quando se refere ao reino animal e aos seres concretos. Dá certo? Nem sempre. Todos sabemos que enquanto *barata* (feminino) é um inseto, *barato* (masculino), além de preço, refere-se a vários outros sentidos. Este é apenas um exemplo entre mil. Mas, a distinção entre o masculino e o feminino é fundamental em língua portuguesa. Qualquer criança aprende isso de forma muito precoce e sai por aí, formando femininos que não existem. Esta distinção estrutura de tal maneira a aprendizagem do léxico, que ela por vezes estende-a ao verbo, de acordo com sua lógica. A língua tem sua lógica própria, que a criança só se dá conta ao amadurecer a capacidade linguística, assimilando as irregularidades e as dissimetrias.

Em português, como nas demais línguas românicas, o gênero não pretende ser um reflexo linguístico da organização natural do universo, mas um sistema de classificação dos nomes que representam seres animados e coisas. Acontece que na língua a distinção de gêneros assume dois papéis diferentes: pode estar baseada na natureza dos seres (menino / menina), com um papel semântico e, no caso de seres

inanimados, ser escolhido de forma arbitrária, puramente gramatical e ilógica. *Mar e garfo*, por exemplo, masculinos para nós, são femininos em francês: já *faca (couteau)* é justo o contrário. Assim a identidade formal dos dois sistemas abre o caminho para fenômenos de transferência onde se estabelece a equação gênero = sexo, tornando-se o gênero pretexto de metáforas. Na verdade, o masculino domina o campo linguístico (e o campo social!), sobrepondo-se ao gênero feminino: os termos genéricos, que remetem à espécie, são sempre masculinos, a começar por *homem*.

Em compensação, como resultado de uma visão de mundo, os termos pejorativos são sempre femininos. O masculino é o termo de base e o feminino que dele deriva adquire uma conotação negativa, como é o caso, entre outros, de *bicho/bicha, galo/galinha*. A analogia influencia na repartição de palavras entre dois grupos, o que nutre a representação simbólica e cultural. Observa-se através dos gêneros a interação entre a forma e o sentido na língua: não é apenas a delicada *lua* feminino que se opõe simbolicamente ao *sol* radiante. A *natureza* (mãe) também se opõe ao *progresso*.

Todos os termos parecem ter suas razões secretas (às vezes, nem tanto) e culturais para serem classificados em gêneros. Observa-se que a ideologia permeia a questão de gênero, a começar pela divisão/definição *homem* e *mulher*. Na definição do dicionário, o primeiro, além de ser considerado o símbolo da humanidade, carrega consigo a independência e o sentido laudativo: *João é um homem!* Com o segundo termo ficam as marcas da dependência e os desvios comportamentais, a começar pela prostituição. As profissões nobres não possuíam feminino

até há pouco tempo (muitas continuam) Houve dificuldades e dúvidas em nomear a primeira senadora: seria uma *senatriz*? No francês, a dificuldade permanece: *escritor*, *professor* e *médico*, entre muitos outros, não formam feminino permanecendo *écrivain*, *professeur*, *médecin*, mesmo que se refiram a uma mulher. A observação do verbete *femme* (mulher) nos dicionários de francês levou Marina Yaguello, de Paris VII, a um apelo para que revisassem essas redações.

Costuma-se dizer que falar sobre algo irrelevante ou inexistente é discutir o sexo dos anjos. *Anjo* seria uma criatura etérea e assexuada, porém símbolo da bondade. A língua (isto é, seus falantes) rapidinho cuidou de classificá-lo como gênero masculino. Porém, para contrabalançar, na mesma situação encontram-se *diabo*, *demônio*, *fantasma*, *monstro* e *vampiro*, sempre masculinos, talvez porque representem, embora malignamente, também a força e o poder.



Forrobodó

O ano começa embalado por ritmos do litoral, alguns com origem europeia, marchas e frevos, outros com origem africana, como maracatu.

Mas a partir de março, intensificando-se em junho, o embalo prossegue com um ritmo que está se generalizando como *forró*, com melodia também em parte de origem europeia, a que foram acrescentados toques de instrumentos africanos, modificando-lhe o andamento, criando um forte apelo local e popular. Estes ritmos tiveram como grande divulgador, talvez o pioneiro na divulgação nos meios de massa dos meados do século XX, disco e rádio, o nosso Luís Gonzaga, Foi ele que falou para todo o Brasil: *Eu vou mostrar pra vocês como se dança o baião*.

Na época o nome inovou e prevaleceu, porém sua origem é bem antiga. *Baião* é registrado por Câmara Cascudo, nos fins do século XIX, como uma derivação de baiano, dança e canto popular, acompanhados por viola e acordeão, parente próximo do lundu e do choro, com influências da conga e do samba. Como se vê, uma bonita salada musical, com ingredientes de dois continentes e receita brasileira, aliás, nordestina. Houaiss considera o baião como lançado em 1946 por Luís Gonzaga Antes já havia o xote, (de origem escocesa *schotish*, com andamento binário e bem brasileiro na instrumentação) e a polca, polonesa de nascença (*polska*) muito popular nos fins do século XIX. O

xaxado nasceu aqui, uma onomatopéia que imita o arrastar das sandálias dos cangaceiros: *vem do sertão, é dança dos cabras de Lampião*.

Todos estes ritmos do sertão, de origem e divulgação nordestina, tornaram-se a atração das festas juninas sob a designação de *forró*, que tanto significa a dança, como o evento ou o ritmo. Uma falsa etimologia ganhou o mundo, aprofundando a dívida, a submissão ou a dependência da nossa língua em relação ao inglês americano. Segundo essa falsa etimologia, teria vindo de **for all** (para todos) das festas criadas para os funcionários da antiga Pernambuco Tramways no início do século XX. Ledo engano!

É a forma apocopada ou diminuída de *forrobodó* e já está registrada desde a segunda metade do século XIX. *Forró*, como baile popular, está registrado por escrito em 1899, segundo o etimólogo Antônio Geraldo da Cunha.

Forrobodó continua significando confusão, balbúrdia, briga e segundo o mais renomado e esclarecido dos gramáticos atuais, Evanildo Bechara, pernambucano, por sinal, é uma variação do galego *forbodi*, termo privativo da região da Galícia, mas comum também em todo o Portugal. Associado a *fobordão* (desentoação), transcreve o pesquisador que “a gente da região do Norte dança com seriedade a golpes de bombo e pontos monorrítmicos monótonos esse baile que se chama *forbodó*”.

A redução *fobó* chegou a ser usada e registrada.

O termo disseminou-se tanto que já forma derivados como *forrozeiro* (já registrado no dicionário) e *forrozar* (não registrado ainda).

A origem dos termos mostra que no Nordeste, sobretudo no sertão, foi muito recente a influência do inglês americano, que se deu com força, durante a Segunda Guerra, principalmente no litoral onde se sediaram as bases militares: Recife e Natal. Os ritmos conhecidos como forró, baião ou xote foram copiados e modificados, adaptados e adotados com base nos que eram trazidos da Europa. O andamento musical e o acompanhamento serviram para criar novos gêneros, que se identificam com a região de onde provém.

A partir do século XX, é que ganharam espaço os ritmos dos Estados Unidos, como o *fox*, o *swing*, o *twist* e por fim o *rock*, que veio para ficar.

Mas, agora é tempo de forró e de baião, em festas que celebram a alegria que nos vem de longe, herdada da mistura de raças que nos formou. Essa herança vem sendo atualizada e recriada, pois tanto língua como cultura, não são estáticas nem imóveis, estão sempre se reinventando.



Saber comunicar

Estamos na era da comunicação, não da interpessoal, mas da de massa, a distância, e a língua de cada comunidade é o instrumento que permite a sua realização. Por isso, a mídia responsável por essa comunicação, deve usá-la com clareza e boa dose de correção, para que seja entendida a mensagem, já que os interlocutores não podem tirar as dúvidas sobre os equívocos. Como a mídia se vale da fala e da escrita, os desvios em ambas devem ser evitados, em nome da intercompreensão. Os desvios da escrita são divulgados e estigmatizados como erros de grafia, mas os da fala, apesar de pouco denunciados, são igualmente relevantes e devem ser evitados para uma comunicação clara. Enquanto os primeiros fazem parte da ortografia (= grafia correta), estes últimos atentam contra a ortoépia e a prosódia (= pronúncia correta).

A ortografia não é científica, mas uma normatização do uso da escrita com embasamento na história da língua a que se refere. Em português, a anarquia ortográfica imperou até o século XIX quando foi revertida pelas normas que passaram a balizar a escrita.

As técnicas de leitura e escrita tornaram-se o instrumental básico para que a comunidade se beneficie das conquistas da técnica da cultura. Até o uso do computador com suas informações virtuais só é possível com o domínio da escrita e com o conhecimento completo do código alfabético. Foram três os períodos da nossa grafia: fonético (até o século XVI) pseudo-etimológico (do século XVI ao século XIX) e o

simplificado (século XX). O código ortográfico hoje adotado obedece a princípios fonéticos e etimológicos, pois uma escrita que se baseasse em questões puramente fonéticas sofreria mutações frequentes, de acordo com o tempo e com o lugar.

Em 1971 houve um pequeno ajuste ortográfico, quando foram eliminados os acentos diferenciais de timbre, relevantes para a oposição estabelecida entre termos como *seca/sêca*, *côr/cór*, *acôrdo/acordo*, *fora/fôra*. Em 91, o novo Acordo Ortográfico firmado entre os países lusófonos pretendia dar conta de 98% dos vocábulos da língua geral. Mas, este Acordo ainda aguarda a aprovação do Congresso para ser implantado. A grafia é aprendida no início da escolaridade, por isso os desvios então fixados permanecem. O que garante o aperfeiçoamento das falhas iniciais seria a leitura frequente, pois, como em uma foto, a mente grava a forma que observou. Não há outra forma de aprender a grafia, pois não existe correspondência absoluta entre sons e letras.

Todos os canais de comunicação escrita são fontes de aprendizagem, jornais, cartazes, rótulos, placas. Grafias como *ritimo*, *uzina*, *braza* fixam erros que agridem a língua escrita.

A pronúncia é disciplinada pelas regras da prosódia – que se referem à acentuação tônica – e pela ortoépia que se referem à pronúncia de sons e sílabas. Dito assim, parece difícil, mas não é. Envolve os problemas da fala cotidiana, disciplinando o oral.

Entre os desvios de prosódia ouvidos na mídia, estão a pronúncia de *acórdão* (termo jurídico), *sótão*, *bênção*. São palavras paroxítonas, (como *órgão* e *órfão*) sendo sua sílaba tônica, a penúltima. O primeiro tem sido erradamente pronunciado com frequência, por apresentadores e, sendo termo técnico de pouco uso, pode criar escola.

Necropsia tem o *i* tônico, mas é confundido com *autópsia*. *Gratuito* torna-se *gratuíto*, *estratégia* foi dito *estrategia*. *Ínterim*, *refém*, *rubrica*, *sutil*, *subida* (*honra*) *ibero*, estão entre as que são ouvidas com as sílabas tônicas trocadas. *Decano*, em recente pronunciamento, feriu os ouvidos. Os desvios da ortoépia causam catástrofes fonéticas, tipo *adapita* ou *desiguinam*.

Os latinismos incorporados à fala cotidiana geram ruídos: *habitat*, muito usado na ecologia, tem a sílaba tônica *ha* e não *ta*, como vem sendo veiculado. Outro caso é o *ae* ditongo latino, em *curriculum vitae* (diz-se *vite*). *Aedes Aegypti* lê-se *Edes Egípti*.


Sendo a língua materna a chave que guarda os tesouros do nosso espírito, a mídia pode muitas vezes estar oferecendo uma chave falsa.



Qual a origem das línguas do mundo?

As investigações arqueológicas que permitem descobrir como viveu e evoluiu o homem na época pré-histórica e conhecer seu modo de viver, não permitem conhecer nada sobre sua linguagem. Sobre as línguas do passado e sua origem só pode haver duas fontes de informação: textos escritos e comparação entre línguas. A origem da linguagem é um desafio para os especialistas, na tentativa de avaliar que ruídos teriam dado origem à língua. A maioria crê que foram as onomatopéias, imitação dos ruídos da natureza. Os linguistas, no entanto, abandonaram esta especulação porque a resposta não está ao alcance da precisão científica. A linguagem como faculdade humana é muito mais velha do que as línguas de que se tem notícia. Os estudiosos, porém, conseguiram agrupar grande parte das línguas humanas em blocos ou famílias, através do método comparativo. O critério é a circunstância de ter havido uma proto-língua – *língua inicial* – como ponto de partida. Formam vários grupos: indo-europeu, camítico-semítico, sino-tibetano, uraloaltaico, ugro-fínico, dravídico, malaio-polinésico. Destas, a que mais nos interessa é a indo-européia, sobre quem existe maior quantidade de informação. Deu origem às línguas todas do norte da Índia e da Europa, excetuando-se o basco, de origem desconhecida, o húngaro e o finlandês. No indo-europeu, destaca-se o ramo itálico, no qual situa-se o latim, que deu origem ao português e às demais línguas neo-latinas: francês, espanhol, italiano, catalão, galego, romeno e provençal. Mas,

todas as outras línguas européias têm origem no indo-europeu, atestada pela reconstituição, sobretudo no vocabulário central (números, partes do corpo, parentesco), como podemos ver no exemplo do termo *irmã*: Sister (inglês), sestra (russo), soror (latim), soeur (francês). Do sânscrito, língua antiga do norte da Índia, o termo referente a *viuva*, widhava, assemelha-se a widow, do inglês. Assim o método comparativo ajuda a decifrar parte do segredo da origem das línguas.



Palavra-chiclete

Um linguista alemão, Pörksen, denomina *palavras de plástico*, as que entram na moda com sentidos imprecisos, servindo para tudo. São expressões novas da linguagem midiática, que resultam de mudança de significado criadas por especialistas de diversas áreas e caem no gosto do falante comum, sem entender bem o significado, pelo teor de modernidade.

Outro alemão, Werner Ludger Heiderman (UFSC), denominou-as **palavras-chiclete**, porque depois de muito usadas são jogadas fora. Ao perder o sabor de novidade, saem de uso.

Como o livro de Pörksen é escrito em alemão, língua indecifrável (para mim) o tema foi-me revelado em tese defendida na USP, pela paulista pernambucanizada Clélia Barqueta, orientada por Eva Glenk, em cuja banca tomei parte. Versou sobre diferenças e semelhanças entre a publicidade de laboratórios no Brasil e na Alemanha, área onde as palavras de plástico são bem-vindas.

O termo plástico é adotado pela capacidade que possui este material de adaptar-se às variadas formas de que o homem necessita: como o plástico o termo se torna elástico, mas perde sua capacidade de precisão denominativa.

Como o vocabulário reflete o cotidiano e modifica a visão de mundo, estas palavras e expressões penetram sorrateira ou repentinamente na língua e passam a ser insubstituíveis por algum

tempo. Depois somem. Foi o que aconteceu , em 1964, ente outras, com *aparelho, subversivo, linha dura, comunidade de base, e na tecnologia, com terceira dimensão e alta fidelidade.*

Atualmente, *desenvolvimento, comunicação,saúde, sustentabilidade, responsabilidade social*, adquiriram tons outros, simulando novidade. E que dizer dos verbos em izar, ícones numa prosa informativa que se pretende moderna: agilizar, socializar, otimizar, disponibilizar, politizar, costumizar. Culpar cedeu a vez a culpabilizar.

Outra palavra que se tornou plástica foi cidadania, palavra sem brilho e sem destaque, com bolor burocrático. Parece conquista recente, mas não fomos sempre todos cidadãos brasileiros? Para confirmar sua nova função, a APL oferece um curso de Leitura para a Cidadania. Será diferente?

Outras surgem na fila e, vemos à frente, sexualidade e desenvolvimento sustentável. O próprio termo sexo tornou-se uma palavra mágica, abrindo portas e trazendo sugestões. De tabu passou à banalização do uso.

Para Fairclough, linguista inglês, desenvolvimento sustentável é uma contradição em termos, um paradoxo, usado como panacéia para diferentes regiões do globo, parecendo ser a chave de todos os problemas, sem definir agente, beneficiado, nem como será possível.

Aprender, no sentido de prender (um menor) talvez seja uma palavra de plástico esdrúxula, pois, na língua portuguesa, aprendidas são coisas ou mercadorias. É mais ofensivo que prender.

As palavras de plástico desautorizam as demais. Ninguém fala mais em pobres, mas em população de baixa renda, em subúrbio, mas em periferia. Mocambo sumiu da língua sem sumir da realidade.

Por último, queremos lembrar uma dupla que não sabemos dizer a que veio: requalificar/requalificação. Não consta no Aurélio, e no Houaiss é um pequeno verbete que significa mudar de qualidade; o termo é ambíguo. Diz o arquiteto Zezinho Santos: “Que se pode dizer das obras de requalificação de Boa Viagem? Parecem desandar de vez a começar pela terminologia. O que quer dizer a administração pública com requalificação? Pode ser para melhor ou para pior.”

Em Porto de Galinhas, o termo foi usado para nomear apenas pavimentação de algumas ruas, (instalando o caos por muito tempo) Que quer dizer afinal requalificar?

Palavras de plástico apagam os significados cristalizados , tornando-se agente da globalização por colonizar a linguagem comum pela linguagem da técnica.



O papel da gramática

A gramática, tal como a concebemos hoje em dia, iniciou-se na Grécia Antiga, com Dionísio de Trácia, inspirado nas ideias de Aristóteles. Era a *Tekne Gramatike* que passou a Roma como *Ars* (arte) ou técnica de escrever. A divisão de palavras em classes gramaticais faz parte dessa herança grega do pensamento aristotélico, quando as categorias metafísicas foram transferidas para o domínio linguístico pelos estóicos e fixadas definitivamente alcançando as línguas ocidentais.

No entanto, a concepção mais comum de gramática não é a de descrição da língua, mas sim da prescrição de regras do falar bem, da correção no escrever.

Evanildo Bechara, gramático e acadêmico, autor de uma das mais respeitadas obras dentro da gramática normativa, considera a *correção idiomática*, não só como o problema teórico como também de ordem didático-pedagógica. Sendo assim, é de primordial importância para o ensino da língua portuguesa pois professores e alunos defrontam com a questão durante todo o percurso de sua atividade na sala de aula. O que é *correto* e o que é *incorreto* numa língua é muitas vezes pouco nítido para os falantes, que precisam ter uma orientação segura.

A linguística deu uma visão nova do fenômeno, mas que nem sempre oferece respostas às dúvidas no uso da língua escrita em sala de aula. No ensino da língua materna é necessário observar que a língua histórica (no caso o português) não é homogênea nem unitária, mas

desdobra-se em várias realidades. Para Bechara, há três dimensões onde se observa a propriedade do falar: a dimensão universal (a dimensão lógica), a dimensão linguística (de cada língua) e a dimensão individual, isto é, de cada texto. A dimensão linguística ou gramatical precisa estar apoiada em um pensamento lógico e interpretativo, para produzir, de acordo com as regras de combinação da língua, o texto. Estas três dimensões resultariam no *saber elocutivo*, no *saber idiomático* e no *saber expressivo*. Esses saberes são acompanhados por juízos de valor. No *elocutivo*, temos a coerência x a incoerência, no *linguístico*, a correção x a incorreção, no *expressivo*, temos o adequado x o inadequado.

A escola e o professor não podem se fixar no dogmatismo de uma gramática intransigente (por que a língua é por natureza mutante) nem tampouco num populismo onde tudo se aceita. Deve haver uma integração das duas atividades em favor da educação linguística do alunado.

Tomando como ponto de partida os usos da língua portuguesa no Brasil, Maria Helena Moura Neves lembra que para assegurar um ensino eficiente da língua e por consequência da gramática, deve-se propiciar a reflexão sobre o funcionamento da linguagem começando pelos usos para se chegar aos resultados de sentido. A escola não pode criar no aluno a falsa e estéril noção de que falar e ler ou escrever não têm nada a ver com a gramática.

Para ela, a escola tem a obrigação de zelar pelo produto linguístico de seus alunos. Eles devem entender que têm que adequar registros e ter condições de mover-se nos diferentes padrões linguísticos, em conformidade com a situação.

Falar e escrever bem é, sobretudo, ser bem sucedido na interação. Assim, estudar a gramática não se traduz como um exercício inútil, mas como uma reflexão sobre os usos linguísticos, sobre o exercício da linguagem. Afinal, a gramática rege a produção de sentido.



Praça Onze

Vão acabar com a Praça Onze
Não vai haver mais escola de samba, não vai
Choram os tamborins
Chora o morro inteiro
Favela, Salgueiro, Mangueira, Estação Primeira
Guardai os vossos pandeiros, guardai
Porque a escola de samba não sai
Adeus minha Praça Onze, adeus
Já sabemos que vais desaparecer
Leva contigo a nossa recordação
Que ficará eternamente em nossos corações
E algum dia outra praça nós teremos
E seu passado cantaremos.

Ouvimos em retrospectiva, por acaso, a frase melódica “*Vão acabar com a praça onze*”. Invadindo a memória, ela põe em relevo a questão de qualidade, traz à tona a letra completa do samba antigo, junto com a linha melódica, sua inextinguível beleza poética e elegância de estilo. Na riqueza dos versos, está a essência de um texto bem escrito. Não busca o preciosismo pedante, nem faz concessões à vulgaridade.

Se não busca o preciosismo, traz contudo preciosidades que desapareceram das letras atuais, desprovidas de criatividade e de

recursos estilísticos. Os versos trazem uma lição das possibilidades da língua portuguesa, com toda a gama de flexões verbais que possibilitam nuances e torneios sintáticos, que expressam o sentimento do poeta e são passadas ao público pelo conjunto de melodia e letra.

As palavras são tecidas por uma multidão de fios que movimentam a trama do texto na direção desejada pelo autor para exprimir o que sente e atingir o ouvinte/leitor. O texto encerra um diálogo onde o interlocutor apenas ouve e é tocado pela mensagem. Demonstra o domínio perfeito das diversas pessoas gramaticais, inclusive da segunda pessoa do plural, que muitos compositores atuais, versáteis em interjeições e onomatopéias, talvez nem saibam que existe. Reduziram seu uso a apenas *eu*, *a gente* e *você*, misturando com *tu*. (*Te cuida, você merece!*) E merecemos porque empobrecemos a expressão e a língua por preguiça e por desleixo.

Em contrapartida, pode-se dar uma aula sobre o tema, utilizando esse texto prazeroso e inteligentemente composto, pois na *Praça Onze* é diferente: usa e não abusa dos recursos que oferece a língua.

O lamento de início usa a 3ª pessoa do plural, com locução verbal no futuro composto: um sujeito indeterminado ameaça a alegria, com a notícia negativa: *Não vai haver mais escola de samba*. O verbo *haver*, em locução impessoal, está na 3ª pessoa do singular, como *deve*. Segue-se, no entanto, a 3ª pessoa (plural e singular) marcando a presença do sujeito posposto e claro: *Choram os tamborins, chora o morro inteiro*.

A 1ª pessoa do singular, *eu*, pelo interesse coletivo do tema é usada com parcimônia: na despedida saudosa, está o possessivo *minha*: *Adeus, minha Praça Onze*. O plural de modéstia, com o apagamento do sujeito

individual, torna-se frequente, pela terminação verbal: *Já sabemos, nós teremos, cantaremos*, e com o possessivo em *nossos corações*: um sujeito indeterminado ameaça a alegria, com a notícia negativa: *Não vai haver mais escola*.

“*Já sabemos que vais desaparecer*” traz ao palco a segunda pessoa do singular, a legítima, o *tu* no presente do indicativo, acompanhado em cena pelo imperativo, modo que, apesar de frequentar sobretudo a linguagem da propaganda, é quase sempre mal empregado: *Leva contigo nossa recordação*.

Mas o diferencial do domínio da língua portuguesa nesse samba está em um uso que *os anos* (ou as letras de música) *não trazem mais*, como diz Casimiro de Abreu sobre a infância, *nem os dias*, como complementa Bandeira. É o emprego adequado e consciente da 2ª pessoa do plural, o *vós*, esquecido e sepultado pelo português brasileiro. Após o vocativo *Favela, Salgueiro, Mangueira, Estação Primeira*, surge o imperativo afirmativo de *vós*, escondido hoje em lugar incerto e não sabido, mais desconhecido que as origens da verba de mensalão. Lá está tudo como manda o figurino, isto é, a gramática: *Guardai os vossos pandeiros, guardai*, seguidos pela causal com a lógica dos fatos: *porque a escola de samba não sai*.

Agora, tentem fazer uma análise desse tipo com letras da maioria das músicas que fazem sucesso fabricado ou imposto. São tão descartáveis que as esquecemos mal param de ser divulgadas (com as exceções que bem sabemos identificar).

Partindo dessa constatação, em breve o lamento-denúncia inicial terá como objeto direto nossa música popular.



Sujeito indeterminado

Quando falamos ou escrevemos, destacamos um tema (pessoa ou coisa) e dizemos algo sobre ele.

É assim que podemos categorizar os termos da oração (informação): sujeito e predicado. É difícil escolher definição perfeita, mas, segundo Celso Cunha, o sujeito é o ser sobre quem fazemos uma declaração. Em função do que escolhermos para sujeito, estrutura-se nosso pensamento organizado linguisticamente em frases. Junto com o predicado, o sujeito é considerado termo essencial da oração. Pode-se julgar que, se é essencial, o sujeito sempre estará presente na oração. Aí reside o engano. Apesar de essencial, ele nem sempre é visível e, às vezes, sequer existe. A lógica da língua não é matemática: *pois não*, apesar de negativo significa concordância.

O sujeito da frase pode estar oculto, ser inexistente ou ser indeterminado. Sujeito oculto parece tema de filme de Hitchcock, alguém que faz uma ação e não assume; mas, como nos filmes, deixa pistas que ajudam a encontrá-lo. Em “*Estamos vivendo uma crise de credibilidade*”, o sujeito, *nós*, revela-se pela desinência *mos*. Ou ainda o sujeito é identificado em flagrante, quando está presente em outra oração do período: *O candidato prometeu e não cumpriu*. Em línguas como o francês, o sujeito nunca está oculto, o mesmo acontecendo no inglês, excetuando-se as ordens.

O sujeito inexistente é mais complicado, pois se o agente ou tema não existe, vamos falar de que?

Nesse caso, o processo é que importa, representado por um verbo impessoal. O sujeito é inexistente quando o processo exprime um fenômeno da natureza, sem sentido metafórico, com regras de concordância relativamente fáceis, pois o verbo fica sempre no singular: *Anoitece cedo. Não chove há um ano. Faz calor no Recife.* Quando o sentido é figurado, complica um pouco; o verbo deixa de ser impessoal. Lembrando Nelson Gonçalves: “*Eu amanheço pensando em ti, eu anoiteço pensando em ti*”. E mais: “*Chovem promessas em véspera de eleição*”.

Quando o verbo *haver* é usado no sentido de *existir*, começam as dificuldades: “*No comício, havia apenas três eleitores*” e não, *haviam*. Seguem a mesma norma, *fazer, ir, ser e estar*, referindo-se a tempo. *Bastar e chegar*, seguidos de preposição, indicando suficiência, são impessoais: *Basta de demagogia! Chega de vaidades!*

A dificuldade maior, neste caso, é que esses verbos impessoais, quando acompanhado de auxiliares, transferem para os mesmos sua impessoalidade: *Começa a haver saques no Agreste.*

Sujeito indeterminado, que não significa pessoa indecisa, é o mais intencional, trazendo implícita uma escolha. A identidade é desconhecida realmente, ou escondida propositalmente, e a responsabilidade da ação não se define em termos de indivíduo: “*Aumentaram a alíquota do IR*”. Como recursos, a nossa língua tem o uso do verbo na terceira pessoa do plural sem pronome sujeito, ou na terceira do singular com o pronome *se*. Temos registrado em um manual de História do Brasil “*Decretaram o AI5, suprimiram as liberdades constitucionais, fecharam o Congresso*”. ficando assim, resguardada, pelo menos nessa informação, a identidade dos sujeitos de uma ação sem glória.

Sujeito indeterminado não existe como elemento visível na oração, pois se é representado por um pronome, mesmo indefinido, ele é determinado, embora não identificado. A identidade pertence ao terreno da lógica, e não da sintaxe: “*Alguém me disse que tu andas novamente...*” tem sujeito desconhecido, porém não indeterminado.

Eles, pronome pessoal, tem sido escolhido nas declarações presidenciais (ou imperiais?), com uso semelhante, sem antecedente expresso, instaurando um clima de suposições na busca do referente, quando se digna a responder críticas ou rebater opiniões: “*Eles dizem que há seca, mas o que há, é quebra de safra...*”, “*o desemprego de que eles falam, não existe...*”

Inteligentemente, torna-se uma espécie de argumento falacioso “ad homine”, desqualificando o interlocutor, que não merece nem ser nomeado (apenas com um vago *eles*), e não suas ideias.

Entender os recursos da língua na constituição do sujeito leva-nos “muito além do jardim linguístico”. É uma forma de avaliar a intenção e a organização das ideias do falante.

O que é um nome?

Ao escrever, cria-se um jogo de espelhos, onde dialogam várias imagens: aquela com que o autor se apresenta, a que ele tem de si próprio, a idéia que ele faz do leitor, o leitor real, a leitura que se faz do escrito do texto, e aquela captada nas entrelinhas. Entre si as imagens deste jogo de espelho dialogam, multifacetando as possibilidades de leituras, nem sempre coincidentes no significado.

Nelly Carvalho

‘A publicidade brasileira é mais lúdica’

<http://www.ufpe.br/pgletras>